

Conquista, lutas e povos

História da Paraíba

NEGO

THIAGO AÉCIO

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

Conquista, lutas e povos

História da Paraíba

NEGO

THIAGO AÉCIO

THIAGO AÉCIO

História da Paraíba

Conquista, lutas e povos

THIAGO AÉCIO

História da Paraíba

Conquista, lutas e povos

1ª Edição

João Pessoa

2022

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

De Sousa, Thiago Aécio.

História da Paraíba: conquista, lutas e povos/ Thiago Aécio. – 1ª edição – João Pessoa, PB: edição do autor, 2022.

ISBN: 978-65-00-52116-0

1. História. 2. Paraíba. 3. Povos. 4. Lutas. I. Título.

CDD 981.33

*Ao meu Senhor, o criador de tudo que existe.
À minha amada esposa, pelo cuidado e dedicação.
Ao meu filho, o meu amor incondicional.*

SER NORDESTINO!

Eis que Apolo atroz sobre a pura face,
Fastidioso em glória, fumegante,
Põem-se a castigá-la, a abrasar-se.
– Queda-se! (Clama o deus sol gigante),
Prostre-se sob mim toda a sua subclasse!
– Não tememos furor e não nos cante,
O que mata essa carne, à alma não fere,
Solis, estrela-mor, seu tom pondere!

Somos poeira cósmica visível,
Faísca temporal tão “sublimante”,
Que d’um sopro Deus fez indivisível,
Para perpetuarmos seu semblante,
Na fé, na luta, tudo é possível,
Não importa quão seja causticante!
Não pararás essa armada invencível!

Erguem-se montes, erguem-se impérios,
E seu declínio sempre é soberano,
A Hélade se foi, marco funéreo!
Mas ficou a bravura do espartano,
Que unges a face. Ô semblante etéreo!
De um o povo guerreiro a todo ano,
Cavaleiro celeste do divino,
É forte, é valente, é nordestino!

Nota ao Leitor

Há um postulado na física quântica que diz que o observador influencia no comportamento do objeto observado. Apesar de representar o comportamento de partículas em escala subatômica, essa verdade também se aplica à nossa vida cotidiana e, portanto, também é uma verdade aplicável ao processo historiográfico. Nessa toada, apesar do historiador precisar atuar com imparcialidade, não há de se confundi-la com neutralidade. Na medida que imparcialidade significa que a atividade historiográfica, respeitando os métodos científicos,

busca o distanciamento do objeto *sub analise*, isto é, o historiador se distancia emocionalmente do objeto estudado. Enquanto neutralidade está relacionada a abstração de todo elemento não ligado puramente à atividade historiográfica e que possa influenciar negativamente ou positivamente a construção da história.

Prima facie a neutralidade é uma ficção, na medida que nenhum historiador ou mesmo pesquisador pode ser neutro, isto é, está alheio às suas concepções internas de mundo que moldam o seu caráter e aos fatores externos que o cercam. A nossa própria estrutura biológica impede que isso ocorra, posto que o raciocínio como estrutura lógica de pensamento flui num meio já carregado de informações que é o cérebro. Por mais que certos grupos de neurônios possam atuar preponderantemente em determinadas funções, todos eles estão integrados entre si e em constante troca de informações que são a matéria prima do pensamento, não sendo, portanto, possível isolar o raciocínio a uma parte do encéfalo ou a um grupo de neurônios “independentes” ou mesmo impedir que outras informações influencie a construção do pensamento. Nesse diapasão, entendemos pela aceitação crítica, isto é, o historiador deve reconhecer e avaliar criticamente suas próprias concepções e crenças, avaliando como elas afetam a sua interpretação dos fatos históricos.

Diante desta problemática, através de um olhar mais atento sobre grande parte da historiografia paraibana, percebe-se na maioria das obras, sobretudo as mais antigas, uma influência muito grande do objeto sobre os historiadores, seja pelo parentesco entre figuras históricas e seus autores – que buscam engradecer tais figuras –, ou mesmo como uma própria aversão ou antipatia a tais personagens, desconsiderando muitas vezes a dinâmica social. Isto posto, nessa obra buscamos resgatar a História da Paraíba com imparcialidade e de forma crítica, mantendo o distanciamento do objeto analisado, mas sem deixar de considerar que as nossas concepções inevitavelmente influenciam a nossa escrita.

A História é uma maneira de conhecermos nossas raízes e sabermos como o passado influencia no presente, com o fito de revermos nossos conceitos para um futuro mais próspero.

O Autor

Sumário

1. A CONQUISTA DA PARAÍBA

- 1.1. O sistema de Capitánias Hereditárias
- 1.2. Conquista e colonização

- 1.3. Cidade de Nossa Senhora das Neves
- 1.4. Organização administrativa portuguesa da Paraíba
- 1.5. Fixação de conhecimento
- 2. O DOMÍNIO HOLANDÊS**
 - 2.1 Fixação de conhecimento
- 3. OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA PARAÍBA**
 - 3.1. A Conquista dos Sertões
 - 3.1.1 A Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso
 - 3.2. Ocupação do espaço agrário e o trabalho forçado
 - 3.3. Fixação de conhecimento
- 4. O PAPEL DA IGREJA NA COLONIZAÇÃO**
 - 4.1 As Missões Religiosas
 - 4.1.1 Da atuação à expulsão dos Jesuítas
 - 4.2. A atuação do Tribunal do Santo Ofício
 - 4.3. Fixação de Conhecimento
- 5. REVOLUÇÕES E CONFLITOS NA PARAÍBA**
 - 5.1. Revolução de 1817
 - 5.2. Confederação do Equador
 - 5.3. Revolta de Pinto Madeira
 - 5.4. Revolução Praieira
 - 5.5. Ronco da Abelha
 - 5.6. A Paraíba e a Guerra do Paraguai
 - 5.7. A Revolta do Quebra-Quilos
 - 5.8. Fixação de conhecimento
- 6. A PARAÍBA NO SÉCULO XX**
 - 6.1. Da Revolta de Princesa à Revolução de 1930
 - 6.2. As ligas camponesas na Paraíba
 - 6.3. A Paraíba e o golpe militar de 1964
 - 6.4. Fixação de conhecimento
- 7. ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA PARAÍBA**
 - 7.1. Geografia Física
 - 7.2. Geografia Humana

REFERÊNCIAS

Desde a chegada de **Pedro Alvares Cabral**, em 22 de abril de 1500 – que aportou em terras supostamente desconhecidas (litoral nordestino), o “Novo Mundo”, inicialmente batizado como Terra de Vera Cruz^[1], posteriormente substituído por Brasil, haja vista o comércio de Ibirapitanga, que no tupi-guarani traduz-se em “árvore vermelha”, ou como ficou conhecida: pau-brasil –, estas possessões estiveram praticamente abandonadas pela Coroa Portuguesa, que possuía olhos apenas para a Ásia. Foi somente no ano de 1530, sob o reinado de **D. João III**, que houve certa preocupação em ocupá-las, quando foram finalmente divididas em capitanias no ano de 1534.

Esse abandono e desinteresse por parte dos portugueses pelas terras brasileiras levou muitas nações a tentarem ocupá-las, dos quais, nesse primeiro momento, destacamos os franceses, com o rei **Francisco I**, que veementemente questionava a partilha do mundo realizada pelos portugueses e espanhóis por meio do **Tratado de Tordesilhas**, onde certa vez o monarca francês brandou que mostrassem a *cláusula do testamento de Adão* que o excluía da partilha do mundo. Diante desse não reconhecimento do tratado, os franceses passaram a invadir a costa brasileira, sobretudo com os seus corsários, onde nas terras que hoje compreendem a Paraíba, aliaram-se aos índios **potiguaras** para o tráfico de pau-brasil e de algodão. Primeiramente os franceses atuaram na região do atual município de Pitimbu (porto dos franceses), no entanto, descobrindo-se uma madeira de melhor qualidade na barra do Paraíba, os franceses passaram a atuar nessa região, ocasião que erigiram uma feitoria fortificada na barra^[2].

Nesse diapasão, diante das constantes invasões e tráfico de pau-brasil e temerosos em perder as suas possessões na América, a Coroa Portuguesa, na figura do rei D. João III, enviava ao Brasil, no ano de 1530, uma expedição comandada por **Martim Afonso de Sousa**, nobre português, que objetivava, dentre outros, explorar o litoral, expulsar os franceses da costa brasileira e proporcionar a colonização das terras ocupadas^[3].



Figura 1. Ilustração de Martin Afonso de Sousa publicada em 1839 por Adolpho Varnhage na sua obra *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-Mor de Martin Affonso de Sousa*^[4].

1.1. O sistema de Capitánias Hereditárias

Desta feita, em 1534, o território brasileiro pertencente a Portugal era dividido em faixas de terras que compreendiam 15 **capitánias hereditárias**, distribuídas entre 12 donatários. Tais capitánias eram passadas com a morte do donatário aos seus herdeiros ou sucessores, daí a denominação hereditárias. Basicamente, regulamentava esse sistema dois documentos: a **Carta de Doação** e a **Carta de Foral**. No primeiro, os donatários recebiam a posse das capitánias, porém, não havia transmissão de propriedade, tendo em vista que ela ainda recaía sobre o rei. Por sua vez, o segundo assemelhava-se a um contrato, posto que definia os direitos e obrigações dos donatários.

A maior parte do território atual do Estado da Paraíba estava inserido na **Capitania de Itamaracá**, a qual tinha como limites, margeando a costa, o **Rio da Santa Cruz**, na Ilha de Itamaracá (PE), até a **Baía da Traição** (PB), sendo seu donatário o fidalgo **Pero Lopes de Sousa**, irmão de Martin Afonso de Sousa, que inclusive acompanhara

este último durante a sua expedição à costa brasileira. No entanto, nos anos seguintes sobreveio o falecimento de Pero Lopes, passando a referida capitania para a administração da sua esposa **Dona Isabel Gamboa**^[5]. Esta, já em 1540, designava o capitão **João Gonçalves**, também da Casa de Sousa, mas que somente chegara a Itamaracá em 1548. Por ser muito respeitado pelos indígenas, Gonçalves obteve uma relativa paz durante a sua administração, que durou até a sua morte^[6]. Posteriormente, a referida Capitania seria herdada por **Dona Isabel de Lima de Sousa de Miranda**, neta de Pero Lopes de Sousa, cuja administração seria exercida pelo seu marido **Francisco Barreto**.

É interessante notar que o cartógrafo português **Luís Teixeira** (†1604), ao representar a Capitania de Itamaracá, o qual ele denominou de *Capitania de Francisco Barreto*, em seu famoso Mapa das Capitânicas Hereditárias^[7], os seus limites ao norte estão além da Baía da Traição (*baia de pitiaçua de treycam* ou *tebiracajutiba* ou, ainda, *acajutibiro*), chegando ao rio Camaratuba – que corresponde ao limite da futura Capitania da Paraíba –, enquanto no outro extremo tem-se a Vila de Olinda como limite sul. Chama atenção a ausência de qualquer menção quanto ao rio Tracunhaém – importante para a história da Paraíba, como veremos adiante –, no entanto, o rio Goiana, do qual aquele é afluente, encontra-se representado como *Rio das Virtudes*.



Figura 2. Recorte e análise da Paraíba a partir do mapa de Luís Teixeira.

A incapacidade da Coroa portuguesa em debelar a aliança franco-potiguara culminaria, mais tarde, na **tragédia de Tracunhaém**, que foi uma chacina praticada no ano de 1574 pelos índios potiguaras contra os moradores do Engenho Tracunhaém, na ocasião todos os colonos foram brutalmente assassinados. Após esse incidente, o rei do Portugal considerando a importância estratégica de controlar a região, sobretudo pelo progresso da indústria açucareira em Pernambuco, resolveu desmembrar a Capitania de Itamaracá e criar a **Capitania da Paraíba do Norte** – que tira o seu nome do rio

Paraíba, outrora chamado de São Domingos pela sua “descoberta” em 04 de agosto, nomeando-se conforme o calendário religioso da época, no contexto da expedição de Martim Afonso de Sousa –, a qual seria conquistada e colonizada às suas próprias expensas.

1.2. Conquista e colonização

Como apontado anteriormente, o surgimento da Capitania da Paraíba do Norte ou Capitania Real da Paraíba do Norte, deu-se após a lamentável tragédia ocorrida no Engenho Tracunhaém. Tratava-se de um território dominado pelos potiguaras, os quais se encontravam aliados aos franceses, estes, por sua vez, traficavam o pau-brasil e objetivavam ocupar aquelas terras, enquanto os potiguaras buscavam defender os seus domínios e vislumbravam os portugueses como invasores. Por outra banda, os portugueses não renunciariam às terras da Paraíba, tendo em vista a sua proximidade com a Capitania de Pernambuco, a qual despontava com o sucesso da sua indústria açucareira, portanto, a aliança franco-potiguara era uma ameaça aos seus negócios. De mais a mais, havia uma “sede de vingança” por parte dos portugueses, desejosos de uma punição severa aos culpados do massacre de Tracunhaém.

Antes de mais nada, averbe-se que entre os anos de 1572 e 1578, o Brasil ficou dividido entre dois governos-gerais, um no Sul, administrado por *Dr. Antônio Salema*, e outro no Norte, com sede na Bahia, cuja administração coube a **Luiz de Brito de Almeida**^[8].

Foi diante desse cenário, que o rei D. Sebastião ordenava ao *Governador-Geral* Luiz de Brito de Almeida o controle das terras da Paraíba, iniciando, desse modo, uma série de incursões e expedições com esse intuito. A seguir descreveremos os principais fatos históricos que culminaram na conquista da Paraíba – quanto a esta, entenda-se como conquista do baixo curso do rio Paraíba, correspondendo ao seu Estuário.

Primeira Expedição ou Expedição Punitiva (1574).

Objetivava a punição dos potiguaras responsáveis pelo massacre de Tracunhaém. Para tanto, Luiz de Brito encarregou o *ouvidor-geral* e *provedor-mor* **Fernão da Silva** para comandar a expedição e conduzir com as punições. Dos homens que o acompanharam na referida expedição, destaca-se **João Afonso**, homem abastado de bens, o qual viria a ser um dos primeiros moradores e sesmeiros da capitania, bem como acompanharia às expedições seguintes até a sua conquista^[9].

Contudo, os potiguaras se retiraram para o interior, enquanto as tropas portuguesas marcharam até o rio Paraíba, não achando,

destarte, o ouvidor nenhum potiguara. Ao iniciar a retirada das tropas, estas foram surpreendidas pelos potiguaras, que as forçaram em acelerada marcha de volta à Pernambuco. Desse modo, finalizando as correções em Pernambuco, Fernão da Silva retornou para a Bahia^[10]. Ao perceberem a saída da expedição, os potiguaras ficaram ainda mais revoltados e ao mesmo tempo confiantes da sua invencibilidade, voltando a aterrorizar os moradores de Itamaracá e Pernambuco, que imediatamente pediram socorro ao **Governo-Geral**.^[11]

Expedição de Socorro (1575) - Fracassada. Atendendo ao clamor dos colonos de Pernambuco, que se encontravam ameaçados pelos índios, o *Governador-geral* Luiz de Brito de Almeida preparou dez navios com homens e armas para irem ao socorro dos moradores, inclusive o próprio governador, o qual encarregou o comando da expedição ao seu sobrinho Bernardo Pimentel de Almeida, no entanto, os fortes ventos contrários dispersaram a frota, voltando Luiz de Brito a Bahia, seu sobrinho conseguiria chegar a Pernambuco, mas logo retornou à Salvador.^[12]

Primeira Expedição de Frutuoso Barbosa. Em 25 de janeiro de 1579, por alvará real, foi dada mercê a **Frutuoso Barbosa**, fidalgo da Casa Real, que receberia duzentos mil réis por ano, pelo prazo de 10 anos, para que povoasse^[13] as terras da Paraíba e expulsasse do seu rio os corsários franceses que lá estivessem, além do posto de Capitão da povoação e fortaleza daquelas terras. O rei, **D. Henrique I**, ainda providenciou as provisões necessárias para a empreitada, tais como munições, mantimentos e as naus que levariam os seus soldados e as pessoas sob seu comando^[14]. Todavia, tal viagem custaria a vida da sua esposa, o que levou Frutuoso a retornar ao reino^[15].

A União Ibérica. No ano de 1578, falecia o rei de Portugal, D. Sebastião, sem que houvesse deixado qualquer herdeiro ao trono, o que levou à coroação do seu tio, o cardeal D. Henrique, que em 1580 também veio a falecer, gerando, desse modo, uma crise sucessória. Nessa toada, **Filipe II**, rei da Espanha, reivindicava seu direito ao trono português. No entanto, insurgira-se a resistência dos nacionalistas portugueses que aclamaram como rei D. Antônio, Prior do Crato. Após derrotar a resistência, Filipe II assumiu o reinado, unificando a península Ibérica – **União Ibérica**.

Segunda Expedição de Frutuoso Barbosa (1582). Em 1582, por ordem do rei Felipe II, Frutuoso retornou a Pernambuco, onde obteve o apoio do Capitão e Ouvidor de Pernambuco, **Simão Rodrigues Cardoso**. Este comandara as tropas por terra, enquanto Frutuoso

Barbosa encarregou-se da expedição por mar. Já na barra, Frutuoso se deparou com oito naus francesas que carregavam pau-brasil, das quais foram incendiadas cinco delas. Confiantes com a aparente fácil vitória, desembarcaram e seguiram por terra, todavia, foram emboscados pelo potiguaras, e numa tentativa atabalhoada de regressarem aos navios, foram mortos muitos soldados, inclusive o filho de Frutuoso.

Desse modo, Frutuoso Barbosa recuou até a boca da barra, onde esperou a chegada das tropas de Simão Rodrigues, que conduzia duzentos soldados a pé e a cavalo, além dos seus aliados indígenas. Após a sua chegada, marcharam novamente ao entorno do rio Paraíba, buscando a direção da banda norte, e encontrando na sua várzea (terra baixa) os potiguaras, mas que dessa vez acabaram derrotados. Com a vitória, os portugueses tentaram erigir um forte, porém no lado sul do rio Paraíba (Cabedelo – ponta de areia que forma um pequeno cabo) não era possível obter água potável na localidade, além de ser o terreno muito arenoso e sem árvores frutíferas, enquanto o lado norte estava repleto de potiguaras, desse modo, tiveram que recuar novamente para Pernambuco.^[16]

Expedição de D. Diego Flores (1584).

Em 13 julho de 1583, aportava na Bahia, o capitão-general e explorador **Dom Diego Flores de Valdés**, cavaleiro da Ordem de Santiago, ao qual foi solicitado que expulsasse os corsários da costa brasileira, principalmente da Paraíba onde se encontrava os franceses fortificados. Nesse sentido, em primeiro de março de 1584, rumou para Pernambuco com diversas naus, o acompanhando nessa empreitada o *ouvidor-geral* e *provedor-geral* **Martim Leitão**, que seria decisivo na conquista da Paraíba, bem assim Manoel Flores e Martim Carvalho, chegando em 20 de março de 1584.

Na vila de Olinda, iniciaram a formação da expedição através do recrutamento de moradores e até mesmo indígenas (três mil índios flecheiros) para o empreendimento que se daria por terra e por mar. Nesse sentido, reuniram-se em Igarassu, em 5 de abril, onde seguiu por terra as tropas comandadas por **Dom Felipe de Moura**, enquanto Flores, aos 6 de abril, seguiu com a armada para a Paraíba, após se juntar a eles Frutuoso Barbosa e o Capitão de Itamaracá Pero Lopes Lobo. No referido rio se depararam com algumas naus francesas, à banda do norte, as quais opuseram intensa resistência. Por fim, os franceses fugiram, logo após incendiarem as suas próprias embarcações, possivelmente para que os portugueses não se beneficiassem da sua carga de pau brasil, bem como da própria embarcação^[17].

Após as batalhas, reuniram-se para discutir a construção de um

fortim (de taipa) – pequena fortificação dotada de artilharia - para manterem a posição conquistada, facilitar a conquista de novas áreas e propiciar a colonização das terras. A fortificação, portanto, deveria ser capaz de ofender os franceses pelo mar e os potiguaras por terra. No entanto, Diego Flores ordenou a construção do dito fortim na ponta da barra do Paraíba, na sua banda norte, lugar este completamente diverso a que apontava as ordens reais de posse de Frutuoso Barbosa^[18]. Antes de regressar à Espanha, Flores nomeou a **Francisco Costrejam** como alcaide (comandante) do forte, que ganhara a denominação de **S. Filipe e Santiago**, cuja conclusão se dera em maio de 1684. Era dotado com 4 falcões de bronze e 2 peças de mesmo material.

Nesse ponto, faz-se mister lançar alguns apontamentos ao leitor, antes de continuarmos. Veja-se que há muito se propaga a informação de que juntamente ou mesmo à época da construção desse forte, fora construído “o **Mirante de Atalaia de Forte Velho**” para servir de torre de observação e alertar ao forte em caso de ameaças. No entanto, em que pese alguns tipos de atalaia ter realmente a função de torre de vigia, seja para alertar as demais fortificações ou regimentos ou mesmo proteger determinado sítio, como uma estrada, passagem ou poço de água potável, essa não fora a função principal dessa atalaia, apesar de poder ter servido secundariamente essas funções. A Atalaia do Forte Velho fora construída no século XVIII com o fito de servir de “**baliza ou marca da barra**” para a praticagem, isto é, ela tinha a função de dá sinais as embarcações e ao prático quanto a entrada e saída com segurança da barra, o chamado balizamento. Esses sinais eram emitidos por uma sentinela ou atalaiador que do alto da atalaia, com o auxílio de uma luneta, emitia sinais às embarcações com o uso de bandeiras. Tal estrutura era necessária, dado os muitos bancos de areias, recifes e as contínuas mudanças de correntezas que provocava muitos encalhes e naufrágios. Algumas características já apontavam para que a sua construção não fosse da mesma época do forte, como o fato da atalaia ter sido feita em alvenaria de pedra – que por isso requer uma mão de obra especializada e fora erigida num lugar ermo, distante, íngreme e que, portanto, necessitaria de todo um aparato para o transporte dos seus materiais construtivos, além de sujeita aos assaltos dos potiguaras –, enquanto o forte fora feito de material inferior, isto é, faxina e torrão (taipa). Por fim, é preciso salientar que em outubro de 1700, o rei ordenava a construção de uma atalaia no porto da Baía da Traição, indagando se havia bandeiras ou fachos para esse efeito, mas por sugestão do capitão engenheiro Luiz Francisco Pimentel, no início de 1702, seria construído no seu lugar um forte, havendo dúvidas se seria melhor na Baía da Traição ou na Baía Formosa, uma vez que essa última era apontada pelos práticos como

uma baía de maior profundidade e largura para os navios.

No final do ano de 1584, com a notícia da chegada de três naus francesas à Baía da Traição para fazerem pau-brasil, as tropas luso-castelhanas, aproveitando-se do desembarque dos franceses, incendiaram as naus. Nessa toada, em retaliação, os franceses que estavam em terra decidiram atacar o forte, juntamente com os seus aliados potiguaras, trazendo consigo peças de artilharia. Apercebendo-se estarem cercados, Frutuoso e Costrejam solicitaram socorro à Pernambuco, onde estava o ouvidor-geral Martim Leitão, que imediatamente marchou com grande aparato militar para socorrê-los, além do envio de diversas naus de guerra^[19], batendo com isso os franceses e seus aliados potiguaras. Porém, os potiguaras não se intimidaram com essa derrota e continuaram a dar diversos assaltos, agora contando com a aliança com os tupiniquins. A situação, ainda, era agravada pelos constantes desentendimentos entre Costrejam e Frutuoso Barbosa, que por esse motivo resolvera retornar para Pernambuco, de onde se queixou com o rei. Vendo-se em grande aperto, apenas se defendendo e, ainda carecendo de suprimentos, Costrejam decidiu abandonar o forte, destarte, enterrou a artilharia^[20] e retornou em 5 de junho de 1585 para a Ilha de Itamaracá^[21].

A Conquista (1585-1597)

Somente após os portugueses se aliarem aos tabajaras, em agosto de 1585, é que, de fato, tornou-se possível subjugar os potiguaras. Foram o *Ouvidor-Geral* Martim Leitão e João Tavares os responsáveis pela paz estabelecida com Piragibe (Braço de Peixe), líder dos tabajaras, apaziguando, desse modo, os tupiniquins. Com os novos aliados, podiam agora os portugueses se dedicarem a dominarem os potiguaras e expulsarem os franceses. No entanto, fazia-se necessário resolver primeiro os problemas internos ocasionados pelas constantes intrigas e desentendimentos entre os seus líderes – a velha rivalidade entre os espanhóis e portugueses era um elemento que, apesar de não ser extrínseco, tinha um importante papel na conflagração desses conflitos.

Tomando ciência de tudo que vinha ocorrendo na Capitania da Paraíba, o rei enviava cartas à Martim Leitão, em primeiro de outubro de 1585, nas quais cobrava que a artilharia do forte enterrada por Costrejam fosse reavida o mais rápido possível, utilizando-se da gente necessária para tal feito. Recomendava, ainda, que não se fizesse a tornar a plantar outro forte na ponta da barra do rio da Paraíba, mas que se fizesse conforme o regimento que Frutuoso Barbosa levou quando partiu do Reino, onde se declarava o sítio que havia de se construir o forte. Além disso, ordenava que fosse eleito o lugar de

fundação a partir do parecer de Dom Filipe de Moura e das demais pessoas, dessas partes, que tivessem experiência, de modo que fosse construído de tal maneira que não somente se pudesse defender, mas ofender aos inimigos. Para esse efeito, encaminhava cópia do regimento levado por Frutuoso com a dita localização do sítio onde seria feito o forte^[22].

Em suma, conforme as ordens reais, seria informado por quais motivos Valdés havia construído um forte em lugar diferente do definido, o fortim abandonado por Costrejam deveria ser arrasado e desfeito para que os inimigos não se apoderassem dele e se utilizassem contra os próprios portugueses, seria recuperada urgentemente a artilharia enterrada por Costrejam, bem assim aquela que alagou com o Caravelão, as quais seriam utilizadas na defesa do novo forte a ser construído em lugar conforme o regimento real e pareceres.

Outrossim, o rei enviava da Espanha cinquenta soldados sob o comando de **Francisco de Morales**, juntamente com as munições e suprimentos necessários^[23]. Desta feita, em fevereiro de 1586, aportavam em Pernambuco os referidos soldados espanhóis trazendo as cartas com as ordens reais, no entanto Martim Leitão já havia atuado em consonância com às ditas ordens, bem como construído e artilhado o novo forte.

Iniciado em quatro de novembro e finalizado no final de 1585, o novo forte, cuja obra fora dirigida pelo mestre de obras Manuel Fernandes, em forma quadrangular, possuía a sua fundação e cunhais em pedra e cal, e paredes em taipa com cerca de 1 metro de espessura, sobre as quais repousavam duas guaritas com oito peças de artilharia cavalgadas, além de torres e casas de armazém. Sua localização exata é incerta, no entanto, veja que ao tratar sobre a escolha do sítio do referido forte, o cronista do “Sumário das Armadas” faz a seguinte afirmação: *conclúisse que assentasse n’aquella parte, sobre o porto onde agora está a cidade [...]*^[24]. Nessa toada, o forte fora assentado “sobre o porto”, ou seja, acima do porto, em lugar que está a cidade. A cidade da Filipeia situava-se na colina do Varadouro, nesse sentido, estaria o forte aí fundado. Na mesma esteira, Diogo de Campos Moreno, em documento datado do ano de 1609, reforça essa ideia da posição do forte: “[...] *na cidade q’ esta pello Rio assima [...] estão para defesa daquele sitio tres pessas pequenas junto as casas do capitão mor donde antigamente ouve hu’ forte de terra contra o gentio também estão noutro sitio sinco falconettes*^[25] *de bronze*^[26]. Pois bem, depreende-se do referido documento que a casa do Capitão-mor estava situada onde outrora foi o forte da cidade, uma vez que as casas foram construídas no alto da colina, o que reafirma a posição mencionada do forte.

Com as dificuldades impostas pela presença portuguesa, os

franceses passaram a evitar o rio Paraíba, atuando na Baía da Traição e Rio Grande, tendo, inclusive, naquela levantado uma nova feitoria fortificada. Entrementes, com as notícias que os franceses haviam se fortificado novamente, Martim Leitão, no final de novembro de 1585, marchou com os seus soldados, tais como Antônio Lopes de Oliveira que teria papel decisivo nessa jornada, e aliados indígenas para expulsarem os franceses daquela costa. Cumprindo isto, Leitão fez uma incursão à serra da Copaoba, o principal reduto dos potiguaras na Paraíba e onde se travariam batalhas contra os potiguaras e franceses com grande mortandade, principalmente de indígenas^[27].

Quanto ao novo forte, repetiam-se os mesmos erros, uma vez que Morales ao assumir o comando da fortificação ganhara de imediato a antipatia dos portugueses sob o comando de João Tavares, o até então capitão do forte e também governador da Capitania, e por fim, tal como ocorrera com Castrejon, Francisco de Morales, na segunda metade do ano de 1586, largaria o forte e os colonos a sua própria sorte e seguiria para Pernambuco levando os soldados espanhóis, de onde regressariam para o reino, na mesma época que aportavam cinco naus francesas à Baía da Traição com muita gente e munições. Destarte, mais uma vez Martim Leitão se dirigia de Pernambuco para a Paraíba, onde juntamente com João Tavares, subiria a serra da Copaoba para uma nova batalha, considerada uma das mais mortíferas até aquele momento.

Ainda na sua estadia na Paraíba, em 1587, Martim Leitão iniciava as obras de construção do primeiro engenho da capitania, o **Engenho D'el-rei**, o qual seria situado no rio Tibiri e cuja casa de engenho seria fortificada, funcionando ao mesmo tempo como indústria e proteção, isto é, uma casa-forte. Essa estrutura fora chamada de Forte de São Sebastião, situado no mesmo lugar onde ficara assentada a aldeia do Assento-de-Pássaro (D. Francisco). Após a finalização dessa obra, Martim Leitão retornaria para Pernambuco.

Como não havia conseguido conquistar a Paraíba, condição necessária para assumir o posto de Capitão-mor dela, bem como o próprio desconhecimento do rei Filipe II dos termos que se deu a doação do seu antecessor D. Henrique a Frutuoso Barbosa^[28], somente em agosto de 1588, após muitas idas e vindas, foi que Frutuoso conseguira tomar posse como Capitão-mor e Governador da Paraíba, posse esta dada por João Tavares, o então Governador que, diferentemente de Frutuoso, havia iniciado a povoação da Paraíba. Contudo, na mesma provisão que autorizava Frutuoso como Governador, colocava **Dom Pedro de La Cueva** como capitão de todos os espanhóis, passando a residir no presídio da fronteira, terras do engenho de Diogo Nunes Correia.

Em que pese Frutuoso Barbosa ter dirigido carta ao rei em 18 de agosto de 1588, onde comunicava a necessidade de se erigir uma Fortaleza na ponta da barra, de modo, a impedir a entradas de embarcações inimigas e proteger a cidade da Filipeia, a resposta do rei, em 26 de março de 1589, não dispôs qualquer fonte de custeio para a obra, mas tratou tão somente de concordar com a dita construção^[29]. Depreende-se a partir de Frei Jaboatão (1761) que a falta de recursos para o empreendimento permitiu somente a construção de um fortim na barra, o qual o autor diz ser Cabedelo, com o reaproveitamento da artilharia de outro fortim existente na Ilha da Restinga (Camboa) levantado por João Tavares – erroneamente atribuído pelo autor como Capitão-mor entre os anos de 1578 e 79, quando na verdade fora entre os anos de 1586 e 1588 –, cuja mão de obra para construção, de baixo custo, deu-se através dos tabajaras de Braço de Peixe^[30]. Preliminarmente, entendemos que as informações trazidas por Jaboatão devem ser encaradas de forma crítica, pois a falta de coerência entre as datas estabelecidas pelo autor e os documentos manuscritos, bem como a inimizade da sua Ordem com o próximo Governador, nos acende um alerta para o uso crítico dessa fonte.

Do mesmo modo, como ocorrera com os demais espanhóis, não tardou para que Frutuoso se desentendesse com D. Pedro, de tal sorte que 1589 maquinava substituí-lo no comando do presídio da fronteira pelo seu cunhado e vereador na cidade, **Pero Coelho de Sousa** – o qual comandou expedições às terras do *maranhão e siará* –, colocando a manutenção das áreas conquistadas em grande perigo, tendo em vista os constantes ataques dos potiguaras^[31]. Frutuoso também desagradava alguns moradores, como Sebastião de Araújo, vereador (depois juiz), e Antônio Annes, procurador do concelho, que foram se queixar em Pernambuco, alegando que Frutuoso determinava que as vereações fossem realizadas na sua casa e com a participação dele, obrigando, com isso, as suas vontades. Eram vereadores aliados de Frutuoso o dito seu cunhado Pero Coelho, Gaspar Manoel Machado^[32] e Amaro Resende, juiz – casado com uma suposta sobrinha sua.

Diante dessa situação, a Câmara de Olinda enviara carta ao rei, na qual denunciava esses eventos, requerendo que o rei colocasse outro no cargo de governador ou que permitisse à Câmara eleger outro, como fizeram com João Tavares, posto que a postura de Frutuoso colocava em risco ambas as capitanias, além de sugestionar que Pero Coelho e Gaspar Manoel, naturais do Açores, foram partidários de Dom Antônio, prior do Crato, quando da crise sucessória ao trono português.

A partir de Jaboatão (1761), vislumbra-se, que pouco tempo

depois, em 1591, as desavenças voltariam a aflorar, ao descrever que Frutuoso solicitou o auxílio do Capitão D. Pedro para a construção de uma nova fortificação em Inhobim (fronteira), mas o referido capitão se negou a ajudar, entendendo não haver ordens reais para tal empreendimento. Novamente, com a ajuda dos indígenas seria construído o referido forte, colocando no seu comando o seu cunhado Pero Coelho de Sousa^[33]. A coincidência de personagens faz incutir a ideia que se trata do mesmo evento denunciado pela Câmara de Olinda – tratado no parágrafo precedente –, o qual ocorrera em 1589, e não no ano de 1591, como diz Jaboatão.

Entrementes, com tantas reclamações e requerimentos que chegavam à Corte sobre a situação da Paraíba, ordenava o rei a volta de D. Pedro de La Cueva para o reino, enquanto que aparentemente deixava o governo Frutuoso Barbosa no de 1591. Para o seu lugar no cargo nomeava-se, em primeiro de abril de 1592, a **Feliciano Coelho de Carvalho**^[34], fidalgo da Casa Real, o qual receberia para tanto um ordenado de cem mil reis por ano, mas que somente partiria do reino após tomar a homenagem, juramento e demais formalidades^[35], assumindo um governo interino até a sua chegada.

Para Jaboatão (1761), o fortim do Cabedelo teria duração efêmera, sendo logo atacado e destruído pelos potiguaras e franceses em 1591, mas seria reconstruído pelo então *Capitão André de Albuquerque* com a ajuda dos indígenas^[36]. Por seu turno, **Diogo de Campos Moreno**, na sua “*Relação das Praças e Fortes*”, após inspecionar, em 1603, o referido forte, afirmou que “*este forte do cabedello fundou Feliciano Coelho de Carvalho no porto*”. Malgrado essa aparente controvérsia de informações, é possível que Feliciano tenha refeito a fortificação do Cabedelo, cuja estrutura seria erigida em taipa (faxina e torrão), o qual referido Diogo Campos descreveu como “tosca e de má feição”. Por outro lado, faz mister levantar outra hipótese, a de que de fato foi Feliciano Coelho que levantou o referido forte na ponta de Cabedelo, destarte, tal situação hipotética colocaria o fortim de Frutuoso em outro ponto da barra. Por fim, veja-se que o ataque à Cabedelo em 1591 descrito por Jaboatão, é semelhante a um grande ataque que ocorrera ao Forte de Cabedelo em 1597, ocasião que morreram muitos soldados e o capitão do forte. Preliminarmente, entendemos pela verossimilhança da narrativa, no entanto, mais uma vez é preciso analisar o referido evento descrito pelo mencionado autor de forma crítica, dada a semelhança dos eventos.

O Forte de Cabedelo^[37], que recebera o orago de **Santa Catarina**, passaria por uma reforma e ampliação iniciada por volta de abril de 1603, com a ajuda dos indígenas e conforme o modelo apresentado por Diogo Campos, ano que era Capitão-mor da Paraíba

Francisco de Sousa Pereira, mas logo seria substituído por **André de Albuquerque**, nomeado Capitão-mor da Paraíba em 21 de agosto de 1603^[38]. Nessa mesma época, o referido forte era dotado com onze peças de bronze e ferro.

Quanto à gestão de Feliciano, encontrando a capitania em grande perigo pelos constantes ataques que faziam os potiguaras, ele requereu ajuda à Pero Lopes Lobo, Capitão-mor de Itamaracá, que atendendo aos seus apelos partiu com 50 soldados e 300 escravos à Paraíba, onde juntaram-se à Feliciano e seus soldados, bem assim os índios tabajaras. Com esse grande aparato militar, Feliciano conseguiu vitórias importantes contra os potiguaras, que sofriam com a grande quantidade de baixas de seus homens de guerra, além do massacre de suas famílias e destruição de suas aldeias^[39].

Desse modo, com a presença do forte na barra e as diversas incursões realizadas por Feliciano Coelho, os franceses diminuíram a atuação na Paraíba. No entanto, após descobrirem supostamente minas de prata na serra da Copaoba, os franceses decidiram que não renunciariam às terras brasileiras, assim, no ano de 1597 invadiram a Paraíba com cerca de treze navios^[40], dos quais desembarcaram 350 soldados, juntando-se a eles os seus aliados potiguaras^[41]. Vendo-se em grande desvantagem numérica, o *Capitão-mor* Feliciano Coelho, ao mesmo tempo que mobilizava as tropas e os seus aliados tabajaras, enviava diversos pedidos de ajuda, tanto à Pernambuco como ao Governo-Geral.

Todavia, os franceses não conseguiram romper o perímetro defensivo guarnecido pelo Forte de Cabedelo, o ataque fora um verdadeiro desastre para os franceses, uma vez que mesmo com poucos soldados, a força de cabedelo rechaçou com a sua artilharia o avanço da esquadra francesa, matando muitos de seus soldados, dois de seus capitães e diversos potiguaras, forçando a saídas das naus francesas da barra. Do lado dos portugueses morreria, além de diversos soldados, o capitão do forte **Antônio Gonçalves Manaia**, sendo nomeado para o seu lugar **João de Matos Cardoso** – genro de Manaia, ambos nomeados por Feliciano e confirmados pelo rei^[42].

Para punir os potiguaras que se aliaram aos franceses, Feliciano Coelho solicitava a **Manoel de Mascarenhas Homem**, governador de Pernambuco, os índios que lá estavam assentados, mas os frades – com os quais Feliciano já havia entrado em choque por diversas vezes - não permitiram a saída dos índios das aldeias. Desse modo, sem qualquer ajuda externa, Feliciano juntou os poucos índios frecheiros e demais soldados que possuía e em 29 de julho marchou para fazer frente aos índios rebeldes, matando e aprisionando muitos deles, além de incendiar as suas aldeias.

Em pouco tempo, atendendo ao pedido de socorro de Feliciano Coelho de Carvalho, chegava as tropas comandadas por Manoel de Mascarenhas, acompanhado de Dom Jerônimo de Almeida, ex-governador da Capitania-Geral do Reino de Angola, mas os franceses já haviam se retirado da barra do Paraíba e os índios rebeldes derrotados. Os franceses sob o comando *Monsieur Riffault*^[43], o qual tendo notícias do reforço militar que chegara à Paraíba vindo de Pernambuco, e acreditando que essa força marcharia em sua direção (Rio Grande), retirou-se com seus soldados para a França, com a promessa de regressar com reforços. Foi somente a partir dessa vitória contra a aliança franco-potiguara que os “portugueses se tornaram definitivamente senhores desta Capitania^[44]”. Com a conquista da Paraíba, eles partiriam, com o auxílio dos tabajaras, para socorrerem a Capitania do Rio Grande contra os mesmos potiguaras e franceses instaladas no rio Potengi, bem como para a construção de um forte.

Até esse ponto, o leitor já se deu conta que a conquista do território da Paraíba não foi um processo simples, decidida em uma única batalha ou expedição militar, como defende alguns autores, mas se consubstanciou no domínio de áreas e a manutenção delas através de fortificações ou arraiais, avançando desses arraiais para novas áreas, semelhante a uma guerra de trincheiras, com muitas marchas e contramarchas. Além disso, a guerra não era travada apenas no *front de batalha*, mas também através da ideologia europeia, que moldava o pensamento dos índios, sobretudo através da conversão ao catolicismo, consequência da atuação dos missionários religiosos, que, como veremos, tiveram um importante papel na conquista e colonização da Paraíba (vide Cap. 4). O mesmo processo também seria redesenhado na conquista dos “sertões”, a qual trataremos no Capítulo 3.

1.3. Cidade de Nossa Senhora das Neves

A urbanização e povoamento da Povoação de Nossa Senhora das Neves foi iniciada por João Tavares, o então Capitão-mor, contando com a ajuda de Duarte Gomes da Silveira e do serralheiro Francisco Gonçalves, sendo as primeiras construções feitas em taipa. No início do ano de 1587 a referida povoação já aparece como cidade, a Cidade de Nossa Senhora das Neves. Pouco tempo depois, por volta de 1589, passa a ser chamada de **Filipéia** [de Nossa Senhora das Neves]^[45], homenagem ao Rei Filipe II, permanecendo com esse nome até algum tempo depois da expansão dos holandeses da Paraíba.

Tratava-se de uma povoação inicialmente planejada, onde as moradias se encontravam próximas umas das outras, mas separadas (não germinadas), somente após a sua conclusão que passou à

povoação propriamente dita. A ela foi dado o orago de Nossa Senhora das Neves, cuja escolha possui duas explicações, a primeira é que a sua escolha se deu em virtude das dificuldades e danos causados pela fúria das tempestades que haviam suportado até o início da sua edificação^[46], enquanto a segunda, mais aceita, aponta que o nome se deu pelas pazes firmadas com os tabajaras na véspera do dia de Nossa Senhora das Neves^[47].

O local escolhido era um lugar muito fértil, rico em árvores frutíferas (refrescos), com um rio abundante em peixes, além de um imenso porto para o recebimento de insumos e o escoamento da produção açucareira. De mais a mais, possuía águas excelentes para o consumo, destacando-se uma fonte, que se dizia que a sua água curava o “mal da pedra” (pedra nos rins ou na bexiga), fama que ultrapassou as fronteiras, como se vê da relação escrita por Diogo de Campos Moreno, no ano de 1609, que afirmou: *ao pé desse lugar está uma fonte maravilhosa que sara do mal da pedra os que padecem dele, a tempos milagrosa*^[48]. Do mesmo modo, em “Diálogos das Grandezas do Brasil”, o personagem Alviano afirma: *Tenho ouvido que na capitania da Parahiba, além de as águas serem excelentes, se acham algumas de tanta virtude, que os que têm o costume de bebê-las, não padecem o mal da dor de pedra, nem de cólica.*

No ano de 1603, a cidade da Filipeia já possuía 10 engenhos^[49] – alguns movidos à roda água e outras por bois -, esse número dobrou em 1618, mas permaneceu o mesmo após a invasão holandesa. A Igreja católica também se fez presente na edificação e povoação da cidade, bem como na conversão do gentio, erigido inicialmente três mosteiros, quais sejam: de São Francisco, de São Bento e do Carmo. Além da construção de uma Santa Casa de Misericórdia para o cuidado dos enfermos.

Os frades capuchos de São Francisco se instalaram na Paraíba em 1589 para construção do mosteiro da Ordem de São Francisco, cuja obra grandiosa e totalmente murada fora erigida em pedra e cal, já finalizada no ano de 1603. Já os frades de São Bento, no ano de 1595, receberiam por sesmaria o terreno para a construção do mosteiro do patriarca de São Bento, que para esse efeito seria enviado o Padre Frei Anastácio^[50], primeiro presidente da Ordem de São Bento na Paraíba que iniciaria em 1599 a sua construção^[51] em pedra calcária, mas que até o ano de 1636 somente havia sido erguidas as paredes. O mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, por sua vez, já iniciada a construção em pedra no ano de 1603, ainda, no ano de 1636 também estava por acabar.

Até então, a cidade não possuía uma **igreja matriz**, apenas uma igreja também em estrutura de taipa, foi somente com a chegada do

Capitão-mor Francisco Nunes Marinho de Sá, que governou a Capitania da Paraíba entre os anos de 1617 e 1620^[52], que se iniciou a construção da matriz em estrutura de pedra e cal, sendo finalizado no primeiro ano a capela-mor, arquitetonicamente em abóbada, e no segundo ano o coro da igreja^[53]. Dos seus primeiros administradores, destacamos o **Padre Bartolomeu Ferreira Lagarto**, Provisor e Vigário Geral da Paraíba, cuja jurisdição eclesiástica se estendia até a Capitania do Rio Grande^[54].

Com a conquista dos holandeses, no ano de 1634, as obras foram interrompidas, destarte, utilizou-se por muitos anos a Igreja da Misericórdia em seu lugar. Entre os anos de 1662 até 1761, a igreja matriz passou por diversas reedificações e reformas, ganhando uma torre de sinos e o seu adro, às custas dos moradores em 1676, além de seis altares colaterais, em ornamentação em talha dourada, destacando-se o altar de São Sebastião^[55]. Por fim, em 1881, ela foi reconstruída como Catedral, a qual permanece até os dias de hoje.

1.4. Organização administrativa portuguesa da Paraíba

O rei era o soberano de todos os domínios coloniais de Portugal, exercendo, portanto, a sua autoridade. Na administração, contava com o auxílio do Conselho Ultramarino e da Mesa da Consciência e das Ordens. Lisboa buscava centralizar a sua administração e estar a par de tudo que ocorria nas suas colônias, participando diretamente das mais diversas decisões, ainda que predominantemente locais, o que ocasionava, na maioria das vezes, uma grande mora, haja vista a lentidão na entrega das correspondências.

Desde o ano de 1570, Portugal adotava a figura do **Capitão-mor** ou Capitão-mor da Capitania como responsável pela administração e defesa da Capitania, por isso se dizia: *Capitão-mor e Governador das armas*. Para o neerlandês Elias Herckmans, na sua obra *Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba* ou da tradução livre Descrição Geral da Capitania da Paraíba, o Capitão-mor tinha a direção suprema, o comando sobre a milícia e a polícia, e o seu ocupante mudava a cada três anos (triênio)^[56], mas podendo ser reconduzido, quando o rei assim deseja-se

Ao Capitão-mor também cabia a administração da Justiça, ficando encarregado da nomeação de um Ouvidor para a correta administração e aplicação da lei. Ao Ouvidor caberia a presidência dos juízes ordinários e demais oficiais de justiça, conhecer das apelações e

agravos civis e abrir *devassas* para apurar crimes praticados pelos juízes ordinários, estes, por sua vez, com auxílio de seus escrivães, cabiam as *devassas* de sua alçada, dar fé, lavrar escrituras, tomar conhecimento e pôr em arrecadação o dinheiro ou bens dos defuntos e ausentes. Após a guerra contra os holandeses o último Ouvidor letrado foi Francisco Madeira Cardoso, que também foi Oficial da Câmara em 1617^[57], ficando a Capitania da Paraíba até o ano de 1675 sem ter possuído mais nenhum ouvidor letrado, apenas ouvidores sem instrução, e por isso as apelações e agravos deveriam ser processadas no recurso da Bahia, cuja distância vinha causado sérios prejuízos aos moradores da Paraíba^[58].

Quanto aos militares, a sua carreira iniciava-se com o alistamento, ou seja, “assentar praça de soldado infante ou pago”, cuja principal armamento era o arcabuz. Deveria servir por pelo menos quatro anos como soldado (praça) para poder assumir postos imediatos, mas muitos privilegiados conseguiam furar essa fila através da dispensa real. Eram remunerados pelo serviço através de soldo, o que era visto como uma oportunidade para aquelas famílias mais pobres que obrigavam os seus filhos a se alistarem logo cedo, sendo comum até o século XVIII a presença de crianças entre 7 e 10 anos alistando-se como soldados, quando passou-se proibir crianças menores de 14 anos.

Além das tropas pagas e milícias, existam as Companhias de Ordenanças, que no caso da cidade da Paraíba eram denominadas de Companhias das Ordenanças da Paraíba. Tais companhias geralmente eram organizados em infantaria e cavalaria, estas, dotadas com clavinhas ou pistolas. Ademais, possuíam um caráter auxiliar e de reserva, uma vez que era formado por moradores convocados, que obrigatoriamente deferiam possuir armas, além de ser um serviço não remunerado (sem soldo), todavia os seus membros gozavam de diversas prerrogativas, isenções, graças e benefícios, a depender do posto alcançado^[59].

De mais a mais, para que um membro dessas companhias auxiliares conseguisse crescer na dita carreira, não era suficiente que fosse um soldado exemplar e com grandes feitos, era preciso que fosse abastado de bens, haja vista que na grande maioria das ocasiões, o Capitão ou Coronel deveria sustentar as suas tropas às suas próprias expensas nas diversas tarefas e campanhas que fossem enviados. Todavia, nota-se que quanto mais dispendiosa era a jornada e o custo dos bens despendidos em favor da coroa nessas campanhas, maiores eram as graças recebidas, como a doação de sesmarias, tenças e demais benesses pelos seus serviços.

Devido à grande distância do território, a impossibilidade do

Capitão-mor da Capitania de estar em todos os lugares para coordenar a defesa do território sob sua autoridade, as peculiaridades do território paraibano, das quais destacava-se a imensa presença de tapuias pelos seus sertões, a Capitania foi demarcada em distritos que eram subdivisões ou circunscrições com seus próprios capitães-mores e ordenanças, auxiliados por um **sargento-mor**, mas subordinados ao Capitão-mor Governador. Ao longo da história da Paraíba, destacaram-se os seguintes distritos ou Capitânias-mores: o distrito de Tapuã e seu termo^[60], que englobava os engenhos de Tapuã, Taipú, Podre e Espírito Santo^[61]; e o distrito dos sertões dos Cariris, Piranhas e Piancó, cujo destaque se teve para os Capitães-mores da Família Oliveira Ledo, responsáveis pela conquista dos Sertões.

Além dos cargos e postos propriamente militares, havia os **cargos da Republica**, do latim res publica – coisa do povo. Destes, os principais eram os oficiais do Senado da Câmara, isto é, os vereadores das câmaras municipais, juízes ordinários, que também presidiam as câmaras, o procurador da câmara e entre outros cargos a depender da localidade. Uma vez designado ou eleito para os cargos da Republica, não se podia escusar, tratava-se, portanto, de um múnus público, mas a maioria buscava uma forma de conseguir a dispensa real da sua obrigação. Os vereadores, juízes ordinários e Procurador da Câmara, bem como os juízes de órfãos, eram providos após eleições das quais participavam os **homens-bons**, que compunham a elite da Capitania, dentre os seus requisitos estava a “pureza de sangue”. Os Oficiais da Câmara eram tidos como os “cabeças da Republica”, pois constituíam a sua governança, com atribuições de fiscalização e provimento de outros cargos importantes, como o de almotacé.

Quanto à Administração Fazendária, a Paraíba nos primeiros anos dependia da Fazenda da Capitania de Pernambuco, seja para patrocinar as expedições militares, pagamentos de soldos, sustento dos índios de paz e entre outras atribuições. Mesmo após a criação da Provedoria da Fazenda Real da Paraíba, ela ainda se manteve subordinada à Pernambuco. Era o próprio rei que nomeava seus provedores, almoxarifes e feitores, nestes últimos destaca-se o feitor e almoxarife Gomes Dias^[62], possivelmente o primeiro a assumir o encargo na Paraíba, quanto a Provedoria da Fazenda Real, aparecem como os mais antigos provedores e contadores, o cavaleiro fidalgo Fulgêncio Pereira de Alvim, nomeado em 22 de outubro de 1602 para o primeiro triênio^[63], sendo sucedido, em 1609, pelo *Capitão* Antônio Lopes de Oliveira, nomeado para um sexênio^[64].

O equilíbrio das contas da Fazenda Real era a grande preocupação do Provedor, que poderia inclusive ser responsabilizado pelos déficits. Dentre as formas de arrecadação de impostos, a mais

utilizada era através da arrematação dos contratos dos dízimos reais, isto é, colocava-se em pregão em praça pública os contratos dos dízimos, onde os particulares podiam apresentar lances para arrematá-los por determinado preço e com isso poderiam arrecadar por sua conta e risco os tributos, passando, destarte, a ser contratadores dos dízimos reais. O pregão praticado em Portugal e mormente no Brasil Colonial foi o precursor do que hoje é denominado de procedimento licitatório ou licitação, da qual dentre as suas modalidades temos o próprio pregão. O pregão, que vem de apregoar, era precedido pela divulgação de editais em lugares públicos e de grande movimentação, como praças e mercados. Em horários, dias e lugar definido e divulgado no edital, ou onde geralmente se arrematava os dízimos, se reunia a mesa composta pelo Provedor e outros oficiais da Provedoria para acompanhar os lances e outorgarem os vencedores. Os lances eram captados pelo porteiro que saía pelas ruas gritando o valor do último lance para quem quisesse cobri-lo.

1.5. Fixação de conhecimento

1. A partir dos conhecimentos adquiridos ao longo desse capítulo, julgue como Certo (C) ou Errado (E) as assertivas a seguir:

a) A chegada dos portugueses no nordeste brasileiro, em 1500, foi marcada por uma intensa colonização, logo nos primeiros anos, tendo em vista a preocupação da Coroa Portuguesa em proteger as riquezas encontradas na nova terra, como o ouro na bacia do rio Paraíba.

b) A divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, deu-se pelo fato da Coroa Portuguesa não poder fazer por seus próprios meios, o que levou o reino de Portugal a “terceirizar” a colonização das suas possessões ao dividir o território brasileiro em faixas de terras a serem povoadas e administradas pelos donatários por sua conta e risco.

2. CPCON (COMVEST)/UEPB (2004), Processo Seletivo Interno da PMPB.

Sobre a história da Paraíba, analise as proposições a seguir:

I. A conquista definitiva da Paraíba somente foi possível quando os portugueses conquistaram a adesão dos índios tabajaras em luta

contra os potiguaras.

II. O interesse dos holandeses ao atacar a capitania da Paraíba era dominar a produção açucareira.

III. A Paraíba, desde a sua fundação, manteve estreita dependência em relação a Pernambuco. Tudo o que comprava e vendia tinha que passar pelo Porto do Recife.

IV. A implantação da República brasileira e a transformação da província da Paraíba em Estado trouxeram mudanças para a economia paraibana com a expansão dos distritos industriais.

Estão corretas:

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) Todas as proposições.

3. IDECAN (2015) – Processo Seletivo Interno da PMPB.

Em relação ao território da Paraíba, no contexto das Capitânicas Hereditárias no Brasil, analise as afirmativas.

I. Com o objetivo de povoá-la, a colônia portuguesa foi dividida em Capitânicas Hereditárias.

II. A capitania do Itamaracá está ligada à origem do que seria inicialmente a Capitania do rio Paraíba e, posteriormente, à Paraíba.

III. Uma das preocupações dos lusitanos em ocupar o território que mais tarde formaria a Paraíba era resguardar o ouro, já explorado desde o período pré-cabralino.

IV. As primeiras atividades desenvolvidas na região da Paraíba eram ligadas a plantação e beneficiamento do café.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II, III e IV.

4. IDECAN (2015) – Processo Seletivo Interno da PMPB.

Na história da conquista da Paraíba, destaca-se uma série de conflitos com os indígenas da região. Sobre esse período e conflitos, é correto afirmar que

- A) os portugueses conseguiram a admiração dos Potiguaras que passaram a trabalhar sob o regime de escambo e estanco.
- B) após algumas tentativas infrutíferas, os portugueses conseguiram o apoio dos Tabajaras, que eram inimigos dos Potiguaras.
- C) o maior empecilho para a posse total e imediata da Paraíba na época da conquista era a união entre as tribos indígenas que já tinham a ideia de unidade nacional.
- D) os índios característicos da região da Paraíba, Tupis, Guaranis, Aimorés e Nuaruaques, já se organizavam através do modo de produção asiático, ou seja, tinham um estado centralizado e organizador.

5. Diante das constantes invasões e o tráfico de pau-brasil na costa brasileira, a Coroa Portuguesa, na figura do rei D. João III, enviava ao Brasil, no ano de 1530, uma expedição comandada por **Martim Afonso de Sousa, nobre português. Marco do fim do período pré-colonial, a referida expedição objetivava, dentre outros:**

- A) Combater e expulsar os franceses da costa brasileira.
- B) Construir feitorias e fortificações para garantir a colonização dos sertões.
- C) Estabelecer a paz e o comércio com os indígenas através do escambo.
- D) Punir os responsáveis pelo massacre no Engenho Tracunhaém.
- E) Realizar a demarcação da Capitania da Paraíba e propiciar a sua colonização.

6. EDUCA (2020) – Modificada.

O município de Cabedelo está localizado na microrregião de João Pessoa e na mesorregião da Zona da Mata Paraibana, estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Sua área é de 31,915 km² (Disponível em: IBGE, 2016).

A respeito do município de Cabedelo, analise o texto abaixo e complete a lacuna:

“O processo de ocupação do município de Cabedelo iniciou-se desde a colonização brasileira, alterando as formas de relevo, e até mesmo, as unidades geológicas mais superficiais. Segundo IBGE (2016), Cabedelo é o segundo núcleo de colonização do estado da Paraíba. Seu nome significa “_____”.

Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n13/n13a04.pdf>

A alternativa INCORRETA é:

- A) Pequeno cabo.
- B) Monte de rochas em área terrestre plana.
- C) Montículo de areia, próximo à foz dos rios.
- D) Cabeço, elevação de terreno submerso de areia.
- E) Banco de areia.

7. CPCON (COMVEST)/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

Com o objetivo de povoar a sua colônia na América, o rei de Portugal dividiu o Brasil em 15 lotes e doou a 12 donatários. A Paraíba, terra desconhecida, pertencia à capitania

- a) de Pernambuco.
- b) do Rio Grande do Norte.
- c) de Itamaracá.
- d) do Ceará.
- e) da Bahia.

8. CPCON (COMVEST)/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB. (Modificada).

Sobre a Paraíba,

Analisar as proposições a seguir:

I- O retardamento da conquista explica-se pela resistência dos índios potiguaras, aliados aos franceses traficantes de pau-brasil.

II- Nossa Senhora das Neves, terceira cidade do Brasil, por tratar-se de sede de capitania real, já nasceu cidade, desconhecendo o estágio de vila.

III- O primeiro capitão-mor da Paraíba foi Martim Leitão que instalou a fortaleza de Santa Catarina.

IV- A sesmaria que originou o latifúndio, monocultor, com a cana-de-açúcar no litoral e brejo, e o binômio pecuária-algodão, no sertão, responsabilizou-se pela ocupação da Paraíba.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas I, III e IV
- b) Apenas I, II e IV
- c) Apenas II e III
- d) Apenas II, III e IV
- e) Todas

9. CPCON (COMVEST)/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

Considerando a conquista da Paraíba NÃO É CORRETO afirmar:

a) Os conquistadores utilizaram a mão-de-obra dos índios que se renderam na lavoura, nos engenhos e na construção de obras para edificação da cidade de Nossa Senhora das Neves.

b) O papel da Igreja com a participação de diversas ordens como a dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos foi de grande importância na conquista da Paraíba.

c) A conquista definitiva da Paraíba somente foi possível quando os portugueses conseguiram a adesão dos Tabajaras.

d) Com a dominação da Espanha sobre Portugal, a partir de 1580, alguns espanhóis juntaram-se aos portugueses na tentativa de conquista da Paraíba.

e) Após a Tragédia de Tracunhaém foi criada a Capitania Real da Paraíba e como não houve resistência dos nativos, logo se deu a efetiva conquista e ocupação do território.

10. FCC (2013) - Concurso AL – PB.

A Tragédia de Tracunhaém é a denominação do episódio histórico

(A) em que centenas de indígenas, que habitavam o território entre Pernambuco e Paraíba, foram massacrados por conquistadores portugueses, em um ataque surpresa liderado por Frutuoso Barbosa.

(B) ocorrido no rio de mesmo nome, quando uma frota de embarcações portuguesas foi alvo do ataque de tribos indígenas e de colonizadores holandeses, sendo todos os tripulantes mortos.

(C) que resultou na morte de todos os colonos que habitavam o engenho de mesmo nome, motivando a determinação dos portugueses em controlar mais rigorosamente a região por meio da criação da capitania da Paraíba.

(D) no qual uma forte epidemia de varíola se alastrou e dizimou, em poucos meses, várias aldeias indígenas e as populações que habitavam diversas vilas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

(E) decorrente do enfrentamento entre colonizadores franceses e portugueses, aliados a tribos indígenas, que terminou com a destruição completa dos vilarejos da capitania de Itamaracá, e um grande número de mortos de ambos os lados.

Gabarito

1. **a)** Errado; **b)** Certo.

2. letra “a”

3. letra “a”

4. letra “b”

5. letra “a”

6. letra “b”

7. letra “c”

8. letra “b”

9. letra “e”.

10. letra “c”.

O DOMÍNIO HOLANDÊS

Desde o início da indústria açucareira no Nordeste brasileiro os holandeses ou neerlandeses participaram do empreendimento, principalmente através do refinamento e comercialização do açúcar, mas também por meio de investimentos na construção de novos engenhos. Todavia, com o falecimento do rei de Portugal D. Sebastião no ano de 1578, sem que tenha deixado qualquer herdeiro direto ao trono, corou-se ao seu tio, o cardeal D. Henrique, que pouco tempo depois, no ano de 1580, também veio a falecer. Não havendo sucessores, o rei da Espanha Filipe II reivindicou seu direito ao trono português. Insurgindo-se contra isso a resistência dos nacionalistas portugueses, que uma vez derrotados, dava-se a ascensão ao trono português de Filipe II, unificando a península Ibérica e originando à **União Ibérica**.

Desse modo, como a Espanha se encontrava em guerra contra os Países Baixos, Filipe II proibiu a participação dos neerlandeses na indústria açucareira de suas colônias, causando-lhes graves prejuízos financeiros. Sem querer abrir mão na participação da indústria açucareira, os flamengos fundaram em 1621 a Companhia das Índias Ocidentais, que culminaria com a formação de tropas para a invasão das colônias portuguesas na América.

Nessa toada, no ano de 1624 os neerlandeses invadiam à Bahia e derrotariam as tropas portuguesas. No entanto, um ano depois, seriam expulsos pelas forças portuguesas. Entrementes, os reforços enviados aos holandeses, tendo notícias da restauração da Bahia, deram meia volta, passando antes pela Bahia da Traição. Onde, estando nessa baía, os potiguaras da Serra da Copaoba e alguns tapuias dos sertões, que odiavam os portugueses, de imediato se aliariam com os holandeses e, desta feita, atacariam diversas aldeias de índios amigos dos portugueses. Nesse interim, marchava com 18 soldados para dar combate aos batavos José Falcão de Sousa, cavaleiro fidalgo da Casa Real, que manteve as tropas por sua custa por vinte dias^[65], juntando-se a outras bandeiras, mas pouco conseguiram fazer contra a grande quantidade de holandeses. Porém, uma vez que não possuíam ordens para invadir à Paraíba, os

flamengos resolveram se retirar, destarte, alguns indígenas, temerosos com a punição dos portugueses, conseguiriam embarcar rumo aos Países Baixos, enquanto outros subiram de volta à serra^[66].

Nesse sentido, o então governador da Paraíba, Afonso de França, enviava o *Capitão* Antônio Lopes de Oliveira, auxiliado pelos capitães Antônio de Valadares e João Afonso Pinheiro e respectivos regimentos - todos com experiência na guerra contra os indígenas -, contando, ainda, com o reforço dos tabajaras para fazer “guerra justa” aos índios rebelados, mas eles já haviam fugido cerca de cem léguas para o sertão do Rio Grande^[67].

Com a conquista de Olinda e Recife em 1630, a conquista da Capitania da Paraíba era fundamental para a manutenção do domínio holandês, posto que a sua posição estratégica poderia ser explorada pelos portugueses para as tentativas de restauração de Pernambuco; e era exatamente o que pretendia o rei Filipe III, que já havia ordenado a formação de uma esquadra da restauração para a ida à Paraíba^[68].

Até então Capitania da Paraíba possuía como defesa da foz do rio Paraíba: o **Forte de Cabedelo** (Santa Catarina) – que posteriormente receberia um reforço de 8 peças de bronze enviadas de Portugal -, situado ao lado sul, ainda inacabado, em estrutura de paliçada preenchida por terra (“faxina e torrão”), com um fosso seco e uma casa de pólvora rudimentar, sem outras construções em seu interior nem obras externas, o qual tinha João de Matos como capitão, mas pela sua idade, comandava no seu lugar seu genro Simão de Albuquerque de Melo^[69].

Enquanto isso, na cidade, havia o **Forte do Varadouro**^[70] ou como os holandeses o denominavam *reduit van steen* (reduto de pedra) ou *het kasteel van de rivier* (o castelo do rio) ou, ainda, no latim *Arx lapidea ad ripam fluvius* (forte de pedra à margem do rio), era chamado de Castelo por ser feito em pedra de cantaria e quadrangular. Este reduto foi construindo em meados de 1625 por Manuel Pires Correia, que o sustentou às suas custas^[71], dotando-o com dez peças de artilharia, cujo objetivo era o de proteger os armazéns de açúcares, bem como a entrada do porto do Varadouro. Logo acima (ladeira) do Castelo, havia um reduto feito em taipa, dotado de oito peças, cuja construção, em 1629, foi realizada à custa do rei, com peças mandadas de Lisboa^[72], estava sob o comando de Jerônimo Cadena^[73]. Possivelmente esse reduto de taipa foi desfeito para aproveitar as suas peças nos novos fortes da barra, uma vez que não consta nos mapas holandeses.



Figura 3. Recorte e análise do Forte do Varadouro a partir da ilustração “Parayba” (1665) publicada por Johannes Vingboons.

Destarte, em cinco de dezembro de 1631, após partirem da Ilha de Itamaracá em 19 navios sob o comando do *Tenente-Coronel* Hartman Godefrid van **Steyn-Calenfells**^[74], os holandeses chegam à Paraíba, onde desembarcaram com 13 companhias, com cerca de 1600 soldados, além de seus aliados indígenas como Pedro Poti e Antônio Paraupeba, líderes potiguaras. No entanto, a ofensiva da Companhia das Índias Ocidentais foi rechaçada pela artilharia portuguesa nas trincheiras do Forte de Cabedelo (ou como eles chamavam: *fort Cabo Delo ou zuider fort*), após um saldo alto de combatentes mortos, os flamengos resolveram se retirar às pressas, sem que os portugueses notassem^[75], esse evento ficaria conhecido como a “Batalha de Cabedelo”. Na ocasião os luso-brasileiros também tiveram grande baixas, com diversos portugueses mortos e feridos, além dos seus aliados indígenas como o líder dos tabajaras D. Nicolau Pinda e Muruçuiachu, líder potiguara da aldeia de Jacuípe, bem como o Padre Frei Manoel da Piedade, da Ordem do Seráfico Padre São Francisco.

Nessa toada, preocupado com a defesa da barra, em 1633, o *Capitão-mor* Antônio de Albuquerque em consonância com o Conde de Bagnuolo, iniciou a construção de um novo forte no lado norte, sob a supervisão do Capitão Engenheiro Diogo Paes, demolindo para esse efeito tudo que era de forte velho (*oud vierkant fort*)^[76] para aproveitar a sua artilharia^[77] e reconstruindo um novo com quatro baluartes^[78], mas que apenas dois possuíam artilharia, esta fortificação receberia a denominação de **Forte de Santo Antônio**, os holandeses o chamavam de *Noorden Fort*. O Forte de S. Antônio seria entregue ao comando de Lourenço de Brito Correia, contando com duas companhias nas suas trincheiras, uma das quais tinha como *Capitão* Domingos de Almeida, que contribui com a despesa da sua edificação^[79]. Com a tomada do Rio Grande pelos neerlandeses, o governador tornou a levantar uma nova fortificação na barra, a qual foi erigida na **Ilha da Restinga** (ou de São Bento), “à distância de um tiro de canhão” de ambos os fortes. Tratava-se de uma bateria de sete peças, que uma vez concluída, foi

entregue ao comando do *Capitão* Pedro Ferreira de Barros^[80]. Esse reduto juntamente com os fortes de Santo Antônio e de Cabedelo formavam um triângulo defensivo na entrada do Paraíba.

Em fevereiro de 1634, o *Coronel* Sigismund van Schoppe, com cerca de 24 naus e outras pequenas embarcações, chegou ao Cabo Branco com uma infantaria de aproximadamente três mil soldados, dos quais, cerca de mil desembarcaram na enseada da Ponta de Lucena e marcharam para tentarem tomar o Forte de Santo Antônio. No entanto, soldados neerlandeses se depararam com uma trincheira (estacadas), onde se perderam uma grande quantidade de homens em duas investidas, sem conseguirem transpô-la. Desse modo, após se fortificarem à frente da trincheira, os holandeses tentaram uma terceira vez, mas novamente sem sucesso. Entrementes, no lado do Forte de Cabedelo, chegava mais e mais reforços portugueses. Novamente os holandeses resolveram se retirar sem conseguirem conquistar a Paraíba.

Não tardou para que os holandeses tentassem uma nova investida à Capitania da Paraíba, destarte, após as já mencionadas frustradas tentativas de conquistar a Paraíba, os neerlandeses sob o comando dos coronéis Sigismund van Schoppe, Christoffel Artichofsky (Polônês), Jan Cornelisz Lichthart e outros, chegaram no início de dezembro de 1634 nas proximidades do Cabo Branco com cerca de 29 embarcações, de onde desembarcaram novamente ao sul de Cabedelo com diversos soldados e mercenários, com cerca de 2.340 homens, bem como apetrechos de guerras, tais como artilharias móveis (canhões de 3 libras). Em seguida, iniciaram-se a construção de acampamentos (arraiais), baterias de artilharia e redutos, cercando e, consequentemente, bombardeando intensamente o Forte de Cabedelo.

Dias depois, alguns navios holandeses, aproveitando-se de uma densa neblina, seguiram para a tomada do **Forte da Restinga**, obtendo sucesso no intento. Da mesma sorte, o **Forte de Cabedelo**, cercado pelo inimigo e sofrendo intenso ataque, perdia cada vez mais homens entre mortos e feridos, como o próprio capitão do forte João de Matos Cardoso (com seus oitenta anos de idade) que ferido foi substituído por Jerônimo Pereira, mas este seria morto dias depois, assumindo, tão logo, Gregório Gomes Souto Maior. Desta feita, Cabedelo também seria rendido pelos inimigos em 19 de dezembro. Dos soldados rendidos que lá estavam destaca-se **Bartolomeu Aires**, paraibano, que nos anos seguintes seria de grande importância na luta contra os flamengos, passando pelos postos de Sargento, Alferes e Capitão^[81].

A situação para os portugueses se tornou de tal forma irremediável, que nem mesmo o Governador Antônio de Albuquerque

quis se aventurar a defender a última defesa da barra, isto é, o **Forte de Santo Antônio**, mas aquartelou-se na ermida de Nossa Senhora da Guia, deixando o Capitão do forte, que era Luiz de Magalhães, praticamente a própria sorte, o qual prevendo estar abandonado, deu sinais que iria entregar o forte, dando, com isso, motivos para ser substituído por D. Gaspar de Valcácer, mas que logo se rendeu, dadas as condições precárias da situação, sendo, assim, o forte tomado e ocupado pelos holandeses. Rompia-se, destarte, o triângulo defensivo da foz do Paraíba em 22 de dezembro.

Com isso, restava apenas a tomada da cidade pelos holandeses para coroar a vitória, nessa toada, os seus soldados desembarcavam do rio Tambiá para a conquista da Cidade de Filipeia, no dia 24 – véspera de Natal^[82] -, mas ela já se encontrava abandonada e a terra completamente arrasada. A cidade foi rebatizada para *Frederikstad* (**Frederica**), em homenagem ao príncipe de Orange, Frederico Henrique.

Muitos portugueses que não aceitaram a administração neerlandesa queimaram as suas próprias fazendas e engenhos e se retiraram para o interior - como o *Capitão* Manoel Pires Correia que levava consigo parte da artilharia do Forte do Varadouro -, do mesmo modo fez o Governador, onde buscou se organizar para resistir à conquista definitiva da Paraíba. Todavia uma grande parte já havia aceitado o domínio holandês, uma vez que se o próprio governador tinha abandonado as tropas do Santo Antônio, escondendo-se na ermida da Guia e depois nos diversos engenhos do interior, não poderia esperar o oposto dos demais moradores que já possuíam “passaporte”, isto é, passagem livre garantida pelos batavos, e que por todo esse tempo vinham suportando os prejuízos na suas economias da continuidade da guerra, diferentemente do Governador que tinha a sua renda garantida pela Fazenda Real. Não conseguindo reunir homens para resistir aos holandeses, o Governador se retirou para o cabo de Santo Agostinho, juntamente com outros, destacando-se os irmãos Jorge Lopes Brandão, senhor de engenho, e Luiz Brandão, e o sobrinho destes Francisco Camelo Brandão, além dos senhores de engenho Manoel Pires Correia e Manoel Quaresma Carneiro.

O Forte de Cabedelo, arruinado nos confrontos, foi reconstruído pelos holandeses, passando a se chamar **Margareth**, nome da irmã de Nassau, bem assim, o Fortim da Restinga foi reforçado com paliçadas em sua volta, enquanto que para o Forte de Santo Antônio, totalmente destruído, construiu-se apenas uma torre no seu lugar para defesa e vigilância. Para administrar a colônia da Paraíba, a Companhia das Índias Ocidentais nomeava o conselheiro Servácio (*Servacius*) Carpentier que participou da conquista, mas que no ano de 1636 era

substituído por Ipo Eysens.

Com a consolidação do domínio holandês, a ordem aos capitães portugueses era o de buscarem o confronto direto somente em situações que lhes fossem favoráveis, bem como que incendiassem canaviais e demais plantações, isto é, uma tática de guerrilha. Desse modo, **Capitão Francisco Rebelo**, o “Rebelinho” – que anteriormente havia sido capturado pelos holandeses, mas conseguira fugir – seguiu para Parahyba com 200 homens, contornando muitas léguas pelos sertões até chegar na ribeira do Tibiri, onde montou acampamento no arraial ou Real, próximo ao Engenho de Santo André. Assim, sabendo que a comitiva do *Diretor* Ipo Eysens se encontrava no Engenho Espírito Santo, onde o diretor inspecionava a produção do dito engenho, Rebelo deu assalto em 14 de outubro do referido ano, matando muitos, inclusive o próprio diretor^[83]. Após essa vitória, agora com um contingente de cerca de 600 homens, os portugueses conseguiram coaptar mais homens para se juntarem às tropas de Rebelo.

Com a morte de Ipo Eysens, nomeou-se, em 1636, **Elias Herckman** como administrador da Paraíba. Herckman deixou riquíssima contribuição para a história da Paraíba ao editar o relatório *Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba* ou da tradução livre **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**. Dadas as condições precárias da Capitania e o iminente ataque dos soldados liderados pelo Capitão Rebelo, Herckman guarneceu-se no Mosteiro de São Francisco (convento), agora entrincheirado, de onde organizou as suas tropas. Nesse sentido, ordenou ao Sargento-mor dos fortes John Godlat que comandasse o ataque à Rebelo. Destarte, em 27 de novembro de 1636 os holandeses com um contingente de cerca de 1200 homens finalmente conseguiram expulsar as tropas portuguesas comandadas por Rebelo, que cercados, fugiram ao cair da noite^[84].

Pouco tempo depois, passavam pela Paraíba o **Capitão Sebastião de Souto**, juntamente com o **Ajudante André Vidal de Negreiros** e mais oitenta homens, onde queimaram diversas plantações e destruíram diversos estoques de açúcar dos holandeses. Além de encontrarem 60 índios aliados dos holandeses, dos quais foram mortos quase todos pelas tropas de Sebastião.

Durante o governo-geral do **Conde Maurício de Nassau** (1637 a 1643), muitos portugueses participaram da administração holandesa, sobretudo os senhores de engenho, tendo em vista as concessões e vantagens estendidas a eles durante a sua gestão, como empréstimos a juros baixíssimos, o perdão de dívidas atrasadas e uma taxa tributária menor que a portuguesa. A participação na administração neerlandesa, portanto, era acima de tudo uma questão de

sobrevivência, além de uma maneira de atender aos seus próprios interesses.

Nessa esteira, destacam-se os seguintes “**homens bons**” da Capitania da Paraíba que participaram da Câmara de Frederica: Manoel de Almeida; Rafael Carvalho, do termo de Tibiri; Luis Mendes de Vasconcelos; Bento do Rego; João Rodrigues Machado; Jerônimo Cadena; Francisco Camelo Valcacer; Duarte Gomes da Silveira; e Fernão Rodrigues de Bulhões, Secretário^[85]. Além de outros cargos, como o de comissário exercido por Gonçalo Lopes de Oliveira. Convém destacar, que no ano de 1640 ocorria a ascensão ao trono português de D. João IV, pondo fim a União Ibérica.

No entanto, com a saída de Maurício de Nassau e com o aumento dos gastos e prejuízos ocasionados pelas batalhas contra os portugueses que buscavam retomar os seus domínios, a Companhia das Índias Ocidentais iniciou uma política agressiva para aumentar a sua arrecadação, como o aumento de impostos e a cobrança de dívidas, além do confisco de terras e engenhos, o que gerou enorme insatisfação nos senhores de engenhos, que aos poucos começaram a insurgirem-se contra os neerlandeses.

O domínio holandês da cidade de Frederica durou até 26 de agosto de 1645, quando as tropas luso-brasílicas reassumiram o seu controle, obrigando o então diretor **Paulus de Linge** a aquartela-se no Forte de Cabedelo (Margareth), que juntamente com os Fortes da Restinga e de Santo Antônio permaneceram sob o domínio batavo. De mais a mais, na área externa ao Forte de Margareth levantou-se diversas baterias, acampamentos e trincheiras guarnecidas pelas tropas holandeses e seus aliados indígenas. Os poucos que se arriscavam fora dessas fortificações, seja para a coleta de refrescos (frutas) ou mesmo madeiras, eram emboscados e mortos pelos rebeldes, como consta dos relatos dos campos de Cabedelo e da Guia (Lucena).

Numa tentativa de reaver o Forte de Cabedelo, os portugueses solicitam os préstimos de **Fernão Rodrigues de Bulhões** para que subornasse Linge a entregar o referido forte^[86], tentativa que ocorreu em setembro. Todavia Bulhões seria preso na ocasião e sentenciado à forca^[87], após confessar^[88], possivelmente por meio de tortura. A atitude de Linge quanto à prisão e morte de Bulhões foi tida como uma má conduta até mesmo entre os neerlandeses, isto repercutia pelos quarteis do dito forte, onde murmurava-se que havia cometido assassinato^[89]. O fato é que a morte de Bulhões teve um efeito deletério para o domínio holandês na Paraíba, uma vez que a morte de um dos principais da Capitania, gerou grande clamor e revolta entre os seus pares, nem mesmo a saída de Paulus de Linge da direção

da Paraíba, no final de 1647, foi suficiente para acalmar as animosidades.

Diante desse cenário, muitos senhores de engenho da Paraíba passaram a aderir à insurreição convocada por André Vidal de Negreiros. Outrossim, estando em 1646 no Arraial do Engenho Santo André, Negreiros também enviou folhetos aos soldados e civis holandeses prometendo que seriam bem tratados aqueles que desertarem^[90], do mesmo modo, também o fez Antônio Felipe Camarão, líder potiguara, dirigindo-se aos indígenas aliados dos holandeses^[91].

Com o avanço da guerra em Pernambuco, as áreas, ainda, ocupadas pelos neerlandeses tinham um importante papel de fornecer suprimentos para Recife, bem como aos fortes de Itamaracá e Rio Grande. Desse modo, o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros fez diversas campanhas à Paraíba em busca de suprimentos, como gado; causar dano ao inimigo, seja pela queima de plantações ou emboscadas; e, ainda, impedir que os holandeses se utilizassem dos seus mantimentos, a exemplo do que fez em 1647, quando, com o auxílio de **Martinho de Bulhões Moniz**, interceptou na Paraíba uma embarcação holandesa que levaria suprimentos para Recife, matando no assalto diversos índios e holandeses^[92].

Por essa mesma época, em meados de 1647, já se encontrava na Paraíba o **Coronel Guillaume de Hauthain**, regendo e coordenando as tropas, bem como dando suporte aos Fortes do Rio Grande e Itamaracá. No entanto, nem mesmo quando sob seu governo foi possível debelar os ataques dos portugueses na capitania da Paraíba. Uma vez que, no final de 1650, os portugueses enviavam um ataque coordenado à referida capitania além do Rio Grande e Itamaracá, onde pilharam e saquearam diversas fazendas associadas aos holandeses.

Com a capitulação dos holandeses em Pernambuco, em 26 de janeiro de 1654, o *Capitão* Manoel de Azevedo^[93] por ordem do mestre de campo Francisco Barreto, conduziu de Recife um barco com o Tenente-Coronel holandês [*Bandual*, e *Delector* ?], que iria facilitar as negociações para a entrega dos fortes da Ilha de Itamaracá, da Paraíba e do Rio Grande ao mestre-de-campo Francisco de Figueiroa, ainda ocupados pelas tropas neerlandesas^[94]. O referido Figueiroa os seguia com 850 soldados, posto que havia um temor de resistência na Paraíba por parte do Coronel e Governador^[95] Hauthain, que já havia brandado que só entregaria a Paraíba pelas armas. No entanto, após rumores que os portugueses, quando da capitulação, vinham degolando mulheres, crianças e todos os soldados dos fortes, os oficiais e soldados de Hauthain o obrigaram a desamparar o Forte

Margareth (Cabedelo), embarcando-se – apressadamente – todos num navio, mas antes cuidou, o Coronel, em libertar 50 portugueses prisioneiros e a quem pertencia o navio, deixando o Forte aos seus cuidados^[96].

Com a retirada dos holandeses, a Capitania ficou arrasada com os prejuízos da guerra, além disso, o Forte de Santo Antônio foi completamente destruído e coberto pelas águas^[97], o forte da Restinga, que tinha a maior amplitude defesa da barra, estava arruinado, e o de Cabedelo, o principal deles, estava muito danificado^[98].

2.1 Fixação de conhecimento

1. COPESE - UFT - 2011 - UFT - Vestibular - Prova 02.

“Eu gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão em que ele divide o mundo entre portugueses e espanhóis.” Essa frase, atribuída ao rei francês Francisco I, mostra a determinação dos outros reinos europeus em participar na colonização das regiões atlânticas como a América e a África. Foi o caso da Holanda, que separada da Espanha em 1579, lançou-se ao mar. Sobre a relação entre Holanda e Portugal, durante o chamado Período Colonial, é **CORRETO** afirmar que:

A) A primeira expedição holandesa à América portuguesa conquistou Salvador, então capital da Colônia, em 1624. Os holandeses permaneceram na cidade até 1654, quando foram expulsos por uma expedição portuguesa organizada em Luanda e apoiada por indígenas e quilombolas locais.

B) Como parte da tentativa de se apropriar das colônias portuguesas, os holandeses invadiram Olinda e Recife em 1630 e Luanda em 1641, conquistando o principal porto fornecedor de escravos e duas importantes zonas produtoras de açúcar.

C) Como parte da estratégia holandesa, a Companhia das Índias Ocidentais, depois de conquistar Recife e Olinda, também conquistou a cidade de Luanda em 1641. Seu objetivo era vender o açúcar

americano no aquecido mercado africano.

D) O português Domingos Fernandes, o Calabar, o herói de Guararapes, liderou a Insurreição Pernambucana que, depois de muitos combates, expulsou os holandeses em 1654, pondo fim ao projeto holandês de produzir açúcar nas Américas.

E) Os holandeses, por meio das ações de Maurício de Nassau, abandonaram Luanda em 1641 e se lançaram à conquista do Grão-Pará e Maranhão em 1644, que funcionou a partir de então como importante ponto de produção de açúcar para o mercado europeu.

2. CPCON (COMVEST)/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

Sobre a dominação holandesa na Paraíba, analise as proposições a seguir:

I- Tomada a capitania da Paraíba, os holandeses estabeleceram suas defesas militares na fortaleza de Santa Catarina que seria a praça forte com múltiplas funções: posto de vigilância; ponto de apoio para a defesa; arsenal de guerra; prisão militar; palco de torturas; execuções de traidores; caixa forte batava; refúgio flamengo; e sede do governo durante a ocupação.

II- A capital da Paraíba, até então Filipéia, passou a denominar-se Frederica. A administração holandesa foi implantada nesta cidade, de forma a garantir a dominação e o controle sobre a produção açucareira local.

III- A Companhia das Índias, após o retorno de Maurício de Nassau a sua pátria, executou uma política agressiva: confiscou fazendas e engenhos, perseguiu católicos e aumentou impostos.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas a proposição I
- b) Apenas as proposições I e II
- c) Apenas as proposições II e III
- d) Apenas as proposições I e III
- e) Todas as proposições

3. FCC (2013) - Concurso AL – PB. Após invadirem o nordeste brasileiro, os holandeses conquistaram o apoio de alguns importantes senhores de engenho e proprietários de terras. Esse apoio foi obtido

com a ajuda de várias medidas empregadas pelo governo de Maurício de Nassau, dentre as quais podemos destacar

(A) a introdução de novas técnicas de cultivo da cana e a organização de um governo democrático.

(B) o estímulo à produção de diversas culturas, sem ênfase na exportação do açúcar, e ao desenvolvimento do mercado interno.

(C) a tolerância religiosa e a distribuição dos lucros da Companhia das Índias Ocidentais entre a elite local.

(D) a concessão de empréstimos e a taxaço de impostos mais baixos que os cobrados por Portugal.

(E) a urbanização das regiões dominadas e a igualdade de tratamento aplicada a holandeses, portugueses, judeus e negros.

4. CPCON (COMVEST)/UEPB (2003) - Concurso PC – PB. As denominações da capital da Paraíba e da fortaleza de Santa Catarina durante o domínio holandês foram respectivamente:

A) Nossa Senhora das Neves e Cabedelo

B) Felipéia e Santo Antônio

C) Frederica e Restinga

D) Frederica e Margareth

E) Felipéia e Tambiá

5. A respeito do Domínio Holandês, julgue como Certo (C) ou Errado (E) as assertivas que se seguem:

I. Para a Companhia das Índias Ocidentais, a conquista da Paraíba, além de proporcionar o domínio da produção açucareira local, era estratégica para a manutenção dos domínios da próspera indústria açucareira de Pernambuco.

II. Os holandeses dominaram inicialmente a Baía da Traição, onde aliados aos potiguaras avançaram para o interior da Cidade de Nossa Senhora das Neves, sem que encontrassem qualquer resistência local.

III. O triângulo defensivo da foz do Paraíba era formado pelos Fortes de Cabedelo, da Restinga e o de Santo Antônio, que uma vez rompido em 22 de dezembro pelas tropas neerlandesas, proporcionou a conquista da cidade de Filipeia.

IV. Com a conquista da Cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves pelos neerlandeses, as tropas portuguesas se retiraram da Capitania, não oferecendo qualquer resistência ao Domínio Holandês.

6. (FUVEST, 1995). Foram, respectivamente, fatores importantes na ocupação holandesa no Nordeste do Brasil e na sua posterior expulsão:

- a) O envolvimento da Holanda no tráfico de escravos e os desentendimentos entre Maurício de Nassau e a Companhia das Índias Ocidentais.
- b) A participação da Holanda na economia do açúcar e o endividamento dos senhores de engenho com a Companhia das Índias Ocidentais.
- c) O interesse da Holanda na economia do ouro e a resistência e não aceitação do domínio estrangeiro pela população.
- d) A tentativa da Holanda em monopolizar o comércio colonial e o fim da dominação espanhola em Portugal.
- e) A exclusão da Holanda da economia açucareira e a mudança de interesses da Companhia das Índias Ocidentais.

Gabarito

- 1. letra “b”.
- 2. letra “e”.
- 3. letra “d”.
- 4. letra “d”.
- 5. I. Certo; II. Errado; III. Certo; IV. Errado.
- 6. letra “b”.

OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA PARAÍBA

A povoação e colonização do Estuário do rio Paraíba não foi um processo pacífico após a conquista do seu território pelos portugueses, posto que parte dos potiguaras instalados na Serra da Copaoba não aceitariam o domínio luso, onde em 1598, tentariam novamente se insurgirem contra os invasores portugueses, todavia seriam rechaçados pelas tropas lideradas pelo *Capitão-mor* Feliciano Coelho de Carvalho. Além da pressão indígena, os primeiros povoadores eram constantemente roubados, furtados, tinham suas casas invadidas e muitas vezes eram amarrados e espancados por grupos de ladrões, compostos sobretudo de indígenas ou escravos fugidos, bem como a fuga em massa de escravos, ações que se intensificaram no governo do *Capitão-mor* João Rabelo de Lima (1612-1616), que para combatê-los, instituiu o açoriano Francisco Gomes Moniz, como Capitão de Campo.

Os potiguaras que resistiam à ocupação portuguesa, passaram a evitar o combate direto e realizando uma espécie de guerrilha, mudando-se constantemente. Nesse sentido, em 1615, os índios da Serra da Copaoba durante à noite, atacaram uma povoação ao norte do rio Paraíba, assassinando mais de 200 pessoas entre escravos, índios e colonos, quando os portugueses chegaram ao local, eles já haviam se retirado, todavia no ano de 1617 tornariam a se rebelar, causando muitos danos e mortes. Do mesmo modo, com o avanço dos portugueses para o interior da capitania, no ano de 1616, levantou-se os índios tapuias, que descendo dos sertões ao litoral, atacaram povoações, com um saldo de diversos mortos. Já no ano de 1619, os colonos tiveram que lidar novamente com uma grande rebelião de escravos.

Percebe-se, portanto, que malgrado a vitória das forças portuguesas sobre os potiguaras, os conflitos foram uma constante na ocupação dos seus territórios, sejam pela resistência dos potiguaras rebeldes ou mesmo através de rebeliões de escravos. Por fim, o avanço para o interior, sobretudo com os seus gados, colocaria os colonos em conflito com os tapuias, os quais seriam os próximos povos nativos a “declararem guerra aberta” aos invasores portugueses.

3.1. A Conquista dos Sertões

A conquista dos sertões foi um longo processo de interiorização da ocupação portuguesa. Onde, após a conquista do litoral paraibano, os colonos passaram a avançar para as terras do oeste, inicialmente com a construção de engenhos e posteriormente através dos currais de gado – estes, uma demanda dos próprios engenhos e lavouras, uma vez que necessitava de gados como força mecânica, bem como para a alimentação.

Preliminarmente cabe destacar que o termo *sartam* ou *saartam*, que evoluiu para *certam* ou *certão*, estes, por sua vez, originando sertão, era utilizado nos seus primórdios como uma clara oposição à costa marítima^[99]. Enquanto a costa do mar era a terra da frente e por onde se entrava no continente ou ilha, o sertão era a “terra de trás”, semelhante ao sentido de hinterlândia alemão. Sertão, portanto, designava a região de terra distante do mar ou imediatamente à costa, podendo ser de grande extensão como no caso do continente ou de ínfima extensão quando em ilhas. Servia também como marco referencial, isto é, a direção que se afasta da costa – que no caso da Paraíba seria o oeste, enquanto que em Portugal era o leste.

Os sertões fora do Brasil:

“O sartam da terra da vyla dos Rumes será tam estreito que há da costa do mar a hua volta, que o mesmo mar faz ao redor da vyla, duzemos e trymta pasos e estea estreyteza dura mais que tiro de berço”^[100].

“Digo que ambas as Etiopias são dos Portuguezes muito sabidas; porque a costa de Guyné, que he a Etiópia abaxo do Egypto, he sabida pollos nossos, nam tam somente na fralda do mar, mas dentro no sartam;” ^[101]

“[...] o páo he muito esponjoso; e quer lugares areosos perto do mar, porque fora no sartão nam se dam.”^[102]

Portanto, os portugueses dividiam as terras em duas regiões, a costeira (litoral) e os sertões, daí porque, era muito comum a utilização de termos como da “parte do sertão”. Essa ideia não se confunde com a percepção de ser uma região seca ou desértica, ou como os lusos diziam *agreste*, *áspera* e de *clima inclemente*, posto que essa era uma característica peculiar dos sertões do Brasil e não uma regra – diferentemente dos “sertões” de Portugal. O termo também era utilizando para designar a região que se afasta do leito ou margem dos rios, bem como em oposição a testada de um terreno ou para referenciar a sua largura.

O processo de conquista começou a se desenhar com a ocupação

permanente das **fronteiras dos sertões**^[103] por engenhos e fazendas, dos quais destaca-se o engenho de Santo Antônio erigido por **Antônio de Valadares**, por volta de 1600, junto ao riacho *itapoã*, que vai para o rio Paraíba, por isso também denominado de engenho de tapoá ou itapoá, que corresponde atualmente ao município de São Miguel de Taipu. Conforme Herckmans, seu nome vem de uma pedra pontiaguda (itapia) em frente ao pequeno rio (riacho). O referido engenho de Valadares era “o último” e, portanto, estava situado nessas fronteiras, que correspondia ao limite entre as terras ocupadas pelos portugueses e as terras sobre domínio dos tapuias.

Ainda situado nas fronteiras dos sertões, tinha-se o engenho do **Capitão André da Rocha** – que faleceu na “Batalha de Cabedelo”, passando para a viúva Brázia Rodrigues da Rocha, e posteriormente para Manoel Correia Pestana -, ao oeste do engenho Espírito Santo para o rio Gurinhém, cujo rio se situou a aldeia de *Itapoape*. Foi próximo a esta aldeia, que **Pedro Cadena** requereu terras, em 1621, para o benefício do seu engenho.

Esse avanço dos colonos pressionava cada vez mais as terras dos tapuias, fato este que motivou diversos ataques perpetrados por eles no ano de 1616. Em resposta a isso, o **Capitão dos Ginetes Constantino Cadena** – que servia de Escrivão da Fazenda Real, Alfandega e Almojarifado na Paraíba^[104] – avançou por terra em busca dos tapuias até o rio de *tapoapio*, onde, durante à noite, com a ajuda do **Capitão de Campo Francisco Gomes Muniz**, deu guerra a um grande acampamento de tapuias que se encontrava na outra banda do rio, matando muitos deles. No entanto, os tapuias seguiam resistindo aos invasores. Desse modo, os constantes ataques dos tapuias aos engenhos e fazendas levaram o **sargento-mor João Afonso Pinheiro** e seus soldados, em 1617, a reforçarem a proteção da fronteira do sertão^[105], de onde realizou diversas incursões.

Poucos se aventurava por essas fronteiras, cujo destaque fica para o **Capitão Antônio Lopes de Oliveira**, cristão-novo, cuja expertise e experiência nas batalhas contra os indígenas lhe rederam mercês, como o cargo de Provedor e Contador da Fazenda Real por seis anos (1609-1615). Como soldado, Antônio Lopes participara das guerras de conquista contra os potiguaras e franceses, tanto na Paraíba como na expedição que Pero Coelho de Sousa fez ao Ceará – ao lado de importantes nomes como Martim Soares Moreno^[106] -, passando pelo posto de Capitão. Nesse sentido, foi enviado por diversas vezes para fazer guerra aos tapuias e potiguaras, como quando o então governador da Paraíba, Afonso de França, o enviara com o auxílio dos capitães Antônio de Valadares e João Afonso Pinheiro e respectivos regimentos, bem como com um reforço dos tabajaras para fazer

“guerra justa” aos índios rebeldes que se juntaram aos holandeses quando da sua expulsão da Bahia.

Veja-se que até o ano de 1630, pouco se havia avançado em relação às fronteiras dos sertões, apenas alguns currais de gados situados às margens do rio Paraíba (atuais municípios de Pilar e Itabaiana), estando o mais distante desses currais, de propriedade de **Jerônimo Cavalcanti**, cerca de seis léguas do engenho Itapuá. Esse fato se deve a diversos fatores, como a ínfima população da cidade da Filipeia, o que pouco justificava o avanço por terras áridas e onde havia uma forte resistência indígena. Ademais, com as guerras travadas com os holandeses, o número de cabeças de gado nas capitanias ocupadas caiu drasticamente, sendo raras após a expulsão holandesa. Assim, o processo de ocupação do *hinterland* paraibano somente se intensificaria ao final do século XVII, após finalmente Portugal e os Países Baixos (Holanda) firmarem a Paz de Haia, quando começou uma corrida para reocuparem as terras das capitanias afetadas, as quais muitos moradores haviam abandonado.

Nessa toada, muitos fazendeiros, sobretudo, da Bahia viram uma grande oportunidade de lucros, adquirindo terras de criação de gados e enviando, por sua conta e risco, milhares de cabeças de gado para a Capitania da Paraíba, juntamente com homens armados (feitores), escravos e vaqueiros para protegerem e benefício dos pastos, como fez João Peixoto Viegas em 1654. Enquanto outros buscavam novas pastagens, como o caso de **André Vidal de Negreiros**, que havia por diversas vezes contornado a Cidade de Filipeia através dos sertões e fronteiras, portanto, conhecedor dessas paragens, requeria, no ano de 1657, mercê de *data* de Sesmaria composta de dez léguas de terra em quadra pelo rio da Parahiba acima, a partir do sítio onde **Lourenço Cavalcanti** teve um Curral junto ao rio, cuja concessão foi dada por Dom Jeronimo de Attaide, o Conde de Attouguia^[107], atingindo, com isso, as fronteiras do Sertão do Cariri.

A conquista de novos territórios, além do acréscimo dos dízimos reais, ampliava a possibilidade de se encontrar alguma jazida de metal precioso. Apesar do interesse da Coroa portuguesa em conquistar os sertões, não era a tal ponto de financiar por si mesma a empreitada, desse modo, a Coroa estimulava a entrada pelos “desbravadores” por sua conta e risco, sob a promessa de concessões das terras conquistadas. Na Paraíba, a conquista e povoação dos sertões teve como principais protagonistas os membros da **Família Oliveira Ledo**, os quais realizaram às suas custas a guerra contra os tapuias bravios que habitavam os sertões, legitimando os seus domínios por meio de solicitações de *datas* de Sesmaria, instituto fundamental para a consecução da colonização portuguesa.

Foi por volta do ano 1663 que os Oliveira Ledo, com o fito de obter melhores terras para os seus gados, transpassaram a *fronteira do sertão adentro*, bem como atravessaram as terras de André Vidal, onde nas terras adjacentes, povoou-as com diversas cabeças de gado. Desse modo, em 1665, o **Capitão Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo e Constantino de Oliveira de Ledo** e outros requereram o registro de um Carta de Sesmaria, cujas terras se situavam “nas Cabeceiras de uma data que concedeu o Conde de Attouguia ao Governador André Vidal de Negreiros”, correndo ao rio Paraíba acima, onde os suplicantes eram moradores e tinham os seus gados há dois anos, além de terem servido a Sua Majestade nestas partes com dispêndio de suas fazendas^[108].

Com isto, iniciava-se a conquista e povoação das terras do Sertão do Cariri de Fora, a contragosto do Capitão-mor da Paraíba João do Rego Barros que tentou obstaculizar a posse das terras pelos Oliveira Ledo, mas logo fora repreendido duramente pelo Vice-Rei Dom Vasco Mascarenhas por tentar estorvar a povoação dessas terras.

Em 1668, o *Capitão* Antônio de Oliveira Ledo e seus familiares, enquanto procurava novos pastos para assentar os seus gados, se depararam no rio Paraíba com uma tribo de índios Cariris pescando no seu leito. Preocupado com a segurança de seu rebanho, após conceder alguns presentes aos índios, firmaram um acordo de paz com eles^[109].

Destarte, os Oliveira Ledo levantaram o *Arraial do Boqueirão*, que daria proteção as fazendas nos seus arredores e que, por sua vez, originaria diversas aglomerações populacionais, como, mais tarde, a de **Campina Grande**, além de erigirem, por volta de 1692, a Capela de Nossa Senhora do Desterro. Esse pequeno povoado do boqueirão seria o trampolim para a conquista das terras do Cariri.

Avançando pelo interior da Paraíba, ainda no ano de 1670, os irmãos Custódio de Oliveira Ledo e o *Capitão* Antônio de Oliveira Ledo, juntamente com Antônio Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira, Gaspar de Oliveira, *Capitão* Francisco de Abreu de Lima e outros, solicitaram terras na ribeira das *Pinharas (Espinharas)*, até então dominadas pelos tapuias, para que pudessem povoá-las com os seus gados. A referida Sesmaria foi concedida em 04 fevereiro de 1670^[110], ficando conhecida como a “Data dos Oliveiras”, uma imensa concessão que englobava, dentre outros, a Fazenda Santa Gertrudes (Distrito), o sítio Pedra Branca, sítio Carnaúba, sítio Farinha e o sítio dos Patos, atualmente território do **município de Patos**, o sítio Laranjeiras, Sítio Pau a Pique e Sítio Trincheiras, todos estes do atual município de **São José de Espinharas**.

Novamente, agora no ano de 1673, Mateus Pereira de Oliveira, Francisco Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira e Antônio Pereira de Oliveira, filhos do *Capitão* Antônio de Oliveira Ledo, além do Vigário Paulo da Costa Barros, os quais solicitariam terras “na parte norte da fronteira das terras do *Capitão* Francisco de Abreu de Lima pelo Rio Piranhas”, com isso, os Oliveira Ledo chegavam na **região das Piranhas**, atualmente divisa entre Paraíba e Rio Grande^[111].

Quando comparando ao Rio Grande, que há época já possuía diversos currais ao longo do rio Assú, do Carmo, Mossoró e outros, a Paraíba seguia a passos lentos, com esparsos currais entre o Piancó e Piranhas. Essa pressão dos portugueses sobre as últimas fronteiras indígenas, bem como a violência praticada, sobretudo pelos fazendeiros provenientes do Rio São Francisco que avançava por todos os sertões, levou a uma rebelião generalizada dos índios, iniciada no fim do século XVII, a qual foi denominado pelos portugueses como **Guerra dos Bárbaros**^[112]. Contudo, não havia uma organização militar dos índios em torno de uma campanha, os ataques ocorriam através de assaltos e motivados pelo próprio avanço dos portugueses, nesse sentido, descrevia, em 1688, o governador Manuel da Ressurreição:

“A primeira é, que a guerra destes Bárbaros é irregular e diversa das demais nações porque não formam exércitos nem apresentam batalhas na campanha, antes são de salto as suas investidas, ora em uma, ora em outra parte, já juntos, já divididos.” (D.H.N.H. v.10. p.348).

No sertão do Piranhas-Assú, a guerra teve como estopim o assassinato de um índio perpetrado por **procuradores da Casa da Torre**, desse modo, os índios **janduís** romperam as pazes firmada com os portugueses e se rebelaram em 15 de fevereiro de 1687, seguidos pelos **paiaçus**, levantando-se nos sertões das Piranhas, Assú e Jaguaribe, respectivamente das Capitânicas da Paraíba, Rio Grande e Ceará. Somente no Assú no referido ano, os índios assassinaram quarenta e seis vaqueiros, sessenta escravos e trinta mil cabeças de gado, queimando, ainda, as casas e fazendas dos colonos^[113].

Os janduís (denominação dada pelos europeus em menção à Janduí, o seu principal líder), que englobavam os Canindés, eram considerados *índios de corso*, posto que diferentemente dos outros tapuias, não possuíam aldeia fixa, estando, por isso, sempre vagando pelas florestas, sustentando-se de frutos silvestres e da caça, ou mesmo através do furto de gados e demais criações. Tal característica tornava

quase impossível uma punição sobre eles, tendo em vista a dificuldade de rastreá-los e a agilidade com que marchavam com sua pouca bagagem^[114]. Todavia, a principal característica desses janduís, que levaria à Guerra dos Bárbaros se arrastar por muitos anos, era a larga utilização de **armas de fogo** pelos seus guerreiros.

Nas ribeiras das Piranhas e Piancó, incitadas pelos janduís e paiacus, as diversas nações tapuias que habitavam a região, inclusive as até então “domesticadas”, também se rebelaram para expulsarem todos os portugueses que ocupavam essas ribeiras. Destarte, atacaram as povoações, fazendas e currais de gados dos colonos, despejando-os dos seus arraiais. Durante o ataque, os indígenas realizaram um massacre, assassinando cerca de oitenta pessoas, além da pilhagem de seus gados e demais animais. Para resgatar aos moradores que porventura houvessem sobrevividos em alguma casa-forte, **Constantino de Oliveira de Ledo**, recém nomeado *Capitão da Companhia de Infantaria da Ordenança do Distrito do Sertão dos Cariris*, cuja confirmação se deu em 14 de março de 1687^[115], sucedendo à Antônio de Oliveira Ledo, o qual renunciou (*por deixação*) ao posto – haja vista a sua idade avançada e saúde debilitada -, e o seu *Alferes* Bento Correia de Lima, que era um sobrevivente do dito massacre, e alguns de seus soldados e índios partiram em incursão para as Piranhas. Ao chegarem nas casas-fortes, as encontraram cercadas pelo inimigo, iniciando-se um combate sangrento, culminando em dez de seus homens mortos, todavia os indígenas perderam cinquenta dos seus homens de guerra.

Ao mesmo tempo, o então *Capitão-mor da Capitania da Parahyba* **Antônio da Silva Barbosa** enviava, para fazer guerra aos bárbaros e levantar um arraial fortificado no sertão das Piranhas, **André Moreira de Moura**, o então **Capitão-mor das entradas dos Sertões**, cuja marcha das suas tropas foi acompanhada pelo *Capitão* Agostinho Moreira de Barros e Simão Moreira de Sousa, que após marcharem mais de cem léguas^[116] se juntaram aos homens de Constantino de Oliveira^[117], onde juntos rumaram com um contingente de trezentos homens até encontrarem o inimigo tapuia. Após ferrenho combate e muitos mortos, os portugueses perceberam a magnitude do inimigo e iniciaram uma retirada para a povoação, porém, foram perseguidos e atacados ferozmente por uma grande quantidade de indígenas, ocasionando uma grande perda de soldados.

A notícia dos levantes indígenas ocorridos nos sertões do Piranhas-Assú começava a chegar aos ouvidos dos índios do Sertão do Cariri, de tal sorte que no dia 08 de março de 1687, alguns tapuias da aldeia dos Cariris no distrito Tapuã e Taipu se rebelaram e atacaram os moradores, causando destruição e mortes. Desse modo, Antônio da

Silva Barbosa enviava à dita aldeia o *Alferes* **José Ribeiro Pinto**, que comandou dezoito soldados pagos para prenderem dezesseis dos rebelados que lá estavam, após serem capturados foram entregues, no dia doze, à Luiz de Sousa Furna, Coronel daquele distrito, que, por ordem do Governador da Capitania, os colocaram em liberdade sob a promessa de ficarem em paz e obedecerem ao rei de Portugal^[118].

No início de novembro de 1687, Constantino de Oliveira foi enviado novamente para a ribeira das Piranhas para levantar um **arraial** – quartel temporário e fortificado ou acampamento entrincheirado – para manter a presença ostensiva de soldados, guarnecer aquelas cercanias do ataque tapuia e resgatar algum gado que tivesse escapado do levante. Destarte, marchou do sertão do Cariri com oitenta homens até a ribeira das Piranhas, onde levantou um ***Arraial das Piranhas***. O acompanharam nessa jornada como capelão militar, o *Padre* Francisco Ferreira, sacerdote do hábito de São Pedro, responsável por cuidar dos enfermos e feridos, encomendar a alma dos moribundos, velar os mortos, levar motivação aos soldados e demais liturgias próprias das campanhas de guerra.

Aos vinte do dito mês e ano, estando o *Capitão-mor* Constantino de Oliveira Ledo no seu *Arraial das Piranhas*, a cerca de cinquenta léguas das casas-fortes do Assú, ele teve novamente a notícia de moradores sitiados no Assú pelos tapuias, partindo com 130 homens, após atingirem cerca de 30 léguas, encontraram-se com o inimigo no dia 29 do mesmo mês pela manhã. Depois de horas de batalha e estando em grande desvantagem numérica, Constantino ordenou a retirada de volta ao arraial, com a cobertura da Cavalaria. Todavia, doze dos seus homens foram mortos e vinte acabaram feridos, inclusive o próprio Capitão-mor que levou uma flechada na perna, assumindo o comando o *Alferes* Bento Correia de Lima, que logo depois também foi ferido com uma flechada na mão e teve o cavalo morto^[119]. Não era a primeira vez que Constantino falhava em tentar adentrar no Assú guarnecido pelo tapuia bravio.

Enquanto a guerra contra os Janduíis armados no Assú continuava no ano de 1688, na ribeira das Piranhas, o *Capitão* Constantino de Oliveira estava completamente cercado no *Arraial das Piranhas*, onde perdia cada vez mais de seus homens e vendo-se impossibilitado de defender a sua posição e com risco de perder o dito Arraial. Diante dessa situação, o *Alferes* Bento Correia de Lima ofereceu-lhe dois de seus escravos e cavalos velozes para irem à Cidade da Parahyba e à Recife solicitar socorro aos governantes, gastando no percurso 5 meses, os quais lhe enviaram prontamente 500 infantes para socorrê-lo.

Os constantes ataques, mortes e assaltos, principalmente na ribeira

do Assú, já vinham desde o seu princípio inquietando o *Governador-Geral Matias da Cunha*, que em 1688 ordenou ao Capitão-mor da Paraíba, Amaro Velho Serqueira, e as Capitânicas de Pernambuco e Rio Grande que mandassem tropas para socorrer aos moradores e fazer entrada no Assú sob o comando do *Capitão-mor Manoel de Abreu Soares*, com o intuito de colocar um ponto final nos ataques perpetrados pelos indígenas. Desse modo, Amaro Velho enviou a Companhia de Infantaria do *Capitão* Antônio Borges com duzentos e onze soldados, dos quais estava seu Alferes, o baiano Diogo Pereira de Mendonça^[120], que partiram no dia 24 de abril da Cidade da Parahyba do Norte em 3 embarcações até a Cidade do Rio Grande, onde reuniram-se com os regimentos de Pernambuco e Rio Grande, um total de aproximadamente 700 homens, entre tropas pagas, ordenanças, índios e soldados negros do terço do mestre de campo Jorge Luiz Soares (que sucedeu Henrique Dias), que marchariam em 07 de maio de 1688 para o Assú.

Após dezessete dias de longa marcha, levantaram acampamento (arrancharam-se) no lugar chamado saco do gado bravo, onde, ao meio-dia do dia 25, foram atacados por mais de quatrocentos índios. Após quase um dia de intenso confronto, ao romper da manhã os indígenas bateram em retirada e atravessaram o rio Assú a nado. Por ordem de Manoel de Abreu, fora construído um arraial no lugar chamado **Olho D'água** (onde houve um curral de gado), sob invocação de **São Francisco**, feito de madeira de Carnaúba^[121], o qual contava, ainda, com uma peça de artilharia de bronze (canhão). Sua posição era estratégica, uma vez que fora situado na principal passagem entre as Capitânicas do Rio Grande e Ceará. Desse arraial partiram diversas incursões ao inimigo, conforme a que ocorreu em 1689, onde as tropas transpassaram os rios *Paneminha* (rio do Carmo^[122]) e *Panema grande* (rio Mossoró) perseguindo o inimigo, alcançando-o na Lagoa do Apodi, onde lhe infligiram uma da grande perda, matando alguns dos seus líderes, como Jacariassú^[123].

Pouco tempo depois da finalização do Arraial de São Francisco, levantariam outro Arraial no Assú, o **Arraial de Santa Margarida no sítio Poço Verde**^[124], onde assistiu 200 soldados pernambucanos de uma companhia das tropas pagas que tinha como capitão **Antônio Pinto Pereira**, do terço do mestre de campo Zenóbio Achiole de Vasconcelos. Convém destacar, que a casa de mantimentos estava a cinco léguas do arraial de Santa Margarida e eram guarnecidas por vinte desses soldados^[125].

Todavia, a larga experiência do *Capitão-mor* Manoel de Abreu não foi suficiente para manter as suas tropas nos dois arraiais frente a escassez de alimento, assim, seus homens com o pavor de padecerem

de fome e estando os campos tomados pelos tapuias começaram a desertar, sobretudo os pernambucanos liderados pelo *Capitão* Antônio Pinto, a quem menos interessava a dita guerra, permanecendo apenas 6 meses. Desse modo, restaram-se menos de duzentos homens em 1688^[126], os quais no início de 1690, também se amotinaram-se, devido ao atraso na chegada dos mantimentos, obrigando o Capitão-mor Manoel de Abreu a desamparar os quarteis levando consigo todos os seus soldados, deixando a peça de artilharia enterrada, motivo pelo qual muitos abandonaram a campanha^[127].

Havia chegado há algum tempo no Sertão do Assú e Piranhas, enviado pelo Governador de Pernambuco, o **Terço dos Paulistas** comandado por **Domingos Jorge Velho** para socorrer a Capitania do Rio Grande^[128]. Nesta região, Jorge Velho levantou, no final de julho de 1688, o seu *Arraial das Piranhas*, de onde partiu com as suas tropas para obter uma significativa vitória em agosto do dito ano, todavia, não tardou em ficar sem munição, retirando-se para o seu arraial^[129]. Ao seu socorro foi ordenado a ida do *Capitão-mor* André Pinto Correia, que sairia do São Francisco, mas a seca não permitiu.

No fim de 1688, **Antônio de Albuquerque da Câmara**, fidalgo da Casa Real e Coronel das Ordenanças do Rio Grande, que havia entrado na guerra em 1687, encontrava-se com seu irmão Pedro de Albuquerque da Câmara no seu *Arraial das Piranhas*, abandonados por seus homens^[130], diante do cerco tapuia e sem munições^[131], desse modo, o *Capitão-mor* Amaro Velho enviava para socorrê-los o *Ajudante* Manoel da Câmara, que levaria cento e seis homens e munições para o dito arraial, de onde partiria em incursões contra o inimigo tapuia, ocasião que Antônio de Albuquerque foi ferido. Nos meses seguintes, após diversas incursões contra os índios, Antônio de Albuquerque ingressou na Capitania do Ceará em busca de mantimentos^[132]. Mais tarde, Antônio de Albuquerque se incorporou ao Arraial dos Paulistas^[133].

Pelos relatos até aqui apresentados, o leitor pode perceber que o rio Piranhas e Piancó na Capitania da Paraíba já possuía povoações, fazendas e arraiais, sendo levantado inclusive um *Arraial das Piranhas* presidido por Constantino de Oliveira, nesse sentido, temos a declaração dele que diz: *expulsando o tapuya Barbaro do Sitio que avia posto a nossa gente no Sertão das Piranhas e Pinhancó [...]*. O dito *Arraial das Piranhas* estava a cerca de 50 léguas das casas-fortes do Assú e mais de 100 léguas da Cidade da Parahyba, possivelmente entre os atuais municípios de Marizópolis e São José de Piranhas. Outra informação relevante extraída dos relatos de Constantino, é que na jornada que fez do Arraial das Piranhas ao Assú, eles passaram num curral de gados pertencentes a Bento Correia de Lima, de onde

ele tirou quarenta bois para a tropa. É bem possível que as terras onde estavam situadas tal curral sejam as mesmas concedidas por data de sesmaria nas cabeceiras (nascente) do Rio Piranhas no ano de 1679. Havia, ainda, os Arraiais das Piranhas de Domingos Jorge Velho e de Antônio de Albuquerque da Câmara^[134], este ou aquele a mais de 80 léguas do rio São Francisco.

Apesar dos diversos reforços encaminhados pelos governos locais e geral, o número do contingente indígena era esmagadoramente superior ao poderio das armas luso-brasílicas, nesse sentido, ainda no ano de 1688, ocorreram uma das maiores batalhas dessa guerra, onde cerca de cinco mil indígenas entraram em confronto contra as forças portuguesas, durando a batalha das primeiras horas da manhã até o anoitecer^[135]. Diante desse cenário, para melhor administrar as defesas e contra-ataques frente aos tapuias, criava-se em 1688 o posto de **Capitão-mor da fronteira das Piranhas, Cariri e Piancó**^[136], patente passada em outubro a **Constantino de Oliveira de Ledo**. Além disso, mais uma vez em 1689, o governo da Capitania da Paraíba enviava mais homens e munições para o socorro da Capitania do Rio Grande, só que agora era a Cidade do Rio Grande que era cercada pelos tapuias, desse modo, partia por cabo de quatrocentos soldados o **Capitão Jerônimo de Tovar de Tavares**^[137], acompanhado da Companhia do **Capitão** Antônio Borges, juntos perseguiram os tapuias até o Sertão do Acauã, onde ocorreu a batalha com a vitória das tropas paraibanas.

No início de 1689, as fazendas do Cariri de Fora também eram atacadas pelos índios Sucurus, causando grande destruição e levando uma grande quantidade de gados. Incapaz de fazer frente à imensa quantidade de indígenas e ataques, **Constantino de Oliveira Ledo**, Capitão-mor do distrito e sertão dos Cariris, Piranhas e Piancó, enviou homens do Arraial do Boqueirão para pedirem ajudar na cidade da Paraíba e ao paulista Domingos Jorge Velho, que estava assentado com o Terço dos Paulistas no seu *Arraial das Piranhas*, de onde partiu para o Cariri em 23 de julho do mesmo ano para uma batalha sangrenta contra os Sucurus^[138]. Também chegava ao seu socorro, enviado pelo Governador as tropas do *Ajudante* Manoel da Câmara composta por cem homens, tendo marchado cerca de oitenta léguas até o Boqueirão, de onde partiram em busca do inimigo, matando muitos, recuperando parte do gado roubado e incendiando aldeias dos Sucurus, todavia quase pereceram de fome e de sede após muitos dias de marcha.

Nem mesmo a captura e execução de alguns líderes das nações tapuias revoltosas, como o principal deles chamado de André Vidal, degolados por ordem do Capitão Manoel de Abreu Soares, fez com

quem os indígenas cessassem os seus ataques, mas muito pelo contrário, passaram a pressionar cada vez mais os arraiais^[139]. Ao mesmo tempo relatavam-se diversos abusos praticados pelos paulistas, como quando Jorge Velho retirou mulheres e crianças indígenas de uma aldeia dos padres da companhia - todos já batizados e perdoados, conforme a crença católica – e vendendo-lhes por cativos^[140].

Devidos aos avanços e retrocessos da Guerra dos Bárbaros, sobretudo por conta do abandono das tropas dos arraiais e o grande dispêndio que fazia a Fazenda Real para manter os oficiais e demais homens, em 1690, reformou-se a Antônio de Albuquerque da Câmara e Manoel de Abreu Soares, além dos demais postos criados para a guerra e ordenou a retirada da infantaria paga, das milícias e do Terço de Henrique Dias, entregando a Campanha ao paulista **Mathias Cardoso de Almeida**^[141]. Desse modo, enquanto Jorge Velho guarnecia o Assú, Mathias Cardoso se assentou no sertão do Jaguaribe, de onde no ano de 1692 seguiu para a ribeira das Piranhas, Capitania da Paraíba, com o seu terço do qual era mestre de campo, em busca dos tapuias bravios. Por ordem do Governador Manoel Nunes Leitão, Constantino e seus homens se juntaram às tropas do mestre de campo, além das aldeias de tapuias de paz que residiam na dita ribeira, marchando juntos por mais de trintas dias pela caatinga adentro, não tardando em ficarem desidratados e doentes, o que levou a se retirarem para a povoação.

Após anos de batalhas sangrentas, resistindo bravamente ao invasor português, o Rei Canindé, vendo-se insuportável uma guerra sem fim, enviou emissários aos portugueses com uma proposta de paz, em 17 de abril de 1692^[142]. Ao mesmo tempo, desamparado pelos governantes, sem receber os seus soldos e passando muitos apertos de alimentos, Matias Cardoso abandonou a campanha^[143], ficando no seu lugar o seu *Sargento-mor* Manoel Alves de Moraes Navarro. A paz com os Janduíis somente foi formalizada em 1695, quando Tayâ Assú, Rei dos Tapuias Janduíis, firmou o acordo de paz^[144].

Em 25 de abril de 1693, o governador Antônio Luiz da Câmara Coutinho passou uma ordem em que autorizava o *Capitão-mor* Constantino a dispor de qualquer gado que for necessário para manter as suas tropas ou para a manutenção do arraial, quando em ocasiões de guerra e os seus gados não forem suficientes, indenizando os seus proprietários pelo preço de mercado local^[145]. Já em 06 de março de 1694, foi ordenado pelo rei que se colocasse duas aldeias de índios no Sertão do rio Piranhas com cem casais cada aldeia para proteção dos moradores, bem como impedirem futuras hostilidades que os tapuias pudessem causar, ordem repassada e reafirmada pelo Governador-Geral Dom João de Lancastro, todavia houve uma resistência do

Capitão-mor da Capitania da Paraíba em cumprir a ordem^[146]. Diante disso, Lancastro reiterou a ordem, em 02 de novembro de 1694, para que fossem instituídas as ditas aldeias, e mandou encarregar a **Teodósio de Oliveira Ledo** a empreitada^[147], a quem Lancastro já havia provido no posto de Capitão-mor dos Cariris, Piranhas e Piancó, tendo em vista a morte de seu irmão, Constantino de Oliveira Ledo^[148].

Erroneamente é atribuído a Teodósio de Oliveira o pioneirismo nas entradas do sertão do Piranhas, que como já vimos foi um processo muito mais antigo, todavia não se pode negar que Teodósio sempre esteve ao lado do seu irmão Constantino (este, preterido pelos historiadores em favor de Teodósio) na devassa dos sertões, além de ter tornado possível o retorno dos colonos para aquela ribeira, daí por que é conhecido como o “**restaurador dos sertões**”. Seus bons préstimos foram, inclusive, reconhecidos pelo próprio rei, Dom João V, através de cartas. A sua nomeação se deu em meio há diversos ataques de tapuias, roubos de gados e muitas mortes nos sertões^[149], diante desse cenário, desceu com seus soldados ao socorro dos moradores.

Em 03 de abril de 1595, Teodósio escrevia carta ao Governador-Geral Dom João de Lancastro informando da situação que se encontrava a Aldeia das Piranhas e solicitava espingardas para a empreitada de ir aos sertões^[150]. Enquanto os distritos do Açu e Jaguaribe viviam uma certa tranquilidade com as pazes firmadas com os janduis e os paiacus, bem como a construção de presídios nas ditas ribeiras (respectivamente de Nossa Senhora dos Prazeres^[151] e de São Francisco Xavier^[152]), nas Piranhas e Piancó a situação era bem diferente, haja vista que no dito ano registrava-se diversos assaltos e roubos de gado praticados pelos indígenas contra os moradores, que resistiam, apesar do pouco contingente.

Já no ano de 1696, Teodósio de Oliveira fez uma nova incursão nos Sertões do Piancó e Piranhas, devido aos ataques e roubos de gados perpetrados por *índios de corso*^[153], que são aqueles que não têm casas nem acento e dormem no campo como animais^[154], tratava-se dos *gentios da nação Jaicó* (Icós). Nessa ocasião, estando Teodósio no seu arraial (possivelmente o do *Pau Ferrado*), liderou cento e trinta soldados para enfrentar cerca de trezentos inimigos icós, após uma batalha sangrenta com muitos mortos, foram aprisionados 57 indígenas e os outros fugiram para o Apodi. Entrementes, os índios Coremas aproveitando-se que poucos soldados permaneceram guarnecendo o dito arraial, deu assalto sobre ele, cercando-o e colocando os soldados que lá estava, em grande aperto. Informado do que vinha ocorrendo e dada a distância e urgência da situação,

Teodósio enviou a cavalaria para socorrê-los, que com a sua chegada, os índios logo se retiraram.

Mais tarde, em 1697, o *Capitão-mor* Teodósio com alguns de seus homens, além de muitos cavalos e escravos para fazer carga, desceu para a cidade de Nossa Senhora das Neves, onde requereu a sua majestade homens, armas e munições para dar continuidade com a guerra nos sertões contra os índios Icós e Coremas, contando, para isso, com o auxílio dos tapuias chamados Ariús, aldeados em Campina Grande, liderados pelo cacique Cavalcanti. Na sua solicitação justificava que o Sertão seria um lugar com abundância de pasto para criação de gados, constituído, portanto, um importante acréscimo de dízimos para o Reino, daí a importância de uma nova entrada no Sertão para levantar um **Arraial nas Piranhas**.

Com isso, em janeiro de 1698, Teodósio desceu rumo ao sertão do Piancó com seus homens e com os ditos Ariús, além de dez soldados cedidos pelo Governador, quarenta Cariris e outros dezesseis índios, tendo, ainda, a companhia de um religioso Franciscano de Santo Antônio. Chegaram em 21 de abril ao *Arraial de Pau Ferrado*, sem encontrar qualquer inimigo no caminho. Aliando-se com os índios Coremas, após firmarem um acordo de paz, Teodósio deixou o *Arraial Pau Ferrado* para fazer a nova entrada, marchando por vinte dias e liderando 150 soldados, acompanhado pelos índios aliados até a ribeira do Apodi, onde encontrou o inimigo tapuia da nação Icó, deste, matou 32 e capturou 72, enquanto da sua parte somente houve 6 feridos, segundo o seu próprio relato.

Convém salientar que a fazenda Pau Ferrado estava situada a ribeira do Piancó, atualmente na divisa dos municípios de Coremas e Pombal, onde estava localizado o dito arraial, ela pertencia à Casa da Torre da Bahia, que, como veremos, havia se apossado indevidamente dessas terras^[155]. Além do dito Arraial Pau Ferrado mencionado por Teodósio, havia ao longo das ribeiras do Piancó e Piranhas diversas casas-fortes ou “estacadas” levantadas pelos moradores, tornando-se as suas moradas durante muitos anos (1695 a 1710), maneira encontrada para ficarem em segurança dos ataques dos indígenas, que na calada da noite buscava assaltar as suas fazendas.

A postura de Teodósio com os indígenas era por vezes criticada pelos próprios portugueses, tendo em vista a crueldade com que tratava os cativos, muitas vezes matando a sangue frio os índios que capturava nas guerras sobre o pretexto de serem “incapazes”, como fez nessa entrada. As próprias palavras do seu filho Francisco de Oliveira Ledo descrevem o porquê dessa conduta: “só com o seu nome intimidava os tapuias”. É possível que tal fama tenha chegado aos índios Coremas, que ao terem notícias do retorno de Teodósio no

sertão do Piancó, de imediato correram para firmarem pazes com ele. É difícil saber o que se passou nessa ocasião para que se desse a ordem para a execução, mantendo poucas presas vivas. Todavia, convém destacar que o seu irmão Constantino, bem mais compassivo com os inimigos, acabou sendo traído em certa ocasião, o que levou a uma chacina de colonos^[156].

Perseguido pelo inimigo enquanto avançava e sem mantimentos, Teodósio buscou recuar, durante a sua retirada perdeu quatro de seus homens, tornando finalmente em 27 de julho ao *Arraial Pau Ferrado* no Piancó^[157]. Parte da historiografia tem a muito tempo apontado que foi nessa investida que Teodósio levantou o *Arraial de Piranhas*, por isso, peço vênha ao bom leitor para discordar, antes de chegar ao dito arraial, Teodósio estava sendo perseguido pelo inimigo e se encontrava sem mantimentos, dois trechos da sua carta deixam isso claro: “*vindo-me retirando com três dias de viagem me vieram seguindo os inimigos e andando o meu gentio a caça*” e “*não foi possível por vir falto de mantimentos e somente lhe dei uma avançada*”, ora, é fato que quando você está sendo perseguido e sem mantimentos, a retirada é fundamental, e para onde? Para onde é seguro e existe mantimentos, que era o Arraial do Pau Ferrado, onde provavelmente Teodósio deixou grande parte da pólvora e gado que trouxe consigo, ademais, foi no dito arraial onde ficaram as mulheres e filhas dos índios Coremas que o acompanhava, mais um motivo para retornar àquele arraial, tanto que foi nas suas vizinhanças que se aldearam os índios Coremas, além de tudo isso, logo no início da carta temos o trecho: “*a este arraial de pau ferrado*”, observe que ele usou o pronome “este” e não “esse”, indicando que o lugar onde ele se encontrava quando escreveu a carta.

É possível que após diversas incursões partindo de Pau Ferrado para as Piranhas para expulsar os índios daquela região, Teodósio em 1699, finalmente levantaria o seu Arraial nas Piranhas. Isto porque Teodósio tornaria à Cidade da Parahyba no mesmo ano para buscar uma imensa quantidade de gados para povoar aquelas pastagens. Como a resistência indígena aos invasores perdurava no tempo, no ano de 1700, mais uma vez Teodósio mandava alguns de seus homens buscarem munições e mantimentos na Cidade da Parahyba do Norte para guarnecer os arraiais. Pressionados pela retomada dos avanços dos colonos pelas Piranhas e Rio do Peixe, os Icós levantavam-se mais uma vez em 1701, todavia, novamente foram derrotados, com uma conta de 50 indígenas mortos e 130 capturados.

Com a proteção dada pelos arraiais, começava-se uma verdadeira corrida pelas terras da ribeira do Rio do Peixe, que juntamente com as da Piranhas e Piancó, se dizia Garcia Dávila, da

Casa da Torre da Bahia, senhor delas, sem ter recebido qualquer data de sesmaria. Desse modo, os primeiros colonizadores eram obrigados a pagar foro a dita Casa se quisessem povoá-las, que como veremos, foi um grande estelionato praticado pela Casa da Torre, ademais já se encontrava na ribeira do rio do Peixe o *Sargento-mor Antônio José da Cunha*, português, que firmou pazes com os índios icozinhos (icós-pequenos). O primeiro foreiro desse rio, muito possivelmente, foi o *Coronel Manoel de Araújo Carvalho* que chegara ao rio do Peixe para povoá-lo com seus gados, como foreiro da Casa da Torre, trazendo consigo muitos homens, feitores e escravos a sua custa para guarnecer as suas terras (Brejo e Olho d'água dos Araújo), cujo gado trouxera do Rio São Francisco. Em seguida, o próprio Teodósio arrendou uma imensa quantidade de terras na dita ribeira.

Quanto a Teodósio, convém salientar que as cartas e os documentos referentes a ele carregam por vezes um certo exagero, já que grande parte desses documentos se referem a pedidos e solicitações de alguma mercê, por exemplo, apesar do grande trabalho que o seu irmão Constantino e muitos outros fizeram nas entradas dos sertões, o seu filho Francisco de Oliveira Ledo o aponta como o *descobridor daquela certão*^[158], narra ainda que em agosto de 1709, o *Capitão-mor* Teodósio com apenas 20 homens, dos quais se encontravam Francisco, marcharam sem mantimentos por vários dias no Sertão do Cariri para enfrentar as várias nações tapuias que se levantaram no Rio Grande e Paraíba contra a colonização portuguesa, um contingente de mais de 800 índios. Juntando-se, ainda, às tropas de Teodósio mais 150 tapuias “mansos”. Por fim, ao se encontrarem com inimigo tapuia, mataram 100 tapuias e aprisionaram mais 114, enquanto os outros fugiram em debandada. O seu filho não revela, mas os ditos tapuias já vinham pressionados pela tropa de **Luiz Soares de Albuquerque**, capitão-mor de Mamanguape, que os seguiam matando a maioria deles, encontrando Teodósio aqueles que fugiam pela Serra da Borborema^[159].

Durante o período de 1704 a 1709 houve uma explosão de solicitações de sesmarias para a criação de fazendas de gados na região habitada pelos índios Pegas, que até então estavam em paz com os portugueses. Todavia, uma característica dessa nação Pega era a de não se “misturar” com os brancos^[160], com isso, a penetração dos portugueses em suas terras deu início a diversos conflitos com os moradores das Piranhas, que teve como ápice o ano de 1710^[161]. Nessa toada, mormente os Pegas que habitavam as serras do atual município de Santa Luzia impediam a criação de novos currais, atacando os invasores com uma força de mil homens de guerra, bem assim também faziam os índios Coremas, situação que levou a Teodósio de

Oliveira, em 1708, a propor a guerra e o extermínio dessas tribos, solicitando aos governantes o auxílio do terço dos paulistas, que não fora autorizado, por se entender inconveniente que a praça do Assú ficasse sem sua principal defesa^[162]. Desse modo, por sua própria custa, o *Capitão-mor* Teodósio, seus parentes, soldados e diversas aldeias de índios de paz marcharam para a região, aonde chegando na altura do *riacho do Padre* ocorreu a “batalha com os tapuias Pegas, com grande destruição e mortandade^[163]”.

Juntava-se ainda a esse “caldo” o despejo violento que os moradores fizeram aos Panatis assentados nas suas terras das Piranhas, e os ataques que os moradores do Apodi faziam contra os Icós-pequenos aldeados no rio do Peixe. Tomando ciência da desordem que vinha acontecendo no sertão das Piranhas, o Governador João da Maia da Gama, no meio do ano de 1710, enviava o *Juiz Ordinário* **Pantaleão Lobo Barreto** para apurar pessoalmente os fatos, consubstanciando-se com isso em duas *devassas*, a primeira sobre os danos que os tapuias vinham fazendo aos moradores, e a segunda sobre a guerra ou assaltos que os moradores das Piranhas vinham fazendo contra os tapuias de lá^[164]. Convém destacar que a Comarca da Paraíba abrangia não somente a Capitania da Paraíba, mas toda a Capitania do Rio Grande, situação que perdurou até 1818 quando fora criada a Comarca do Rio Grande do Norte^[165].

Após receber o treslado das devassas, no ano de 1711, o rei ordenava: que se procedesse contra os cabeças que se achavam culpados na dita devassa, na forma de direito; que logo se restituísse aos tapuias Panatis as suas terras, bem como libertasse aqueles injustamente cativados; que fossem punidos, na medida da sua culpa, aqueles índios que praticaram hostilidades contra os brancos, nos termos da lei, e quando não tivessem sidos castigados na guerra que se lhe deu; e castigar as pessoas que com a bandeira do Apodi que atacaram e cativaram os índios icós aldeados no Rio do Peixe.

O juiz Pantaleão, ainda, dava conta sobre um grupo de vinte criminosos que haviam se fortificado no sertão, aliando-se a alguns tapuias, cujo grupo vinha praticando diversas mortes e assaltos, afastado e resistente as investidas das forças do governo, de tal sorte que diversos escravos fugidos se abrigavam junto a eles. Nesse sentido, o rei também ordenava que fosse tomada as medidas, com o apoio de Pernambuco, para extinguir esse reduto.

Devido ao grande território que ocupava a Capitania-mor ou distrito dos sertões do Cariri, Piancó e Piranhas, a quem Teodósio era o Capitão-mor, foi por ordem real de 25 de julho 1724 dividida em dois distritos, o primeiro era o do **Sertão do Cariri**, que permaneceu sobre o comando de Teodósio, o segundo o dos sertões do **Piancó**,

Piranhas e Rio do Peixe, que compreendia toda freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, sendo eleito e nomeado como Capitão-mor, o português João de Miranda, natural de Viana do Castelo, que até então exercia o posto de Sargento-mor (desde 1715)^[166].

Em 1732, com a morte de Teodósio, assumiu o posto de Capitão-mor do Sertão do Cariri, seu filho, **Francisco de Oliveira Ledo**, patente confirmado em 1735^[167]. Anos antes, em 1731, quando seu pai se encontrava cego e, portanto, incapaz de guerrear, Francisco de Oliveira acompanhou o *Sargento-mor Gaspar Pereira de Oliveira* e o *Capitão Teodósio Pereira de Oliveira* – seus parentes – e o *Tenente João Tavares de Castro Rocha*, na marcha que se deu para extinguir os Quilombos ou Mocambos do Cumbe e Tacoaratinga, localizados no atual município de Taquaritinga do Norte (PE), por ordens reais, com a justificativa de *haver nelles muitos criminozos e refugiados*. No ano de 1754, Francisco assumia o posto de Capitão-mor vitalício da Capitania de Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, sucedendo o *Capitão-mor* José Gomes de Sá^[168].

3.1.1 A Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso

Com a diminuição da resistência indígena causada pelas baixas durante a Guerra dos Bárbaros e o aumento dos arraiais ou casas-fortes ao longo dos rios Piranhas e Piancó, bem como o assentamento dos índios de paz ou mansos, provocaram o restabelecimento de fazendas abandonadas, bem como no surgimento desses estabelecimentos, que com seus senhores, feitores, escravos e vaqueiros formavam pequenos núcleos populacionais. Outrossim, por resolução real de 13 de janeiro de 1701, o rei ordenou a construção de uma igreja na aldeia das piranhas (bem como em Campina Grande)^[169], e que nela servisse um missionário a título de capelão, de modo que se pudesse administrar os sacramentos aos índios.

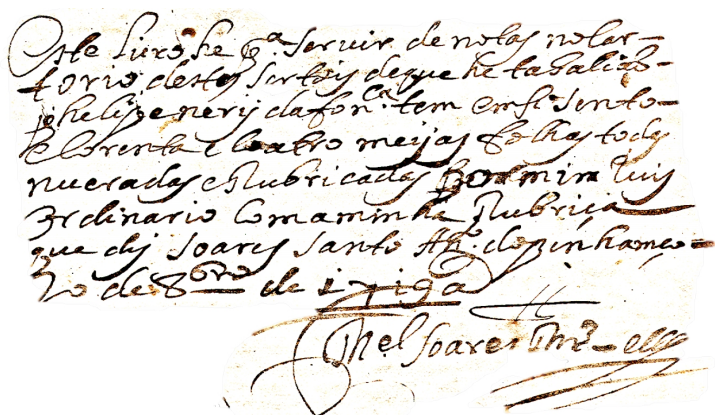
Destarte, por volta de 1703, era construída uma pequena Igreja na margem leste do Piancó dedicada à Nossa Senhora do Bom Sucesso, mais tarde conhecida como “Igreja Velha”, erigida em terras da Casa da Torre, perto de onde seria construída a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Essas terras em volta dos dois templos, conhecidas como **sítio da matriz**, seriam doados pela Casa da Torre para o patrimônio da Matriz em 1740^[170]. Para Antônio José de Sousa a adoção de Nossa Senhora do Bom Sucesso como orago, deu-se no contexto de um grande levante indígena, no qual os moradores realizaram uma promessa a dita Santa de que se vencessem os conflitos construiriam uma Igreja dedicada a ela^[171], no entanto, dada a falta de informações sobre a veracidade dessa afirmação, é mais

provável que a escolha tenha sido feita pela conclusão da dita igreja no dia de comemoração da referida santa, conforme costume da época.

Nesse sentido, surgia a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, a qual compreendia as fazendas dos rios Piranhas, Piancó, Rio do Peixe, Espinharas, Sabugi e Seridó, além das do riacho dos Porcos, tornando-se uma das principais daqueles sertões, com cerca de 200 colonos no ano de 1724, quase todos da Província de entre Douro e Minho. Ela estava situada a cerca de 30 léguas do Assú e 80 léguas da Cidade da Parahyba^[172].

Assim, no início do ano de 1711, após representação do Governador João da Maia da Gama em face das muitas mortes e roubos que ocorriam nos sertões, o rei ordenava a criação de um julgado com os cargos de Juiz Ordinário e Escrivão, este, também serviria como tabelião de notas situado em seu território^[173]. Tal juiz ordinário, nesse primeiro momento, seria eleito pela Câmara da Cidade de Nossa Senhora das Neves com a aprovação e assistência do Ouvidor-Geral, encarregando-se de ir todos os anos em correição aos sertões, inquirindo dos crimes.

Não encontramos nenhuma referência ao livro de notas que compreende o período de 1711 a 1718, caso de fato exista, mas apenas o referente ao período de 1719 a 1725, cujo termo de abertura deu-se em 20 de outubro de 1719, lavrado pelo tabelião Felipe Neri da Fonseca (Phelipe Nery da Fonsequa) e assinado pelo então juiz ordinário Manoel Soares Marinho.



Oste livro se q. servir de notas n. l. -
foris desta s. l. de que he tabelião -
phelipe nery da fon. com emf. sendo -
el brente e leatro meijar e o ha todo
nuecrado e rubricado por mim juiz
ordinario com a minha rubrica
que de j. Soares Santo A. de g. n. h. m. e -
do de 8 de 1719 de 1719
Manoel Soares Marinho

Figura 4. Termo de Abertura do Livro de Notas de 1719 a 1725^[174].

Como procurador da Casa da Torre desde os tempos do velho Gárcia Dávila, Manoel Soares Marinho na figura de juiz ordinário do Piancó/Piranhas deixa patente o domínio que a Casa da Torre tinha

sobre esses sertões.

A povoação teria um desenvolvimento notável, mesmo com as secas dos anos de 1710, 1711, 1722 e 1723, sobretudo, o sítio da matriz que possuía o maior núcleo populacional, principalmente pela existência da Igreja, além da sua localização que a tornava rota de passagem para os viajantes, sítio que hoje corresponde ao centro de Pombal.

Como regra, o *Arraial de Piranhas* ou qualquer outro não se confunde com a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, esta, como já vimos compreendia uma enorme área territorial, mais ambígua, ainda, é afirmar que o dito arraial foi “elevado à povoação”. Destarte, há que ficar claro para o leitor a diferença entre povoação e arraial. O termo arraial era utilizado para se referir ao quartel ou acampamentos fortificados e entrincheiradas, também denominados de estacadas, fortim, estância ou presídio, por meio da qual se matinha a presença ostensiva militar em determinada área ou passagem, bem como de onde partiam e para onde se retiravam as tropas, servindo de abrigo e proteção para os soldados e à população contra ataques.

Essas fortificações, assim como as aldeias de índios, eram *presídios* para os povoadores, ou, ainda, *padrastos*, que significava proteção ou barreira de proteção. Por isso, eram situados nas fronteiras - estas com o sentido original do francês *fronteirem*, i.e, a praça a frente do inimigo ou *front* de batalha -, estando, portanto, a certa distância das fazendas ou casas. Possuíam armazém para pólvora, armamentos e demais mantimentos, podendo possuir uma cadeia ou cela. Eram erigidos, geralmente, nas proximidades de rios para facilitar a coleta de matéria prima para a sua construção, como o “torrão” e a “faxina” (toras de madeira). Como exemplos, destacamos o *Arraial Velho do Bom Jesus* construído na ribeira do Capibaribe em Pernambuco, importantíssimo durante as guerras holandesas, e o *Arraial de Ferreiro Torto*, no contexto das incursões paulistas no Rio Grande.

Vejam os outros trechos que corrobora as nossas afirmações, quando Constantino em 1688 declara: *vendome oprimido das invasões do inimigo tapuya com Repetidos aSaltos noturnos que continuamente estavam dando no aRayal das piranhas donde aSistia pello pouquo poder que me sentião [...]*, Constantino estava protegido pelas estacadas de seu Arraial, todavia pouco podia fazer contra o inimigo que atacava as fazendas à noite. Por fim, em 1697, quando Teodósio solicitou homens e armas para ir as piranhas, ele deixa claro a função de um arraial ao afirma: [...] *onde se deve fazer o aRayal para segurança daquelles povoadores, confusão do gentio [...]*^[175].

É interessante notar que no ano de 1719, a povoação já aparece como freguesia, a qual compreendia cerca de 60 léguas de comprimento por 40 léguas de largura, tendo como **Padre Cura o Licenciado Antônio Rodrigues Frazão**, que nesta povoação aportou em 1706^[176]. Assim, aos 29 de dezembro de 1719, na Matriz de Nossa Senhora de Bom Sucesso do Piancó, aparecem o Capitão-mor e juiz ordinário José Diniz Maciel e os irmãos da mesa de Nossa Senhora do Bom Sucesso desta Matriz, onde o dito Capitão-mor é contratado e ajustado pela Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso para ser responsável pela construção da Matriz, ficando por fiadores os seus enteados Constantino de Oliveira Ledo e Felipe Delgado de Figueiredo^[177].

Mais tarde, em 1721, contratou-se o mestre pedreiro Simão Barbosa Moreira para a edificação da dita Igreja, tendo como prazo estipulado três anos^[178]. Com a morte de José de Diniz Maciel, em 1722, assumiu a responsabilidade pela obra o seu enteado Constantino de Oliveira Ledo^[179]. No ano de 1724, a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso já estava erigida em “pedra e cal” nas terras da Casa da Torre, estando assentados na sua vizinhança a Missão dos Índios Panatis, aldeados na Casa Forte, na direção oeste (atualmente Sítio Casa Forte em Pombal). No entanto, ainda faltava a Igreja os ornamentos necessários, desse modo, no ano de 1730, solicitavam os moradores uma ajuda de custo ao rei, bem como que o provimento dos curas se desse em dois em dois anos. O rei proveu a ajuda necessária, no entanto, em relação a colação de vigário, esta competiria ao Bispo de Pernambuco, a quem os moradores deveriam requerer.

A Casa da Torre da Bahia

A conquista e o povoamento dos sertões da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Bahia teve como principal empecilho a Casa da Torre de Garcia – doravante Casa da Torre -, sobretudo por meio dos seus procuradores. O poderio da Torre foi construído ao longo de centenas de anos.

É possível que a Casa da Torre tenha patrocinado duas grandes entradas ou expedições em meados de 1680, a qual participaria diversos de seus procuradores. Uma dessas expedições partiria do Rio São Francisco, passando pelo rio Pajeú, depois entre a chapada da Borborema, passando pela antiga passagem entre Flores (PE) até atingir o rio Piancó (no atual território de Piancó), marginando-o posteriormente à confluência com o rio Piranhas, atualmente Pombal,

deste ponto, seguiria o rio Piranhas rumo ao rio do Peixe. A outra entrada seria do Jaguaribe para o sertão do Assú. Supõe-se que houve tais entradas uma vez que todo esse trecho apontado seria apossado pela Casa da Torre, com exceção do trecho entre Paulista e Jucurutu, mas não se pode descartar a possibilidade que a Casa da Torre nunca houvesse patrocinado qualquer expedição.

O *modus operandi* dos Ávilas era sobretudo, utilizando-se de seus procuradores que garantiram, principalmente, pela violência, que essas terras fossem tidas como suas, mesmo sem qualquer título ou data de sesmaria. Desse modo, a Casa da Torre estendia os seus domínios para o Sertão da Paraíba. Dentre essa infinidade de terras se destacam as terras dos atuais municípios de Piancó, Coremas, Emas, Cajazeirinhas, Pombal, São Domingos, Aparecida e Sousa. Todavia, a violência praticada pelos procuradores da Casa da Torre provocou a revolta dos Janduís no Assú, após o assassinato de um índio, apesar da culpa, a Casa da Torre não contribuiu em nada no combate aos indígenas^[180].

Com a morte de Francisco Dias d'Ávila, por volta de 1694, sua esposa Leonor Pereira Marinho, assume o comando dos seus domínios, posteriormente passado ao seu filho, o *Coronel* Garcia d'Ávila Pereira, falecendo este, toma a frente a sua mulher Inácia Pereira de Araújo/ Inácia de Araújo Pereira, seguida por seu filho Francisco Dias d'Ávila, casado com Catarina Francisca Correia de Aragão, essas mulheres eram apontadas nos documentos como ***as mulheres da Casa da Torre***. Já no ano de 1739 começou-se a questionar o domínio das terras dos sertões pela Casa da Torre:

S. M., que ordena que havendo terras devolutas, se deem não impedindo a parte tão poderosa, como é notorio, que tem ampliado a si quasi a maior parte do sertão e com este pretexto se não tem povoado muitos sitios e catingas, pelo que é de parecer que se faça a concessão. — Despachou o governador de accordo com o parecer do Provedor, por ser parte interessada o Procurador da Corôa, como procurador que é da casa da Torre, o que se deixa ver de sua resposta.

Percebe-se que o domínio da Casa da Torre sobre as diversas terras dos sertões, sobretudo da Paraíba, não obstante o mapeamento e abertura de veredas, havia causado um grande prejuízo a Coroa, tendo em vista que dificultou o povoamento das ditas terras e consequentemente o aumento da arrecadação dos dízimos reais, além de prejuízos aos primeiros conquistadores e povoadores que se viam obrigados a pagarem o foro à dita Casa. Uma das primeiras vítimas dessa fraude praticada pela Casa da Torre foi o próprio Teodósio de Oliveira Ledo que, segundo Seixas (1985, p.153) e Sousa (1971, p.19-20), arrendou na ribeira do Rio do Peixe, entre os anos de 1702 e

1706, cerca de 28 sítios à senhora Leonor Pereira Marinho.

Em meio a esse cenário, no ano de 1744, o então Procurador da Coroa e Fazenda na Paraíba, o advogado **Francisco Gaya da Rocha**^[181], enviou carta ao rei D. João V, onde relatava que das muitas concessões de sesmarias concedidas nos sertões, os sesmeiros costumavam tomar posse sem a devida demarcação das ditas terras, excedendo os limites de 3 léguas de cumprimento por 1 de largura, bem como não procuravam a confirmação das datas à Sua Majestade, conforme a ordem, de 14 de dezembro de 1701, enviada ao Provedor da Fazenda Real, Salvador Quaresma Dourado. Gaya, ainda, afirma que tais excessos têm ocasionado diversas desavenças, demandas e vexações aos pobres, bem como algumas mortes e considerável prejuízo à Coroa, haja vista que grande parte dessas terras não tiveram qualquer cultivo e os ricos sesmeiros impedem que elas sejam ocupadas por novos sesmeiros^[182].

Nessa toada, diante desse cenário de insegurança jurídica e constantes conflitos de terra, o rei D. José I, através da ordem real de 20 de outubro de 1753, impôs a necessidade de demarcação e medição judicial das terras para que se procedesse com a confirmação definitiva de qualquer sesmaria. No mesmo ato, dada as diversas petições de moradores dos Sertões do Piauí, Bahia e Pernambuco, anulou-se os domínios da Casa da Torre e de outros grandes proprietários de terras naqueles sertões, dando preferência aos primeiros povoadores e cultivadores para que as tirassem por Sesmaria.

Um dos primeiros a se valer dessa decisão foi o *Capitão-mor* Francisco de Oliveira Ledo, que requereu a Sua Majestade a aplicação da dita regra para os sertões da Paraíba e Pernambuco, ordenando aos respectivos governadores o cumprimento dessa sua decisão, anulando as datas e sentenças de Francisco Dias Ávila nessas Capitânicas, cessando-se desse modo as injustiças que praticavam sobre si a herdeira Leonor Marinho, que se dizia senhora de infinitas terras^[183]. Francisco de Oliveira questionava a posse das terras dos sítios Bom Sucesso, Araçás e Serra Branca e Negra na ribeira do rio do Peixe (entre os atuais municípios de Sousa, São João do rio do Peixe e Vierópolis) anteriormente arrendados pelo seu pai em 1702, depois por ele juntamente com o seu irmão Antônio em 1732, antes mesmo da decisão, Francisco de Oliveira Ledo já tinha se utilizado dos institutos de sesmarias para confirmar a posse das ditas terras.

Desse modo, nos anos seguintes diversas sesmarias no Sertão Paraibano foram requeridas com base nessa decisão real, conforme Tavares (1989):

Fevereiro de 1760,

[...] menos seriam da casa da Torre por esta não ter titulo algum de sesmaria mais que uma intrusa posse nesta ribeira do rio do Peixe como também se mostrava de outro decreto junto pelo qual ordena S. M. se dê preferencia das ditas terras aos cultivadores e povoadores dela [...] (p.281).

Março de 1760,

[...] porque o supplicante foi o primeiro cultivador e povoador do dito sitio riacho de S. Francisco ou de Bartholomeo, neste sertão do rio do Peixe termo do Piancó, não obstante pagar foro á casa da Torre que se achava indevidamente senhora de todas as terras que outros descobriram e povoaram, e porque S. M. pela ordem de 20 de Outubro de 1753 annullou aquellas doações e domínios que tinha a casa da Torre e outras, mandando dar por nova graça aos primeiros cultivadores [...] (p.282-284).

Julho de 1764,

[...] o qual comprou a casa da Torre, e porque ouve dizer, que as muitas terras que a mesma casa possui se julgão devolutas, por não haver tirado data delas [...] (p.317).

Domingos Jorge Velho. *Mestre de Campo do Terço dos Paulistas, Governador de todas as tropas dos paulistas e defensor e administrador de todo gentio de cabelo corrido.*

Domingos Jorge Velho havia conquistado *na guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana*, por volta de 1677, as suas terras no rio Piagui (primeira denominação para Piauí), a qual havia povoado, fez plantações e criavam seus gados. Todavia, no ano de 1687, atendendo aos clamores e as promessas de muitos prêmios do Governador de Pernambuco João Cunha de Souto Maior, como a posse das terras conquistadas, Domingos Jorge Velho abandonou a sua aposentadoria e firmou contrato com o dito Governador para com o seu Terço dos Paulistas seguir em expedição para o Quilombo dos Palmares^[184] - que seria conquistado e destruído^[185] -, tendo sido passado a ele a patente de mestre-de-campo^[186] do Terço dos Paulistas. É interessante destacar, que Domingos Jorge Velho foi contactado pelo Governador João Cunha de Souto Maior em 1686, quando os paulistas *se achavão no Sertão do rio de São Fran^{co}; ocupados com seus esquadrões, na acostumada conquista dos gentios*^[187].

Nesse sentido, Domingos deixou as suas terras no Piauí e partiu com o seu terço com cerca de 800 índios e 150 brancos, quando ainda estava no caminho foi solicitado que antes de ir ao Quilombo, fosse socorrer a Capitania do Rio Grande, sobretudo no Assú e Piranhas,

onde os índios Janduí e outras nações haviam se levantado contra os moradores. Na Capitania da Paraíba, os paulistas levantaram o seu *Arraial das Piranhas*, fora da instância do *Capitão-mor* Agostinho Cesar de Andrada^[188], com o qual havia muito se desentendido no Assú^[189]. O arraial tinha como *Capitão-mor* Cristóvão de Mendonça, como Capelão o reverendo padre Frei Cosmo de São Boaventura, da Ordem de São Francisco e, ainda, Antônio Pereira, como Capitão, e Antônio dos Reis, como Ajudante.

Quanto ao dito *Arraial das Piranhas* de Domingos Jorge Velho, alguns documentos proporcionam dados importantes para a definição de sua possível localização. O primeiro deles assinado em 12 de março e 1690, ele afirma que enviou do seu Arraial para o Assú, em 14 de fevereiro, o padre Frei Cosmo de São Boaventura, acompanhado apenas de vinte índios, percorrendo mais de 60 léguas para ir *buscar a comfição*, gastando 24 dias no seu trajeto até o Assú. Já em declaração lavrada na campanha do Rio Grande em 5 de agosto de 1691, tem-se: *Certifiquo que vindo eu das piranhas onde tenho o meu Arraial assitiado a socorrer os moradores da Capitania do Rio G^{de} [...], deixei ao reverendo p^{ae} frei Cosmo de Sam Boaventura [...] passando o caminho com muito risco, por ter o Tapuya dado seu assalto em hum sítio chamado Travessia [...] e marchando eu p. as piranhas o deixei ficar nesse Rio G^{de} [...] p^a que o dito p.e doutrinasse as famílias dos Tapuyas da Silva [...] e indo eu do Assú o achei no Arrayal do Jundiã Perêê doutrinando [...]*.

Os indícios apontam da passagem de Domingos ao longo do rio Piranhas até o Assú, sobretudo o *Arraial Queimado*, que confrontava com o riacho do Paulista, atualmente município de Paulista, nessa mesma esteira afirmou Seixas (1962, p.23) ao se referir a Domingos Jorge Velho: “*Existe, ainda hoje, em Pomba, o distrito de Paulista que parece indicar o nome do arrojado bandeirante*” [...]. Todavia não se pode excluir que esta denominação possa se referir à passagem do paulista Matias Cardoso de Almeida nessa região.

O mestre-de-campo Domingos deixou o dito *Arraial das Piranhas* e continuou a sua expedição, seguindo para Porto Calvo de onde partiria para Palmares.

3.2. Ocupação do espaço agrário e o trabalho forçado

Como já mencionado, com a conquista e povoação da cidade de Nossa Senhora das Neves, diversos engenhos de açúcar foram erigidos, dada a importância da atividade para a Coroa lusa, somente no ano de 1618, a cidade, agora chamada Filipeia, já possuía 20 engenhos, além do Passo do Tibiri, dotado de uma balança para pesar os açúcares,

bem como para receber, armazenar e estocar o açúcar a ser embarcado ao reino, fora substituído pelo *Passo do Varadouro* somente após a expulsão holandesa.

A estrutura básica de um engenho de açúcar era composta pela engenhoca ou moenda, caldeiras e casa de purgar, as quais constituíam a fábrica ou casa de engenho. Em geral, em tais propriedades havia uma casa-grande e uma senzala para os escravos. Tratava-se de um sistema muito lucrativo para o senhor de engenho ou senhorio, posto que além de lucrar com a sua própria produção, também lucrava a partir das “obrigações” pagas pelo uso do seu engenho, seja pelos seus arrendatários ou “partidos de canas”, ou por aqueles lavradores que plantavam a cana de açúcar em suas próprias terras, mas pagavam ao senhor de engenho a “obrigação” para beneficiar a cana em seu engenho.

O plantio de cana de açúcar era fundamentado no sistema agrícola denominado *plantation*, que basicamente se pautava na monocultura de exportação em grandes latifúndios, utilizando-se para tanto, preponderantemente, a mão de obra escrava. Nessa toada, no primeiro momento, os senhores de engenho, seus rendeiros ou lavradores, buscaram se utilizar da mão de obra indígena escravizada nas chamadas “guerras justas”, tais indígenas escravizados era denominados de *gentios da terra*.

Quanto ao arcabouço jurídico-legal, a lei sobre a Liberdade dos Gentios, promulgada em 20 de março de 1570 pelo rei Sebastião I, declarava que somente poderiam ser escravizados aqueles índios capturados em *guerra justa* ou apanhados assaltando, não podendo, portanto, serem escravizados os índios aldeados, exceto os fugitivos. Todavia, calcados na desculpa de “guerra justa”, muitos dos colonos passaram a escravizar os índios, burlando a norma^[190]. Nesse sentido, Filipe II promulgou em 1595 uma nova lei que revogava a lei anterior e transferia exclusivamente para si a declaração de “guerra justa”.

No ano seguinte, o rei promulgaria mais uma lei referente aos indígenas, a qual atribuía aos religiosos da Companhia de Jesus a responsabilidade de educá-los e encaminhá-los para o trabalho por tempo determinado, sendo remunerados pelos seus serviços. Devido a insatisfação e pressão dos colonos, sobretudo de São Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro, em 1611, Felipe III, transfere a responsabilidade ao Estados a atribuição de “guerras justas”, cabendo ao rei referendá-la, sendo cativos todos os capturados na dita guerra^[191].

Nesse diapasão, dada as dificuldades do uso da mão de obra indígena pela elite açucareira local, tendo em vista a proteção aos

índios dada pela Coroa e pelos missionários, levou ao aumento no uso de mão de obra escrava africana e, conseqüentemente, do tráfico negreiro. Na Paraíba, os denominados “gentios de guiné”, enviados a partir da Colônia de Angola, foram a principal mão de obra escrava africana utilizada nos canaviais e engenhos paraibanos^[192]. Todavia, convém destacar, que grande parte dos escravos que desciam para o Brasil, eram direcionados para a Bahia e Pernambuco, desse modo, durante muitos anos, devido a falta de mão de obra escrava, utilizou-se nos engenhos a mão de obra assalariada dos indígenas aldeados^[193].

Com a deflagração da “Guerra dos Bárbaros” e o avanço dos colonos por todos os sertões, gerando conflitos com os verdadeiros donos dessas terras, ou seja, os índios, houve um recrudescimento no uso do *gentio da terra* como mão de obra escrava. Isto porque junto aos conflitos intensificou a atuação das bandeiras paulistas, que depois da busca de metais preciosos, tinha como principal objetivo o apresamento indígena. Tratava-se de uma atividade muito lucrativa para os bandeirantes, uma vez que recolhendo os quintos de El-Rei, o resto era lucro.

Quanto aos cativos africanos, estes eram arrancados das suas terras, separado de suas famílias, jogados em porões de navios lotados, passando muitas fomes e sedes, além de estarem sempre sujeitos a todo tipo de enfermidade. Os poucos que sobreviviam à longa jornada eram postos em leilões para serem arrematados, não eram atribuídos a eles a condição de “ser humano”, mas, sim, a condição de semoventes, que corresponde no nosso direito atual aos bens móveis de movimento próprio, como os animais selvagens e domésticos.

Diversos termos eram utilizados para designar os cativos de origem africana: crioulo ou crioula, para aqueles filhos de escravos que nasceram na colônia; “de cor cabra”; mulato ou mulata, para aqueles miscigenados com brancos; gentio de guiné; moleque ou moleca, designava as crianças, etc.

Na maioria das vezes, do mesmo modo que ocorreu com os indígenas escravizados, aos homens eram atribuídas tarefas consideradas mais pesadas, como a lavoura, e às mulheres eram encarregadas de serviços domésticos, ama de leite etc., todavia, não era raros os casos de utilização das mulheres em trabalhos mais pesados, sobretudo nas lavouras.

A forma de ocupação do espaço agrário paraibano ditava o modo de utilização da mão de obra, seja ela escrava ou mesmo assalariada, igualmente a relação dos cativos com os seus senhores. Enquanto na zona da mata predominava a utilização da mão de obra escrava para trabalhos mais pesados, dada as características da

indústria açucareira, que necessitava de um grande contingente de cativos. Nessa esteira, apontava o Padre André João Antonil, em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, publicado no ano de 1711, que o escravo era “as mãos e os pés do senhor de engenho”.

Por seu turno, nos sertões, que teve a pecuária como principal meio de devassa dessas terras, o contingente de escravos era infinitamente menor, posto que predominava a figura do vaqueiro, aos escravos cabiam tarefas como o cultivo de pequenas lavouras de subsistência, a exemplo da mandioca, cuidar de demais criações, cortar lenha, trabalhos domésticos etc., e, muitas vezes, ajudar na defesa contra os tapuias bravios e invasores.

Nessa toada, nota-se que nos sertões, em boa parte dos casos, dadas as circunstâncias da sua povoação e o uso doméstico da mão de obra escrava, que, muitas vezes, os cativos conseguiam uma boa relação com os seus senhores, situação de afinidade, a qual tornava às chances de conseguir a carta de alforria “pelos seus bons serviços” muito mais altas para os cativos dos sertões do que da zona da mata.

Tanto na Zona da Mata como nos sertões, a quase totalidade das Cartas de Alforrias concedidas eram destinadas às mulheres mulatas e/ou a seus filhos ou filhas menores. Em tais casos, apesar de muitas vezes apontar o motivo da alforria como pelos seus “bons serviços” ou “pelas boas obras”, tratava-se, na verdade, de cativas que se relacionava com homens brancos, sobretudo, com o seu próprio senhor, sem qualquer possibilidade de escolha, tendo em vista a sua condição de escrava.

Desse modo, na maioria das ocasiões de alforria, os senhores estavam na verdade alforriando seus próprios filhos e filhas ou a mãe deles, apesar de geralmente não os reconhecerem. A miscigenação se deu de tal sorte, que no final do século XVIII, a população de mulatos já era a maioria da população na Paraíba, mormente nos sertões onde correspondia a quase totalidade dos seus habitantes.

Àqueles cativos menos afortunados que desejavam a sua liberdade restava apenas a opção de resistir pela força, do mesmo modo os indígenas que não concordavam com a sujeição ao rei ou a Igreja. Nesse sentido, ao longo da história da ocupação do território paraibano pelos portugueses, muitos movimentos de resistência negra e/ou indígena surgiram, obrigando os governos locais, na maioria das vezes, empenhar grandes expedições militares para dissolver tais movimentos.

Antes de mais nada, faz-se mister destacar que é cediço que a política real, tanto em relação aos negros como aos indígenas, era a redução ao catolicismo e, por sua vez, à obediência ao rei. Quando

empregada, a violência era utilizada como último meio e, na maioria dos casos, obedecendo a uma certa gradação, isto é, deveria ser aplicada força moderada na medida do possível. Isto porque havia a importância da mão de obra dos índios e o valor monetário dos escravos fugidos, ainda que que refugiados em tais mocambos.

Nesse sentido, em carta de 27 agosto de 1708, o Governador de Pernambuco comunica ao Reino sobre rumores da formação de um novo *mocambo de negros* nos sertões da sua Capitania e que tem olvidado esforços no sentido de descobrir a sua localização. Veja-se, que nesse caso, uma vez descoberto seria utilizado, no seu dizer, o *pretexto de milagre de Nossa Senhora do Rosário, a quem todos os pretos veneram*.

Destarte, tentar-se-ia convencer os cativos fugidos a se entregarem, possivelmente pela desculpa que a santa lhes outorgaria algum milagre, bem como através de promessas do rei. Por fim, justificava-se ser necessário a extinção do dito mocambo para conter qualquer hostilidade que os seus membros pudessem causar, ou pelo meio mais suave, ou pelo do rigor, se este fosse necessário.

Um desses casos, é relatado em carta de 09 de março de 1711, onde o rei ordenava que o Governo de Pernambuco desse algum suporte ao Capitão-mor da Paraíba na expedição que seria feita para prender cerca de vinte homens que se encontravam no sertão paraibano fortificados e associados com nações de tapuias, onde faziam muitas mortes e assaltos. Todavia, o principal temor dos governos era que o local se tornasse “um novo Palmares”, uma vez que o dito sítio vinha servindo de abrigo para os escravos que fugiam dos seus senhores.

Situação semelhante ocorrera no ano de 1731, quando **Francisco de Oliveira Ledo**, o *Sargento-mor Gaspar Pereira de Oliveira* e o *Capitão Teodósio Pereira de Oliveira* – seus parentes – e o *Tenente João Tavares de Castro Rocha*, por ordens reais, lideraram uma expedição para extinguir os Quilombos ou Mocambos do Cumbe e Tacoaratinga com a justificativa de *haver nelles muitos criminozos e refugiados*, sobretudo pelos roubos praticados aos moradores nos sertões do Cariri, Tapuã e Taipú. O referido mucambo fora fundado, a mais de trezes anos, por quatro índios da aldeia Cariri que se recusavam a se submeterem ao julgo português. A ordem era para capturar todos, mas utilizando-se de força moderada. Desse modo, após a incursão, foram mortos 5 índios e cerca de 57 deles foram capturados, bem como 7 cativos e 2 cativas que foram entregues aos seus senhores. No entanto, parte dos homens encarregados de conduzir os prisioneiros foram acometidos em emboscada, cujos responsáveis conseguiram fugir por veredas impenetráveis para as

cabeceiras do Rio Capibaribe, cuja jurisdição pertencia a Pernambuco^[194]

Tratava-se do famoso **Mucambo do Cumbe** formado por índios cariris que não aceitava a redução ao catolicismo e cativos negros, que a historiografia o localiza erroneamente no atual território da antiga Usina Santa Rita, quando na verdade estava localizado no alto da Serra de Taquaratinga (também denominada de Taquaretinga), ribeira do Capibaribe, e que até hoje é denominado de sítio do Cumbe, do município de Taquaratinga do Norte, no Estado de Pernambuco. A sua geografia permitiu uma posição estratégica, uma vez que além de está situado a uma grande altitude, permitindo observar ao longe qualquer avanço de tropas locais, a sua localização na divisa entre as Capitanias da Paraíba e Pernambuco, causava uma aparente confusão de jurisdição e ao mesmo tempo indolência dos governantes, já que assumir a responsabilidade implicaria em custos.

3.3. Fixação de conhecimento

1. FGV (2021) - PM-PB.

A entrada de homens a serviço da Coroa portuguesa nos sertões do Estado do Brasil produziu diversos conflitos entre indígenas e conquistadores. Apesar das diversas circunstâncias de cada embate, as autoridades régias denominaram Guerra dos Bárbaros os levantes indígenas no interior do nordeste em fins do século XVII e início do XVIII. A respeito da Guerra dos Bárbaros, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() A Coroa lusa denominava de “gentios bravos” os índios rebeldes e, com base em informações obtidas por aliados tupi, os cronistas coloniais construíram um imaginário sobre os grupos que habitavam o sertão e que se rebelavam à ação colonizadora, definindo-os “tapuia”, sinônimo de bárbaro, inimigo, indomável.

() Os confrontos entre luso-brasileiros e comunidades tapuias nos sertões nordestinos foram motivados pela concessão de sesmarias à recém-criada Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a quem caberia o controle do sertão paraibano após a expulsão dos holandeses.

() Devido ao despreparo das infantarias locais e à resistência oferecida pelos tapuias, os colonos nordestinos aliaram-se aos paulistas, a quem interessava reduzir os índios rebelados à escravidão, em nome da guerra justa, tornando a sua participação na Guerra dos Bárbaros um empreendimento lucrativo.

A sequência correta é:

(A) V – V – F;

(B) V – F – V;

(C) F – V – V;

(D) F – F – V;

(E) V – F – F.

2. CONTEMAX (2021) - Prefeitura de Vista Serrana - PB - Agente de Combate a Endemias.

Leia, atentamente, o texto abaixo e marque a alternativa que completa, corretamente, a lacuna.

A Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Pombal, no Alto Sertão do Estado da Paraíba, considerada Patrimônio Histórico do Estado, exemplo único da Arte Barroca no Alto Sertão, completou no dia 24 de fevereiro de 2021, 300 anos de sua construção. Segundo a reportagem no “Bom Dia, Paraíba”, de 26/02/2021, a cidade de Pombal é considerada a __ cidade mais antiga do interior do Estado da Paraíba.

- A) Primeira.
- B) Segunda.
- C) Terceira.
- D) Quarta.
- E) Quinta.

3. FCC (2013) – Concurso AL-PB.

Após a expulsão dos holandeses, a administração portuguesa incentivou o povoamento do oeste da Paraíba. As práticas adotadas para concretizar essa ocupação foram

- (A) o incentivo às entradas e a autorização para a livre mineração, uma vez que nesse período foram descobertas dezenas de jazidas de ouro na região, em torno das quais se formavam os primeiros arraiais.
- (B) a instalação de fazendas de criação de gado bovino em áreas bem servidas por rios, e a fundação sistemática de povoações, freguesias e vilas que garantiam a posse portuguesa daquele território.
- (C) a construção de quartéis e a transferência dos engenhos de cana-de-açúcar situados próximos ao litoral para o sertão, a fim de promover o desenvolvimento de núcleos urbanos no interior.
- (D) o estímulo e o patrocínio, por parte da Coroa Portuguesa, às famílias europeias pobres que, ao emigrarem, recebiam sesmarias e volumosos recursos para se instalarem em lugares isolados.
- (E) o apoio aos missionários e a estratégia governamental de “fazer vistas grossas” à instalação de quilombos, favorecendo a abertura de caminhos e o início de alguma atividade agrícola produtiva no sertão.

4. CESPE/CEBRASPE (2013). A Guerra dos Bárbaros, também cunhada como Guerra da Confederação dos Cariris, foi

- (A) o primeiro conflito pela autonomia política do Ceará e pela separação de Pernambuco e ocorreu no século XVIII.

- (B) uma revolta regional do período regencial cujo conflito ocorreu no Ceará.
- (C) a insurreição de bandeirantes paulistas contra o governo da Capitania do Ceará que os havia contratado.
- (D) a revolta jesuítica ocorrida no Ceará, similar à ocorrida na região das Missões no século XVIII.
- (E) um grande foco de resistência indígena no Nordeste brasileiro durante o período colonial e perdurou por quase cinquenta anos.

Gabarito

1. letra “b”.
2. letra “d”.
3. letra “b”.
4. letra “e”.

O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA COLONIZAÇÃO

Antes da chegada dos europeus, a região que hoje compreende o Estado da Paraíba era habitada por diversos povos indígenas. No litoral habitavam predominantemente os potiguaras, bem como os seus rivais, os tabajaras, ambos da família linguística tupi-guarani. Para o interior ou planalto habitavam os tapuias - grupo linguístico jê -, tais como os cariris, coremas, panatis, icós, pegas e entre outros.

4.1 As Missões Religiosas

Com a conquista da Capitania da Paraíba, em 1585, abriu-se caminho para a atuação das missões que buscavam reduzir os *índios bravios* a fé católica, por meio da catequização e “educação”, convertendo-os a *índios de paz* ou *índios mansos* para viverem em seus aldeamentos. Possivelmente, os primeiros missionários a atuarem na Paraíba foram o Jesuítas da Companhia de Jesus que vieram juntamente com as expedições de conquista, tais como Simão Travassos e Jerônimo Machado (*~1557), este, apontado como o autor da obra “Sumário das Armadas”^[195]. Nos anos seguintes foi instituído o mosteiro da Ordem de São Francisco, cujo padres desamparam-no em 1599. Posteriormente, teve-se a atuação dos beneditinos da Ordem de São Bento, os quais foram os responsáveis pela doutrina e cristandade de umas das aldeias da cidade, e que desde meados de 1599, já havia instituído o primitivo mosteiro do patriarca de São Bento na cidade da Filipeia, que teve como presidente o Frei Anastácio^[196], com a consequente intensificação da atuação dos seus missionários. Por fim, teve-se a construção do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo.

No ano de 1675, a Cidade da Paraíba possuía apenas três aldeamentos, a aldeia de Utinga administrada pela Ordem de São Bento e as outras por capitães de índios, sendo a principal delas a Aldeia de Jacoca dos índios tabajaras que foram fundamentais na guerra de conquista contra os potiguaras^[197].

Após a expulsão holandesa, essas aldeias tiveram papel importante no fornecimento de mão de obra para a reconstrução da Capitania, como do Forte de Cabedelo, recebendo os índios pelos serviços prestados. Com o avanço da Coroa Portuguesa pelos sertões, diversas missões foram surgindo, tais como a Missão dos Índios Cariris aldeados no Sertão do Cariri; a dos Coremas, aldeados no boqueirão do Coremas; a dos Panatis, aldeados na ribeira das Piranhas; a dos Icós, aldeados no Rio do Peixe; e dos Pegas, aldeados na ribeira do Patu, todas, com exceção dos Cariris, estavam sem missionário em 1715 e alguns destas desde 1712, gerando um grande problema para o Governador^[198].

Tais aldeias eram situadas próximas a povoações para que pudessem “servir de escudo de proteção” aos colonos. Todavia, com a redução dos ataques indígenas, devido ao extermínio praticado durante a “Guerra dos Bárbaros”, essa função de defesa foi perdendo importância.

Fazia-se necessário, ainda, a subsistência desses índios aldeados, o que era garantido pela Coroa Portuguesa por meio da concessão de terras para o plantio e criações, cabendo, por sua vez, ao Capitão-mor da Capitania garantir a segurança, proteção e a segurança alimentar dos *índios de paz*^[199] aldeados. Desse modo, as aldeias indígenas submetidas às missões eram dotadas com uma grande quantidade de terras para subsistência e sustento dos seus membros, de tal sorte que quando situadas em fazendas e sesmarias de colonos, estes deveria reservar até uma légua das suas terras para a lavoura e sustento dos índios.

No entanto, faz-se mister destacar que a agricultura praticada pelos povos originários era do tipo corte e queima, e, portanto, itinerante. Isto é, utilizava-se, principalmente, da técnica chamada **coivara** ou roça-de-toco, a qual consiste no corte de parte da vegetação, deixando apenas os tocos no solo. Em seguida, esses tocos são queimados, juntamente com parte dos galhos e troncos. As cinzas formadas da queima ao se depositarem no solo fornecem nutrientes para o desenvolvimento das culturas. Por fim, é dado o período de repouso ao solo ou pousio, de modo que o solo possa se recuperar. A técnica foi absorvida pelos colonos para a produção de alimentos e até os dias atuais a utilização da coivara ainda sobrevive, sendo comum nos sertões, principalmente na agricultura familiar.

Nessa toada, vislumbra-se um grande problema para os indígenas à época quando da sua agricultura itinerante, não mais possuíam toda uma infinidade de terras para o efetivo pousio. Assim, uma vez que a produção de alimentos não podia parar, o uso constante e prolongado das mesmas terras, sem o tempo necessário

para a sua recuperação, provocava o seu esgotamento, o qual era acelerado pelo crescimento demográfico das aldeias.

Surgia, portanto, a necessidade de novas terras para o cultivo, em contraposição aos interesses dos fazendeiros, os quais buscavam mais e mais terras para expansão da pecuária e viam os indígenas como “intrusos” entre suas fazendas, aliado a isso, a fome tornava comum pequenos furtos famélicos perpetrados pelos indígenas ou até mesmo de gados, fatores estes que levariam quase sempre a conflitos fundiários violentos entre fazendeiros e indígenas.



Figura 5. “A Coivara”. Pintura representando a queima dos tocos.

Aldeia de Jacoca

Aldeia de Jacoca, situada na ribeira do rio Gramame (*Guaramame*), era formada pelos índios tabajaras, que proporcionaram a vitória contra os índios potiguaras e, portanto, a conquista da Paraíba pelos portugueses^[200]. Foi administrada primeiramente pelos Franciscanos^[201], passando para o comando do Capitão de índios João Ribeiro da Costa (1675-1689), homem branco^[202]. Após diversas queixas sobre o procedimento de João Ribeiro, que chegou a administrar também a aldeia da Utinga, as aldeias foram passadas para administração de um índio, mas por ser considerado incapaz, novamente foram repassadas para os religiosos, ficando a aldeia da Jacoca sob a administração dos beneditinos^[203].

Em 12 de maio de 1696, o Padre Frei Izidoro, religioso de São Bento e administrador da aldeia, denunciava que os brancos haviam usurpado as terras dos ditos índios, os quais havia recebido três léguas por sesmaria em 1614, e outrossim, solicitava a restituição da sua posse, uma vez que causava grave prejuízo a sua subsistência, por não terem onde fazer o seu roçado. Ordenou-se a restituição das terras conforme a sua Data de sesmaria, com exceção de meia légua de terra em quadra que seria agora parte da Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres, no centro desse lote, recebendo outra meia légua para compensação. No entanto, novamente no ano de 1754, era dirigida nova queixa, sobre moradores que usurpava as mesmas terras^[204].

Missão dos Cariris

A Missão dos índios Cariris foi administrada em seus primórdios (1768-1670) por um sacerdote do hábito de São Pedro, passando no ano de 1670 para os frades menores capuchinos franceses, sucedidos pelos capuchinos italianos, todos da Ordem de São Francisco. Essa tribo era proveniente do Rio São Francisco, de onde partiram para o rio Paraíba. Foram aldeados primeiramente no Cariri de Fora, sendo transferidos posteriormente para o Taipu, esta última aldeia estava situada no atual território do município de Pilar (no “Cariri de Baixo”).

Conforme relatado pelo Padre Martim de Nantes em sua obra *“Relation succincte et sincère de la mission du P. Martin de Nantes, prédicateur Capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les Indiens appelés Cariris”*:

Esta aldeia, ou burgo de índios, foi descoberta no ano de 1670 por um português chamado Antônio de Oliveira [Ledo], que procurava um pasto para colocar gado ali, e encontrou ao longo do rio Paraíba uma tropa destes índios, que pescavam a cerca de 50 léguas da Cidade da Paraíba. Tendo este Capitão obtido deles a liberdade e a segurança para pôr o gado, depois de lhes ter dado alguns pequenos presentes, veio imediatamente a Pernambuco, a ver se não encontrava algum Missionário que desejasse estabelecer-se entre estes índios, em cujo gado favor pode estar em segurança. Encontrou conosco o Padre Theodore de Lucé, Capuchinho recém-chegado^[205].

No entanto, na verdade o primeiro contato de Antônio de Oliveira Ledo com os ditos índios foi no ano de 1668, conforme transcrito:

Dizem Manuel Homem da Rocha, Francisco Quaresma, ambos capitães dos índios da nação Cariri; Narciso Cardoso, ajudante; e mais soldados, todos da mesma nação, que sucedendo no ano de 1668 entrar o capitão Antônio de Oliveira na aldeia dos capitães, estes agindo com naturalidade, e não sendo opostos a todos os brancos, parece que por permissão divina, tanto eles como os seus ascendentes, mudando a própria natureza, receberam o dito capitão com o maior obsequio que na mesma aldeia podia praticar-se, dando-lhe casas para a sua habitação e assistindo-lhe com todo o necessário, segundo a possibilidade do país, como se mostra da certidão folha 2, e depois disto fizeram os capitães tão agradados e sujeitos aos mesmos brancos, que conciliando remeter uma sumária paz [...]^[206].

E foram os seus missionários, por volta de 1715, os primeiros que tentaram se apropriar das suas terras. Conforme os relatos, o Padre Frei Cosme do Espírito Santo, da Ordem de São Francisco, sendo superior provincial do missionário da aldeia, se utilizava indevidamente das terras dadas para o sustento dos índios, desde meados de 1709, fazendo-as como suas para criação de cavalos de sua propriedade e até mesmo utilizando-se da mão de obra dos indígenas para esse intento. Não satisfeito, tentou em seguida se apropriar das terras da aldeia, o estratagema para tanto foi inicialmente adquirir as terras circunvizinhas as dos indígenas, para com isso alterar os marcos e assim absorver aquelas terras. O dito Padre pretendia repassar essas terras para a sua sobrinha e concubina. Percebendo a manobra, os Cariris se revoltaram contra o Frei e só não o mataram por intervenção do *Capitão-mor* José Diniz Maciel^[207].

Já no ano de 1750 tiveram agora invadidas as suas terras do sítio Jenipapo, compreendidos o olho d'água do cumbe, carrapateira, Lagoa de Roça, taboleiros grandes, saco aldeia velha, bultrins de baixo e lagoa das palmeiras, cujos índios tinham a posse desde 1678. A queixa era que os seus vizinhos haviam invadido as suas terras com gados e criações, causando diversos danos a suas lavouras. Em defesa, os acusados alegavam, dentre outras, que isso seria na verdade uma maquinação do reverendo missionário capuchino responsável pela dita missão^[208]. Da celeuma, é certo que como recompensa pelos seus serviços, foram premiados com as terras dos Bultrins e Jenipapo, bem assim o seu chefe Dom Pedro Valeacre recebeu o hábito de Ávis.

Missão dos Panatis

Outro caso ocorreu no Sertão do Piancó, na Missão dos índios Panatis aldeados no sítio Casa Forte, que antes mesmo da sua instalação já houve resistência dos colonos, sobretudo dos procuradores da Casa da Torre, que tentaram impedir a sua fixação. A consequência desses conflitos fora o despejo dos índios Panatis das suas terras no ano de 1710. Isso demonstra que a agressão a esses índios era antiga, mesmo os Panatis tendo contribuído com a povoação daquelas ribeiras, bem como terem auxiliado os governos, juntamente com os Coremas, durante a Guerra dos Mascates em Pernambuco e o motim de 1726 contra o governador de Pernambuco, Manoel Rolim de Moura^[209].

Num novo atentado contra a integridade dos Panatis, Fernandes Silva, o Capitão-mor dos índios Panatis, foi espancado e preso, vindo a falecer por causa das lesões na cabeça, isto no ano de 1753. Depreende-se que toda confusão se iniciou por causa de roubo de gados na região praticado por alguns Panatis, o que levou aos

moradores não quererem mais os índios naquela região, despejando-os de sua aldeia, porém, por ordem do Governador de Pernambuco, após solicitação do Capitão-mor dos índios, eles tornaram a sua aldeia, a contragosto dos moradores, o que culminaria com a morte do dito Capitão de índios^[210]. Cada vez mais pressionados, em 1757, eles deixariam a Casa Forte e se mudariam para a Serra de Santa Catarina.

Missão dos Pegas

A aldeia dos índios Pegas, com cerca de quinhentos indígenas, estava situada na planície sul do pé da Serra do Sertão (atual Serra de João do Vale), correspondendo as extremas do território do atual município de Belém do Brejo do Cruz. As suas terras para a situação da aldeia foram requeridas por data de sesmaria no ano de 1738, através do seu *Capitão-mor* Francisco de Oliveira Ledo.

Posteriormente, no ano de 1750, o *Capitão* João do Vale Bezerra solicitava data de sesmaria ao governador do Rio Grande, cujas terras compreendiam a Serra do Sertão (aparece nas sesmarias como Pequixacó ou Paxicu ou Peixacó) – mais tarde ganharia a denominação de Serra do João Vale, em referência ao sesmeiro. Todavia, no mesmo ano, o Padre Missionário da Aldeia dos Pegas, Antônio Saraiva da Silva também solicitaria terras que compreenderia a referida serra, só que agora pela jurisdição da Paraíba.

Estava posta uma situação que não tardaria em desavenças, onde uma vez iniciado o imbróglio entre os sesmeiros, isto colocaria os índios Pegas em meio a esse conflito. Destarte, Francisco de Oliveira Ledo, capitão-mor do sertão do Piancó, entendendo ser da jurisdição da Paraíba, ordenou ao seu sobrinho, o *Capitão regente dos índios* Francisco da Rocha de Oliveira, juntamente com o *Capitão* Manoel da Cruz de Oliveira, que desse posse aos índios pegas também de terras na serra, *vertentes para o sul*. No entanto, com o apoio do governador da Paraíba, Luiz Antônio de Lemos e Brito, João do Vale consegue a retirada dos Pegas da serra. Nessa toada, Francisco de Oliveira Ledo representa ao rei contra o dito governador^[211].

4.1.1 Da atuação à expulsão dos Jesuítas

Os Jesuítas da Companhia de Jesus tiveram papel fundamental na ocupação do território brasileiro, desde as expedições de conquista, promovendo a educação, catequização, encaminhamento dos aldeados ao trabalho, além de realizar um importante trabalho na educação dos filhos dos colonos, sobretudo como mestres da gramática. Para a

melhor concretização de seus objetivos, bem como para a formação do seu corpo clerical, foram construídas diversos colégios e seminários. Nesse sentido, na Paraíba, foi construído o **Colégio de São Gonçalo**, responsável, sobretudo, pela educação e doutrina dos filhos dos colonos, e o **Seminário Jesuíta da Parahyba**, anexo ao Colégio, onde se dava a formação dos novos clérigos.

Convém destacar, que a construção do Seminário se deu através da atuação do missionário Gabriel Malagrida, que cuidou em coaptar doadores, dos quais notadamente se destaca **Theodoro Alves de Figueiredo**^[212], Comissário Geral da Cavalaria, homem a época solteiro, morador que era do Sertão do rio Piranhas, ligado à Igreja e devoto de Nossa Senhora da Conceição. O Comissário em 30 de junho de 1744 doou a fazenda do Arraial da Formiga, na ribeira do rio Piranhas, com todo os bens, dos quais 300 cabeças de gado, bestas e escravos, bem assim as suas terras do Sítio Boa Vista da parte sul com 200 cabeças de gado e também as terras da parte norte (até a Gangorra) com todo o gado e cavalos, bem como seu gado e cavalos que possuía no sítio Acauã, além de parte do sítio Olho d'água da Anta Morta tirada por sesmaria, uma parte de terras na Capela de São Miguel de Taipu, a herança de seu avó Custódio de Oliveira Ledo e muitos outros bens, tudo isso à virgem Nossa Senhora da Conceição, padroeira das missões do Reverendo *Padre Missionário* Gabriel Malagrida (da Companhia de Jesus), com o objetivo de patrocinar a construção do Seminário^[213].

As constantes polêmicas envolvendo os Jesuítas e o embate com os colonos que buscavam escravizar os índios, sobretudo das Capitanias de São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo, culminou com a **expulsão da Companhia de Jesus do Brasil**, em 1759, orquestrada pelo Marquês de Pombal. Os prejuízos causados a educação foram incalculáveis, tanto que no ano de 1776^[214], os prejuízos ainda repercutiam na Capitania da Parahyba, conforme a reclamação do governador Jerônimo José de Melo e Castro que se queixava da falta de mestres de gramática, após a expulsão dos jesuítas, fazendo crescer a “ociosidade da mocidade”, gerando dano gravíssimo a utilidade pública e reduzindo-os a ignorância, além dos prejuízos causados às missões^[215].

Quanto aos bens imóveis que ficaram dos Jesuítas, o antigo Colégio de São Gonçalo ou Colégio dos Jesuítas, em 1770, passou a ser a casa do Governador^[216] e o Seminário a casa do Ouvidor da comarca^[217].

4.2. A atuação do Tribunal do Santo Ofício

O Tribunal do Santo Ofício ou a Santa Inquisição no reino português foi estabelecido em 1536, apesar de ser uma instituição eclesiástica, estava subordinada ao rei. Objetivava apurar e julgar os desvios da fé católica. No Brasil não houve de fato a instituição de um Tribunal do Santo Ofício, todavia, a sua atuação no nosso território se deu através dos seus visitantes ou emissários.

Os principais alvos da Inquisição no Nordeste brasileiro eram os chamados cristãos-novos, em grande parte judeus ou seus descendentes que tiveram a conversão forçada, inclusive com o uso de violência, em 1497 pelo rei de Portugal. O primeiro visitante do Santo Ofício enviado ao Brasil foi Heitor Furtado de Mendonça. Chegando, em 1595, na cidade da Filipéia de Nossa Senhora das Neves, onde, após o período de graça para que os moradores se confessassem, se deparou com casos de bigamia, sodomia e heresia^[218].

Um dos moradores da Paraíba que se confessou e foi beneficiado pelo período de graça, foi Francisco Lopes da Rosa (*1553), natural de Pernambuco, mameluco, filho do relacionamento entre o cristão novo Diogo Lopes da Rosa (falecido em 1569) e uma índia. Francisco Lopes era Tabelião do público judicial e notas da Capitania da Paraíba. Foi acusado por fazer críticas aos padres, bem como por outras falas, confirmadas por sua própria esposa Isabel Fernandes, mameluca, pernambucana, filha de Jorge Fernandes e da mameluca Constança Rodrigues^[219].

É interessante notar que o referido Ofício de Tabelião teve como proprietários: Antônio do Couto (mercê em 1608^[220]), este, sucedido por volta de 1624, pelo seu genro ou filho Gonçalo Lopes de Oliveira, que por sua vez, teve em 1657 o seu filho Gonçalo Lopes do Lago como sucessor^[221], possivelmente descendentes de Antônio Lopes de Oliveira, contador e provedor da Fazenda Real de 1609 a 1615, e que participara das guerras de conquista da Paraíba, cuja interpretação é que ele seja Antônio Lopes de Olivença, uma vez que este aparece nas guerras de conquista.

Antônio Lopes de Olivença fora denunciado nos dias 21 e 24 de setembro de 1594, quando da passagem do visitante em Pernambuco. No primeiro pelo *Licenciado* André Magro de Oliveira, e no outro por Francisca Fernandes da Silva. O dito Antônio Lopes era cristão-novo, natural de Olivença, bispado de Elvas, até então morador em Camaragibe, freguesia de São Lourenço, em Pernambuco, sendo casado com Isabel Mendes. No caso de Antônio, ambos os denunciadores possuíam inimizade notória contra a sua pessoa. Francisca Fernandes o odiava por entender que seu genro Luiz

Mendes, casado sua filha Inês Magro, sendo Luiz irmão da esposa de Antônio Lopes, vivia em amancebo com uma escrava do denunciado e este consentia com a situação. Já *Licenciado* André Magro de Oliveira, por sua vez, era seu inimigo, haja vista que outrora fora acusado por Antônio Lopes de ser partidário de Dom Antônio, prior do Crato, sendo preso por tais acusações^[222].

Tem-se, ainda, o caso de Gracia Luis, mameluca e, portanto, cristã-nova, esposa de João Afonso Pamplona, cristão-velho, o qual exercia o cargo de Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes da Paraíba, além de Maria, filha impúbere, onde ambas foram acusadas de judaísmo.

Muitos cristãos-novos migrariam para o Brasil no tempo do Domínio Holandês, posto que Companhia das Índias Ocidentais respeitava a liberdade religiosa de suas colônias. Com isso, alguns cristãos-novos passaram a professar novamente a sua religião, isto é, o judaísmo, e até mesmo construíram sinagogas. No entanto, após a expulsão dos holandeses e a retomada pelos portugueses, parte desses judeus se retiraram do Brasil, aqueles que permaneceram, tiveram que praticar a sua crença secretamente, fingindo publicamente praticar o catolicismo, prática denominada de criptojudaísmo. Diante da perseguição e para escapar dos olhos dos seus inimigos, alguns cristãos-novos mudaram-se para os sertões, onde podiam se isolar e com isso viver com mais tranquilidade nas suas crenças.

Em 1729, era presa Guiomar Nunes, moradora no Engenho de Santo André (Santa Rita-PB), acusada de práticas de judaísmo. Natural de Pernambuco, filha de Antônio Dias e Clara Henriques, foi casada com Francisco Pereira com o qual teve diversos filhos, após sua prisão ela foi encaminhada para Lisboa, onde foi condenada “a arder na Santa Fogueira”.

4.3. Fixação de Conhecimento

1. COMVEST/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

Fiadora e guardiã da sociedade, a Igreja sempre dispôs de bastante prestígio.

Acerca das ordens religiosas da capitania da Paraíba e de seus mosteiros podem ser destacados os seguintes elementos:

I- Os jesuítas foram os primeiros missionários que chegaram à capitania da Paraíba e acompanharam todas as lutas da colonização.

II- Os franciscanos construíram o Convento de São Francisco o qual se constituiu num núcleo de catequese para encaminhar os brasilíndios ao trabalho útil e orientado.

III- Os beneditinos foram expulsos da capitania da Paraíba, porque se posicionaram contra a Santa Inquisição e não usavam métodos de educação tão rígidos como os jesuítas.

IV- Os missionários carmelitas fundaram o mosteiro de São Bento onde iniciaram os trabalhos missionários.

Dentre eles, estão CORRETOS:

- a) Apenas III e IV
- b) Apenas I, II e III
- c) Apenas II, III e IV
- d) Apenas I e II
- e) Todas

2. IDECAN (2015) – Processo Seletivo Interno da PMPB.

No Brasil colonial, pode-se dizer que o processo de ocupação, conquista e colonização do espaço brasileiro esteve ligado, principalmente, aos fatores econômicos. A ideia mercantil da busca de lucro fazia com que os conquistadores europeus se embrenhassem cada vez mais para além do litoral, fazendo, assim, a interiorização do país. Nesse contexto, foi fundamental a participação de algumas ordens religiosas europeias. Assinale a alternativa que apresenta tais ordens envolvidas diretamente no processo de colonização da capitania da Paraíba.

- A) Anglicanos, Maristas, Marianos e Celestinos.
- B) Presbiterianos, Puritanos, Calvinistas e Católicos.
- C) Jesuítas, Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas.

D) Mórmons, Dominicanos, Claretianos e Barnabitas.

3. Acerca da atuação da Inquisição na Paraíba é correto afirmar:

A) A Paraíba foi a única Capitania do Brasil que não recebeu a visita dos emissários do Santo Ofício.

B) Apesar de não ter havido oficialmente a instalação do Santo Ofício no Brasil, a Paraíba foi palco da “Fogueira Santa” através de seus visitantes.

C) O primeiro visitador do Santo Ofício enviado ao Brasil foi Heitor Furtado de Mendonça, que visitou à Paraíba em 1695.

D) Durante a primeira visita do Santo Ofício ao Brasil, os acusados não tiveram direito ao período de graça.

4. UFPR (2012). A organização produtiva encontrada pelo português no período da colonização tinha semelhanças com o sistema europeu classificado como “pousio florestal longo”. No Brasil, registra-se a existência de uma técnica chamada por alguns povos indígenas de “coivara”. Com base nos conhecimentos sobre a América antes da chegada dos portugueses, é correto afirmar que a coivara era a denominação dada:

a) ao regime de trabalho organizado pelos portugueses para explorar a mão de obra indígena na agricultura.

b) ao sistema simbólico que organizava o culto à natureza entre os indígenas nativos.

c) à organização social poligâmica das famílias indígenas nativas.

d) à preparação do solo para o plantio de alimentos pelos indígenas locais.

e) à técnica que viabilizou a exploração dos metais preciosos abundantes na América.

Gabarito

1. letra “d”.
2. letra “c”.
3. letra “c”.
4. letra “d”.

REVOLUÇÕES E CONFLITOS NA PARAÍBA

5.1. Revolução de 1817

A Revolução de 1817, ou revolução dos padres, foi uma insurreição que ocorreu no período colonial, a qual buscava proclamar a independência das capitanias nordestinas – movimento separatista e emancipacionista -, o movimento eclodiu em 06 de março de 1817 em Pernambuco, e logo se espalhou para as Capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

Os revolucionários se diziam combatentes da “tirania real”, isto porque com a mudança da família real para o Rio de Janeiro, fugindo de Napoleão, no ano de 1808, houve um aumento na cobrança de tributos devido aos gastos excessivos para sustentar as vaidades da Corte, num contexto em que Pernambuco e as demais capitanias do Nordeste já se encontrava com a sua economia à mingua.

Os revolucionários pernambucanos evocavam a memória das forças combatentes das guerras luso-batavas, denominando o novo governo instaurando de “Segunda Restauração de Pernambuco”, conforme se extrai dos documentos oriundos da sua oficina tipográfica, sendo a primeira quando da expulsão dos holandeses. Ironicamente, o rei, pouco tempo após debelar o movimento, criaria um regimento de milícias denominado de **Regimento da Segunda Restauração de Pernambuco** composto por militares que combateram os insurretos. Esse discurso de “restauração” dos revoltosos parte da premissa de que do mesmo modo que ocorrera na luta contra os neerlandeses, tinha-se novamente estrangeiros invasores, agora os portugueses ou reinóis, que oprimia os naturais ou donos da terra, daí porque se autointitulavam de “patriotas” e a Corte denominavam de “Governo Português, havia, destarte, uma clara distinção.

A época dos acontecimentos, a Paraíba se encontrava sob um Governo Interino, tendo em vista a morte do seu titular Antônio Caetano Pereira, falecido em 12 de dezembro de 1815. O Governo Interino, na forma do Alvará de 12 de dezembro de 1770, era formado por uma Junta Governativa composta pelos seguintes: **Francisco José**

da Silveira; Dr.^o **André Alves Pereira Ribeiro Cirne**, Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca; e João Bernardo Madeira, este foi substituído, em 1817, por **Manoel José Ribeiro de Almeida**, natural de Braga, que assumiu o governo interino por ser o vereador mais antigo da Câmara. Foi secretário do Governo Provisório **Antônio Manoel da Silva Coelho**^[223]. Com a tomada da Paraíba pelos revolucionários, os mesmos governadores interinos permaneceram governando, com exceção de um que fugiu para o Rio Grande do Norte^[224].

Diversos personagens da elite local aderiram a causa, dos quais o **Coronel de Milícia Amaro Gomes Coutinho**, que era *pessoa nobre e condecorado com o hábito da Ordem de Cristo, a mais abundante de bens da Capitania da Paraíba*^[225], foi o principal líder do movimento de 1817 na Paraíba. Era natural da freguesia de Santo Antônio de Tracunhaém, Capitania de Pernambuco, de onde também provinha o seu pai o **Capitão Amaro Gomes Coutinho**^[226].

Outro líder de suma importância foi o **Alferes**^[227] **João Luiz Freire**, morador em Itabaiana, termo da Vila do Pilar de Taipu^[228], a qual teve como Capitão-mor Luiz da Veiga Pessoa^[229], que era parente do **Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro**, grande mártir da Revolução de 1817 e criador da bandeira de Pernambuco. Essa proximidade levou a amizade entre o referido Padre e João Luiz Freire, o que explica a sua participação na insurreição. Do mesmo modo, os parentes do Padre João Ribeiro Pessoa, o também Padre Antônio Jacome Bezerra, Vigário de Santo Antônio do Recife, e Prudente Pessoa da Veiga também foram presos por participação no movimento revolucionário.

Todos os Estados do Nordeste passavam por uma grande seca, havia muita fome e extrema miséria, no entanto, nos sertões a situação ainda era mais grave. Juntava-se a esse caldo os abusos perpetrados pelos portugueses, sobretudo da Corte instalada no Rio de Janeiro. Ora, nesse diapasão, não é difícil de entender como tão sedutora era a ideia de se libertar de Portugal, aderindo até mesmo ricos fazendeiros dos sertões.

Nessa toada, a revolução chegava à Vila de Pombal e à Vila Nova de Sousa, nesta última assumiu a liderança o Padre **Luiz José Correia de Sá**, presbítero do Hábito de São Pedro e Comissário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, juntamente ao seu filho o Francisco Antônio Correia de Sá, na época Sargento-mor das Ordenanças da Vila de Sousa, - este, fruto de um relacionamento com Joana Francisca Xavier de Albuquerque, filha do **Coronel José Gomes de Sá**. Luiz e seu filho residiam no **Sítio Acauã**, que foi o berço da propagação das ideias da Revolução de 1817 na Vila Nova de Sousa.

Inicialmente o Padre Luiz conseguiu coaptar seus parentes e compadres, como Alexandre Pereira de Sousa que era Capitão da Companhia do Real Serviço, no distrito da Serra de Santa Catarina, Riacho e Acauã do Corpo de Infantaria das Ordenanças da Vila Nova de Sousa, personagem conhecido por ter doado, em cinco de junho de 1800, terras para constituição do patrimônio da Vila Nova de Sousa (atualmente a cidade de Sousa-PB).

Alexandre foi preso em 30 de junho de 1817 na Capitania do Ceará pelo *Coronel* Alexandre José Leite, Comandante do Exército naquela Capitania, sendo posteriormente remetido à Paraíba. Contudo, ainda no cárcere, ficou gravemente doente e foi tratado no hospital da Santa Casa de Misericórdia, na Cidade da Paraíba (atualmente João Pessoa), o qual, atestado pelo médico José Bento Monteiro da França, esteve “doente [...] de um grande antraz sobre o dorso”. O Cap. Alexandre faleceu no dia trinta de maio de 1818, pelas oito horas da noite, e foi sepultado no dia seguinte na igreja da Santa Casa de Misericórdia pelo Padre Manuel Henrique Pires de Carvalho, capelão daquela Santa Casa de Misericórdia.

Participaram ainda do movimento em Sousa o *Capitão* Antônio Ferreira da Nóbrega, que era cunhado da esposa do Capitão Alexandre, e Patrício José de Almeida, Capitão-mor das Ordenanças da dita Vila.

Já na **Vila de Pombal**, o movimento teve a liderança do *Padre José Ferreira Nobre*, vigário de Pombal, o qual foi remetido para o Recife em 25 de fevereiro de 1817. Além da participação de ricos proprietários como o Sargento-mor de Pombal **Francisco da Costa Barbosa**, preso em 14 de março de 1818, e o *Ajudante Gonçalo José da Costa* [Pacote], ambos da mesma família, que tiveram parte de seus bens confiscados devido à participação na dita Revolução.

5.2. Confederação do Equador

Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), Pernambuco era novamente palco de um novo movimento separatista de caráter republicano, iniciado em 2 de julho de 1824, espalhando-se pelas províncias da Paraíba e Ceará. O movimento era uma clara resposta ao “entreguismo” e autoritarismo do Imperador Dom Pedro I, que mesmo após a Independência do Brasil, continuava agindo em interesse da Coroa Portuguesa. O movimento teve como seu principal líder o Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, popularmente conhecido como Frei Caneca, a qual também havia participado da Revolução de 1817.

O Brasil vivia uma época de efervescência e disputa pelo poder

impulsionada pela Independência do Brasil, declarada em 07 de setembro de 1822. Com a convocação de uma constituinte em 1823, muitos radicais buscavam enfraquecer o poder centralizador do imperador, o que provocou a dissolução da constituinte pelo próprio D. Pedro I, que de imediato convocou um Conselho de Estado com homens de sua confiança para editar a constituição. Outorgada em 25 de março de 1824, a Constituição Política do Império do Brasil – a primeira Constituição do Brasil - deveria agora passar pelo juramento nas Câmaras.

À época, a Província da Parahyba encontrava-se presidida por **Felipe Neri Ferreira**, que solicitou às Câmaras que aprovassem a Constituição de 1824, todavia, diversas vilas recusaram-na. Em Brejo de Areia (Areia), após os protestos dos vereadores contra a nova Constituição, as tropas, sob a liderança do *Sargento-mor* **Felix Antônio Ferreira de Albuquerque**, se sublevaram contra o Governo, aderindo ao movimento revolucionário, cujo ecos do movimento se propagavam para a vila da Rainha (Campina Grande), bem assim São João do Cariri também aderiu ao movimento^[230].

Ao mesmo tempo, levantava-se contra o movimento revolucionário abastados fazendeiros e chefes locais da Paraíba, como **José Dantas Rothea**, da região do Rio do Peixe, figura polêmica que mais tarde ganhará destaque na Revolta de Pinto Madeira. José Dantas com as suas tropas obstaculizava a comunicação entre os revolucionários da província do Ceará com a de Pernambuco. Bem assim, o *Capitão da Vila de Pombal* **Manoel Pereira Monteiro** que prestou diversos auxílios às tropas imperiais quando de sua excursão aos sertões Paraibano, Cearense e Potiguar

Na Vila Nova de Sousa, a Câmara em sessão [grande] de 10 de setembro de 1824 presidida pelo Juiz Ordinário **Theodoro Alvares de Figueiredo**, juntamente com os vereadores João da Cruz de Albuquerque, Vicente Ferreira da Silva, Antônio Alvares Bezerra (vereador imediato) e como Procurador Joaquim Ferreira de Melo, prestavam juramento ao Projeto de Constituição do Império^[231].

5.3. Revolta de Pinto Madeira

A Revolta de Pinto Madeira foi um movimento de caráter regressista chefiado por Joaquim Pinto Madeira, partidário da Restauração de D. Pedro I, que havia abdicado ao trono no ano de 1831 em favor de seu filho D. Pedro II. Pinto Madeira marchou em janeiro de 1832 para a Vila do Crato, onde conseguiu vitória, depois partiu para Icó. Chegando a notícia a Gonçalo José da Costa [Pacote],

Capitão-mor da Vila de Pombal, ele marchou para o Icó com seus homens e, ainda, acompanhado do seu cunhado o *Capitão* Vicente Carvalho de Azevedo, com o fito de auxiliarem o Comandante Francisco Xavier Torres, todavia, ao serem atacados por três mil revoltosos, em 4 de abril do dito ano, o Capitão-mor acabou sendo morto em combate.

Na Vila de Sousa, houve um desdobramento da Revolta de Pinto Madeira liderada por **José Dantas Rothea**, cunhado de Pinto Madeira, juntamente com o Padre Claudio Alves da Costa, Luiz José da Cunha, José Francisco de Azevedo e Antônio de Quadro de Sacramento, comandando cerca de 500 homens, assassinaram diversas autoridades como o promotor do júri João da Silva e Sá e Francisco Antônio Correia de Sá, Capitão-mor da Vila de Sousa, evento denominado pela historiografia como “Rusga dos Dantas”.

Em resposta ao ataque é enviada uma expedição com 700 praças ao rio do Peixe, mas vendo-se em menor número, José Dantas se retira. Entre as tropas comandadas enviadas à Vila de Sousa estavam a do *Coronel* José Teixeira da Fonseca, auxiliado pela Companhia de praças do *Alferes* Joaquim de Oliveira Casado, comandante da tropa de Brejo da Areia, bem como as tropas da Vila de Pombal.

5.4. Revolução Praieira

A Revolução Praieira foi a última rebelião de caráter revolucionário do Brasil Império – Segundo Reinado. Em novembro de 1848 eclodia na província de Pernambuco, cujo seus participantes eram dissidentes do Partido Liberal, criadores do Partido Nacional Pernambucano, cujo rivalidade com os conservadores de Olinda foi o estopim da revolta.

Na Paraíba o movimento espalhou-se por Areia, Itabaiana, Bananeiras e Piancó (Vila Constitucional de Santo Antônio do Piancó), nesta última liderada pelo *Coronel* **João Leite Ferreira**, abastado fazendeiro e membro do Partido Liberal.

5.5. Ronco da Abelha

O Ronco da Abelha foi uma revolta popular ocorrida no final de 1851 ao início de 1852 nos sertões das províncias da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Sergipe. O Governo Imperial buscando colher informações populacionais, realizar um censo no Império do Brasil e dá execução ao regulamento do registro de nascimentos e óbitos^[232], editou uma série de decretos para a sua implementação. Todavia,

espalhou-se um boato que esses atos objetivam transformar os pobres e negros já forros em escravos. Desse modo, a população se armou e atacou diversos órgãos e autoridades públicas.

5.6. A Paraíba e a Guerra do Paraguai

A Paraíba, assim como as demais províncias da época, desempenhou um papel relevante no fornecimento de tropas para o teatro de guerra. Eram compostas de “voluntários da pátria”, recrutas, engajados, força de primeira linha (tropas pagas compostas por praças e oficiais) e de batalhões da Guarda Nacional da Província da Parahyba do Norte, como o 2º Batalhão da Guarda Nacional da Parahyba do Norte, que compunha a segunda brigada da terceira divisão do Exército em operações na Província de São Pedro do Sul, comandada pelo *Coronel* Joaquim José Gonsalves Fontes.

O 47º Batalhão de Voluntários da Pátria, composto pelas tropas de infantaria da Parahyba e Pernambuco, sob o comando do *Tenente-Coronel Dr. Luiz Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão*^[233], teve papel decisivo na Batalha de Curuzu (entre os dias 1º e 3 de setembro de 1866), mormente durante o assalto e tomada do forte, bem como da Batalha de Curupaiti (dia 22 de setembro de 1866).

[...] Às 6 horas da manhã, formado o batalhão em coluna de ataque, recebi ordem de avançar sobre as fortificações inimigas. Assim o fiz chegando debaixo de vivo fogo de artilharia e mosquetaria até a trincheira, que tratei de levar de assalto. A grande profundidade do fosso não permitiu que o batalhão a escalasse pelo centro, por onde atacara, porém, não obstante, grande parte dele transpôs aquele ponto com imensa dificuldade, o que vendo eu, e não podendo perder tempo, pedi a S. Ex. o Sr. general em chefe, que ali se achava, permissão para passar com o resto do batalhão pelo flanco esquerdo do entrincheiramento. Foi-me isto concedido. O batalhão guardou sempre a maior ordem e perseguiu depois o inimigo, quando este se pôs em retirada.

[...] Quando já chegávamos perto da mata, caiu uma bomba no pelotão da bandeira, causando a explosão dela a morte de 2 cabos, e ferindo gravemente a outros.

Entre os oficiais elogiados figura o nome do alferes porta-bandeira A. L. Ribeiro^[234].

“Participo que ontem às 8 horas da manhã, formei o Corpo sob meu comando, e recebendo ordem para atacar o Forte de Curupaiti, o fiz debaixo de mortífero fogo de Mosquetaria e Artilharia inimiga e ali sustentei-me até às 5 horas da tarde, quando recebi ordem para retirar-me”^[235].

5.7. A Revolta do Quebra-Quilos

A revolta popular denominada “Revolta do Quebra-Quilos” desencadeada em 1874 tem o seu nome tirado da reforma do sistema de pesos e medidas da época, que passava a vigorar com as métricas dadas pelo Sistema Métrico Decimal^[236]. Tal reforma não foi bem-vista pelas populações nordestinas, sobretudo por causa da desconfiança

que detinham do Governo Central, sempre buscando os interesses das oligarquias.

5.8. Fixação de conhecimento

1. COMVEST/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

“Alguns historiadores taxaram esse movimento de Revolução dos Padres, devido ao grande número de religiosos que a integraram. Na Paraíba, as coisas tiveram essa mesma feição, explicável pelo preparo intelectual dos sacerdotes, aptos à assimilação das idéias liberais. Além da Paraíba, o movimento teve a adesão de Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará.”

MELLO, J. Otávio de A. História da Paraíba. A UNIÃO,
João Pessoa, 2002, p. 102.

O texto refere-se à:

- a) Revolução Pernambucana de 1817
- b) Guerra dos Mascates

- c) Coluna Prestes
- d) Conjuração Baiana
- e) Confederação do Equador

2. COMVEST/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

Apesar da rigidez da estrutura econômico-social baseada no latifúndio e no trabalho escravo, as massas populares sempre procuraram assinalar intensa participação na História da Paraíba.

Faça a associação das duas colunas.

- 1 - Revolução de 1817
- 2 - Confederação do Equador
- 3 - Revolução Praieira – 1848/49
- 4 - Revolta de Quebra-Quilos
- 5 - Ronco da Abelha

() Revolta que ficou assim conhecida pela modificação que provocou no sistema de pesos e medidas.

() Revolta contra a atitude autoritária de D. Pedro I. O objetivo do seu líder era reunir as províncias do Nordeste em uma república

() Foi o último movimento revolucionário do Império. Teve início com os choques entre liberais e conservadores de Olinda

() A revolta deu-se nos sertões de Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba com o intuito de fazer o controle sobre os trabalhadores, visto que, com o fim do tráfico negroiro, os homens livres tiveram que trabalhar.

() Movimento de caráter republicano e separatista. Teve início em Pernambuco e logo se estendeu às províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Assinale a alternativa que indica a sequência CORRETA.

- a) 4, 1, 3, 2, 5
- b) 4, 2, 3, 5, 1

c) 2, 4, 1, 3, 5

d) 5, 3, 1, 2, 4

e) 5, 1, 4, 3, 2

3. IADES (2022) – CARREIRA DE DIPLOMATA.

Quanto ao movimento rebelde conhecido como Revolução Pernambucana de 1817, julgue (C ou E) o item a seguir.

I. O projeto de Lei Orgânica dos revolucionários de Pernambuco resguardava o catolicismo como religião do Estado, reservando os empregos públicos a reinóis e estrangeiros católicos. Por outro lado, instituiu a liberdade de imprensa, revogava o antigo sistema municipal, estabelecia a divisão entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e determinava que os governadores e os secretários de Estado poderiam ser processados por crimes de responsabilidade.

II. A transmigração da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi um dos fatores que levaram às insatisfações que culminariam na Revolução de 1817. Disseminou-se a perspectiva de que os gastos da família real impactaram excessivamente as contas da Capitania de Pernambuco, que teria chegado a transferir cerca de 30% de sua arrecadação para o Rio de Janeiro em 1816. Entre os tributos exigidos a partir desse momento, incluíam-se cotas para a reconstrução de Portugal, impostos sobre o algodão e taxa relativa à iluminação pública do Rio de Janeiro. Esta última tornou-se um símbolo do descontentamento, ensejando críticas à presença da família real no Brasil.

III. Atividades sediciosas vinham sendo alimentadas pela circulação de boatos, missivas e panfletos antes de 1817. No bojo de um processo geral de difusão de papéis considerados polêmicos, teve grande importância a presença de impressos trazidos da Europa, os quais eram lidos e discutidos oralmente nos espaços públicos. Murmurações públicas tidas como subversivas eram acompanhadas de perto pelo governo, que introduziu agentes infiltrados entre a população, e eles foram responsáveis por denunciar envolvidos no movimento.

4. IADES (2019) – CARREIRA DE DIPLOMATA. A respeito das origens do processo de Independência do Brasil, julgue (C ou E) o item a seguir.

A Revolução Pernambucana, deflagrada em 1817, embora tenha sido rapidamente debelada, teve forte repercussão nas elites provinciais brasileiras, particularmente em regiões distantes do Rio de Janeiro. O aumento de impostos e a escassez de interlocução política, de que se ressentiam a maior parte das províncias, contrastavam com os relatos de uma Corte extravagante e perdulária, levando alguns a entenderem a transferência da Corte como um colonialismo interno, em que o Rio de Janeiro subjugava as demais províncias brasileiras.

5. Após a leitura do poema e do texto abaixo, marque a alternativa correta.

7 de Setembro Utópico
O Grito que conclama a liberdade,
E rompe-se as amarras lusitanas,
Surgindo uma nação tão soberana,
Que busca um sonho de felicidade.

E do Fico aumentou nossa vontade
De romper de vez com essa tirana,
E surgindo bravura e muita gana,
P'ra lutar por nossa brasilidade.

E o Príncipe à frente da nossa marcha,
Sem medo, seguimos com braço forte.
Peito erguido! A cabeça não baixa,

Pois o nosso olhar do sul ao norte
É triunfante! Vai! Leva essa faixa
Do grito Independência ou morte!

Declarada em 07 de setembro de 1822, a Independência do Brasil foi uma clara consequência da Revolução Liberal do Porto, que exigia o retorno da Corte para Portugal e a volta do Brasil a seu caráter de Colônia. Com o retorno de D. João VI para Portugal, o seu filho, o príncipe regente D. Pedro permaneceu no Brasil até que fora dadas ordens para que retornasse à Portugal. Temendo que com o retorno de D. Pedro o Brasil tornasse a qualidade de Colônia, a elite brasileira cooptou assinaturas para convencer D. Pedro a ficar. A pressão dos brasileiros culminou com seu aceite, passando a ser chamado essa data de Dia do Fico. Pouco tempo depois, apoiado pelas elites brasileiras, D. Pedro declarava a independência do Brasil – que se diga de passagem, não fora um processo pacífico como se pensa. No entanto, para muitos liberais que apoiaram a independência, o agora Imperador se saiu um tirano e aliado dos interesses portugueses.

Quais das alternativas abaixo aponta para uma revolta do Brasil Império que foi uma clara resposta ao entreguismo de D. Pedro I à

Portugal e tida como uma continuação da Revolução de 1817:

- a) Revolução dos Padres
- b) Confederação do Equador
- c) Revolta de Pinto Madeira
- d) Ronco da Abelha
- e) Quebra-Quilos

Gabarito

- 1. letra “a”;
- 2. letra “b”;
- 3. I. Errado; II. Certo; III. Certo.
- 4. Certo.
- 5. Letra “b”.

6.1. Da Revolta de Princesa à Revolução de 1930

No dia 26 de julho de 1930, por volta das 17h:30', no estabelecimento chamado Confeitaria Glória na cidade de Recife, o então presidente da Paraíba, **João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque** fora atingido por três disparos de arma de fogo proferidos por **João Duarte Dantas**, que disparou por várias vezes. Ao perceber o ocorrido, o *chauffeur* da vítima, Antônio Pontes de Oliveira, o qual estava munido de uma pistola, reagiu e disparou contra João Dantas, ferindo-o na cabeça^[237]. Em estado grave, João Pessoa recebeu os primeiros socorros do cidadão Francisco Gonçalves, mas não resistiu aos ferimentos, vindo a falecer. Para entendemos os motivos que levaram João Dantas a assassinar João Pessoa, é preciso voltarmos um pouco no tempo.

Ao assumir o Governo da Paraíba em 1928, João Pessoa realizou uma série de reformas, uma das quais era a tributação do comércio do interior da Paraíba com o porto de Recife, o que desagradou os Coronéis do Sertão, notadamente **José Pereira Lima**, conhecido como Coronel Zé Pereira, aliado de João Dantas. Zé Pereira que era um grande comerciante de algodão, vendo-se prejudicado pelos atos de gestão de João Pessoa, liderou, juntamente com João Dantas, um levante armado no seu reduto político, a cidade de Princesa^[238], o qual ficou conhecido na historiografia como a **Revolta de Princesa**. Desse modo, no dia 28 de fevereiro de 1930, o município de Princesa declarava independência do resto do País.

Era notória, portanto, a inimizade que João Dantas nutria por João Pessoa. Foragido em Olinda (PE), João Dantas retribuía as ofensas através de publicações no “Jornal do Comercio”, em Pernambuco, no qual questionava a sanidade do presidente da Paraíba, chamando-o de “demente” a “louco”. No entanto, o ápice dos desentendimentos ocorreu com a suposta publicação no Jornal União de cartas íntimas apreendidas no escritório de João Dantas, as quais tinha como remetente Anayde Beiriz^[239].

Não há dúvidas que uma das vítimas, ainda que colateral, desse imbróglio todo foi Anayde Beiriz, que de certo modo teve a sua reputação e imagem arruinadas, após tanto esforço para construir, seja como professora, poetisa e intelectual, apesar do preconceito e patriarcalismo que colocava as mulheres como objetos e submissas, ela superou todos os obstáculos da sua época, mas via-se agora a sua vida destroçada e manchada, onde cujo seu único defeito foi amar e expressar os seus sentimentos.

É possível, portanto, vislumbrar alguns motivos que possivelmente levou João Dantas a assassinar João Pessoa, quais sejam: ver a mulher que ele tanto amava se tornar motivo de escárnio e zombaria em todos os lugares; a perseguição e prisão de membros de sua família, a exemplo da casa do pai de João Dantas que foi incendiada e outros familiares que tiveram que fugir e mudar de nome; ter tido que largar o seu ofício que tanto se dedicava, abandonando até mesmo a sua terra natal; por fim, ele pode ter entendido a ida de João Pessoa a Recife como uma provocação, tendo em vista estar João Dantas foragido em Olinda.

Malgrado a morte de João Pessoa ter sido causada por intrigas pessoais e disputas de poder locais, ele era candidato a vice-presidente pela **Aliança Liberal**, encabeçada por **Getúlio Vargas**, em oposição à candidatura de Júlio Prestes, apoiada pelo presidente Washington Luís, que representava os interesses da oligarquia cafeeira paulista. Portanto, as distensões políticas e populares eram inevitáveis em torno da tragédia. O seu corpo embalsamado foi trasladado por diversas cidades até ser sepultado em meio a uma grande manifestação, gerando por onde passava uma imensa comoção popular. Criava-se, de certo modo, na mente das pessoas um verdadeiro “mártir político”, abrindo, com isso, o caminho para a tomada do poder pela Aliança Liberal. Desta feita, em meio às acusações de fraudes nas eleições, em outubro de 1930, ocorria o golpe com a deposição de Washington Luís, assumindo o poder, provisoriamente, Getúlio Vargas, movimento conhecido na historiografia como “Revolução de 1930”.

O movimento revolucionário de 1930 deixou marcas profundas na história da Paraíba, dos quais se destacam a alteração do nome da capital de Cidade da Parahyba para João Pessoa, em setembro de 1930, em referência ao político assassinado. Bem assim, dava-se uma nova roupagem à bandeira da Paraíba, também em sua homenagem, onde o preto representava o luto da sua morte, o vermelho o seu sangue e a palavra “NEGO” em alusão a sua rejeição em apoiar a candidatura de Júlio Prestes^[240].

Mas não parou por aí, tivemos, ainda, a mudança do nome de São João do Rio do Peixe para Antenor Navarro, em homenagem ao político Antenor de França Navarro, morto num acidente aéreo, era um dos principais líderes do movimento de 1930 e interventor federal da Paraíba entre 1930 e 1932. Seguindo a mesma toada de homenagens aos “revolucionários”, deu-se a criação do distrito de Juarez Távora, mais tarde município, cujo nome representa uma figura de destaque no dito movimento.

6.2. As ligas camponesas na Paraíba

Como já demonstramos, a ocupação do território agrícola paraibano, sobretudo na Zona da Mata, foi pautada no sistema *plantation* que tinha o latifúndio como uma das suas características. Nessa toada, com o fim da escravidão, passou-se a utilizar a mão de obra camponesa assalariada. No entanto, essa massa de camponeses seguiu crescendo, enquanto a concentração de grandes propriedades na mão de poucas famílias se mantinha desde a colonização, destarte, com a intensificação da mecanização da produção agrícola, essa massa crescente de camponeses, que já viviam na pobreza extrema, passaram a ser gradativamente substituídos por máquinas. Desprovidos de terras, muitas migraram para as cidades em busca de emprego – Êxodo Rural -, os que ficavam buscavam meios para sobreviver.

Pois bem. Diante desse cenário, em meados de 1950, emergia o movimento conhecido como **Ligas Camponesas** que defendia a luta pela reforma agrária. Tinha como principal lema: “*Reforma agrária na lei ou na marra*”^[241]. Esse movimento conseguiu congrega milhares de trabalhadores rurais. Na Paraíba, deu-se principalmente na Zona da Mata, a exemplo das Ligas Camponesas de Mari e Sapé.

6.3. A Paraíba e o golpe militar de 1964

Em 1º de abril de 1964, o então Presidente da República, João Goulart, o Jango, era deposto pelos militares. No dia 9 do referido mês, os militares decretavam o **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**, que dava ao Executivo diversos poderes, como o de cassar mandatos e os Estado de Sítio sem autorização do Congresso Nacional^[242].

À época, governava a Paraíba, Pedro Moreno Gondim, que governou de 1961 a 1966. Apoiador de Goulart, Godim se alinhou no início do seu governo aos ideais de centro-esquerda, como a reforma agrária defendida pelas Ligas Camponesas^[243], no entanto, com a ascensão dos militares ao poder, passou-se a se alinhar com a direita, apoiando, inclusive, o governo militar, conforme se extrai da nota lida pelo governador na rádio Tabajara, em 1º de abril, da qual destaca-se o seguinte excerto:

“O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais [...] numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, **propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos**”.^[244] (nosso grifo)

Com a edição da Constituição Federal de 1967, posteriormente alterada pela Emenda Constitucional n.º 01, de 17 de outubro de 1969, o Estado da Paraíba reformou a sua Constituição para se

adequar à referida Carta Federal. Nessa toada, a Constituição da Paraíba de 1967 era promulgada em 12 de maio de 1967, sendo a quinta das constituições paraibanas. Posteriormente ela também seria alterada para se adequar à EC 01/69. A Constituição Estadual de 1967 vigorou até 1989, quando foi revogada pela atual Constituição Estadual.

Das alterações trazidas pela Constituição Estadual de 1967, destaca-se a criação do **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)**. Ao qual compete a fiscalização quanto ao correto uso de valores e bens públicos pelos órgãos e entidades da administração pública, considerando aspectos como legalidade, economicidade, legitimidade e entre outros. O TCE-PB, nos limites da sua competência, teve papel fundamental em diversas operações de combate ao desvio de recursos públicos, como a **Operação Calvário**, que investigou um esquema de corrupção nas pastas da Saúde e Educação do Estado. Outro processo de destaque ocorreu no ano de 2018, onde após apreciar denúncia apresentada em face da cobrança realizada pelo Instituto de Polícia Científica para emissão de Certidão de Antecedentes Criminais, a Corte de Contas afastou a cobrança, uma vez que feria claramente a gratuidade da emissão de certidões garantida pela nossa Constituição Federal, bem como recomendou à gestão que a emissão se desse de forma online. A referida decisão causou imediatamente um grande impacto na vida de milhares de pessoas, mormente aquelas desempregadas, que não mais precisariam dispor de seus poucos recursos e tempo para emissão da referida certidão no Estado da Paraíba.

6.4. Fixação de conhecimento

1. CPCON (COMVEST)/UEPB (2008), Concurso PM/BM – PB.

A participação ativa da Paraíba na rebelião de outubro, como componente da Aliança Liberal, conferiu às lideranças locais, que já integravam o aparelho administrativo, a permanência no poder, com exceção do então governador Álvaro de Carvalho que se manteve alheio às conspirações revolucionárias.

O texto refere-se:

a) ao ato de extrema bravura, de heroísmo, como se fora o grito de emancipação da Paraíba, dado pelo presidente Epitácio Pessoa, denominado dia do NEGÓ.

b) à Revolução Praieira, última rebelião do Império

c) à Revolta de Princesa liderada pelo coronel João Suassuna, chefe político da cidade, localizada no sertão da Paraíba.

d) à reação dos comerciantes do interior da Paraíba, do Ceará e principalmente de Pernambuco à “reforma tributária” promovida pelo presidente João Pessoa.

e) à Revolução de 1930 que teve como estopim o assassinato de João Pessoa

2. CPCON (CONVEST)/UEPB (2004) - Sargento (PM PB).

Na Paraíba a imagem criada em torno da Revolução de 1930 foi muito forte. Ainda hoje, pode-se perceber a força dessa imagem, cujas manifestações mais evidentes são:

a) O nome da capital, mudado de Parahyba para João Pessoa e a bandeira do Estado em cores preto e vermelho e o nome “NEGÓ”.

b) O nome do açude de Boqueirão de Epitácio Pessoa e o filme “Parahyba Mulher Macho”.

c) A música Paraíba de Luiz Gonzaga e o nome da avenida Epitácio Pessoa em homenagem ao presidente.

d) A idéia da “Parahyba pequenina e forte” e a publicação e repercussão do livro “A Paraíba e Seus Problemas” de José Américo de Almeida.

e) A letra do samba “Meu Sublime Torrão” de Genival Macedo adotada como hino da cidade de João Pessoa e a bandeira com a palavra “NEGO” escrita em letras brancas sobre o fundo rubro-negro.

3. FGV - 2021 - PM-PB

I. A foto a seguir retrata o corpo embalsamado de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, governador da Paraíba, morto em julho de 1930. A foto circulou na imprensa com os dizeres “Vivo não te venceriam! Morto não te vencerão!”.

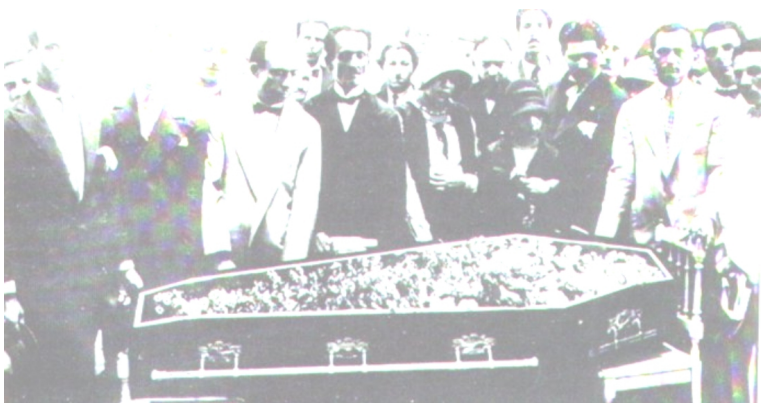


Foto: Arquivo Pessoal/Eduardo Cavalcanti

II. “O assassinato do político paraibano provocou forte comoção no país. Os líderes da Aliança Liberal trasladaram o corpo para o Rio de Janeiro, onde foi enterrado em meio a grande manifestação popular. Nas cidades por onde passou, o cortejo fúnebre foi alvo de manifestações semelhantes. Tal clima contribuiu para que os preparativos revolucionários se acelerassem, resultando na deposição de Washington Luís, em outubro de 1930, e na ascensão de Vargas ao poder, no mês seguinte. Em setembro de 1930, a capital paraibana, até então denominada cidade da Paraíba, foi rebatizada com o seu nome.”

Adaptado de <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1>

Com base na imagem e no texto, é correto afirmar que:

(A) João Pessoa era candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal e o seu assassinato impulsionou a vitória eleitoral da sua chapa, que tinha como candidato à presidência da República o gaúcho Getúlio Vargas;

(B) João Pessoa pertencia à oligarquia paraibana e, apesar de sua aliança com os liberais no cenário nacional, defendia o coronelismo e os interesses dos setores agroexportadores na região e no seu porto de escoamento, em Recife;

(C) João Pessoa negou-se a apoiar a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República, por isso na bandeira paraibana fez inscrever “nego”, como referência à negativa em apoiar o projeto paulista de instaurar o Estado Novo;

(D) a morte de João Pessoa ajudou Getúlio a alimentar uma consternação popular, a qual, somada à acusação de eleições fraudulentas e às consequências da crise de 1929, contribuiu para desencadear o movimento da Revolução de 1930;

(E) o apoio de João Pessoa à candidatura do gaúcho Getúlio Vargas foi o estopim da Revolta da Princesa no sertão da Paraíba e da divisão política entre perrepistas e liberais, que se desdobrou no cenário nacional na Revolução de 1930.

Gabarito

1. letra “e”;
2. letra “a”;
3. letra “d”.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA PARAÍBA

A Paraíba é um estado localizado na Região Nordeste do Brasil. Tem como limites os estados de Rio Grande do Norte a norte, Pernambuco a sul e Ceará a oeste, além do Oceano Atlântico a leste. Sua capital é João Pessoa, uma das cidades mais antigas do Brasil. O estado possui uma variedade de paisagens, incluindo praias, serras e regiões semiáridas.

7.1. Geografia Física

7.1.1. Relevo

A geografia física da Paraíba é marcada por uma diversidade de formas de relevo, que incluem planícies, planaltos e depressões. Algumas das características principais são:

- **Planície Litorânea (Litoral)**

A Planície Litorânea ou Costeira da Paraíba é relativamente estreita e é caracterizada por praias, falésias e áreas de restingas. E é na capital paraibana onde se encontra o ponto mais oriental das Américas: o **Ponta do Seixas**. Daí porque João Pessoa é conhecida como "a cidade onde o sol nasce primeiro". É possível encontrar diversos tabuleiros litorâneos ao longo da costa paraibana com declives que formam falésias.

- **Planaltos e depressões**

A região do Agreste paraibano é marcada por um relevo de planaltos e depressões, apresentando altitudes mais elevadas quando em comparação com o litoral. As depressões situassem, principalmente, entre as serras e os tabuleiros (relevo tabular).

A Serra ou Planalto da Borborema, que conforme a classificação de Ross é da classe de planaltos em núcleos cristalinos arqueados, é uma cadeia montanhosa que cruza o estado, estendendo-se pelo interior e influenciando o relevo das áreas ao redor. As serras possuem relevos mais acidentados e altitudes mais elevadas, contribuindo para

a formação de paisagens naturais distintas, como o **Pico do Jabre**, localizado no município de Matureia, na Serra de Teixeira, o ponto mais alto do Estado.

7.1.2. Clima

O clima da Paraíba é predominantemente tropical, com variações de acordo com a proximidade do oceano, a altitude e as influências climáticas regionais. As principais características climáticas são:

Semiárido: Uma boa parte do interior da Paraíba possui um clima semiárido, com uma alta taxa de radiação solar, apresentando chuvas concentradas em curtos períodos, geralmente entre os meses de fevereiro a maio, além de apresentar uma baixa taxa de umidade relativa. A baixa nebulosidade e precipitações, bem como a sua irregularidade, fazem com que nessa região ocorra condições de seca recorrente.

Litoral: Nas áreas costeiras, o clima é mais úmido e ameno, com temperaturas mais equilibradas ao longo do ano e uma estação chuvosa mais prolongada.

7.1.3. Vegetação

A vegetação na Paraíba é riquíssima e reflete as variações climáticas e de relevo:

Caatinga: É um bioma que apresenta vegetação xerófita, isto é adaptada às condições áridas do semiárido. Caracteriza-se pela presença de vegetação caducifólia espinhosa, muitas vezes com galhos retorcidos, além da presença de cactos.

Mata Atlântica: Na mesorregião Zona Litoral-Mata, onde é mais úmido, é possível encontrar remanescentes da Mata Atlântica, com vegetação mais densa e diversificada.

7.1.4. Hidrografia

Os rios na Paraíba geralmente apresentam fluxos temporários devido ao regime de chuvas irregular do semiárido. Alguns rios importantes incluem:

Rio Paraíba: O rio que dá nome ao estado, o Rio Paraíba, nasce na Serra da Borborema e segue em direção ao litoral, desaguardo no oceano. É um rio importante para a economia e o abastecimento de água da região.

Rio Piranhas: Outro rio significativo é o Rio Piranhas, que percorre a parte oeste da Paraíba e faz parte da bacia do Rio Grande, contribuindo para a formação do açude de Coremas-Mãe D'Água, importante reservatório da região. O rio Piranhas corre para as terras baixas do norte (Estado do Rio Grande do Norte), onde tem a sua foz.

7.2. Geografia Humana

7.2.1. Aspectos Econômicos

7.2.1.1. Agricultura

A agricultura é uma atividade econômica significativa na Paraíba, apesar das condições áridas do semiárido. Culturas como milho, feijão, algodão, mandioca e abacaxi são cultivadas em áreas irrigadas e em regiões onde as chuvas permitem. A cana-de-açúcar também é um importante produto agrícola, sendo utilizada na produção de açúcar e etanol.

7.2.1.2. Pecuária

Devido à falta de chuvas em algumas áreas, a criação de animais adaptados ao clima semiárido, como ovelhas e cabras, é uma atividade econômica relevante em certas regiões da Paraíba.

7.2.1.3. Indústria

A indústria na Paraíba inclui setores como têxtil, alimentos, bebidas e metalurgia. A exploração mineral também é relevante, com destaque para a produção de sal marinho e gesso.

OS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Atualmente o Estado da Paraíba possui 223 municípios.

Água Branca: O município de Água Branca tem sua economia baseada principalmente na agricultura e pecuária.

Por volta de 1744, Francisco Pereira de Oliveira chegava às terras do Riacho do Bom Jesus, que desaguava no Pajeú, e aos olhos d'água da Serra Branca (Borborema), denominações dadas pelo referido descobridor, onde povoou-as com os seus gados e com a sua gente. As mencionadas terras compreendiam o lugar chamado Água Branca, atual município de mesmo nome, o qual no ano de 1806 fora concedido por data de sesmaria à José Ezequiel Gomes e Inácio de

Sousa de Oliveira, moradores em Bom Jesus.

Através da Lei Estadual nº 2163 de 24 de setembro de 1959, publicada no Diário Oficial de 27 de setembro, criava-se o município de Água Branca, elevando o então distrito de mesmo nome a categoria de cidade e emancipando-se de Princesa Isabel.

Aguiar: Emancipado em 1991, Aguiar é um município que se destaca pela produção agrícola e criação de caprinos e ovinos.

As terras que hoje formam o município de Aguiar, que tira o seu nome do riacho Aguiar, esteve inicialmente sob os domínios da Casa da Torre da Bahia.

Alagoa Grande: O município de Alagoa Grande tem uma rica história cultural e é conhecido como berço de grandes artistas paraibanos.

Por estar situado no chamado “Sertão do rio Paó”, era denominada de Alagoa Grande do Paó. Muitos sesmeiros passaram pelas suas terras, mas foi somente por volta de 1710, com a chegada do *Alferes* Isidoro Pereira Gondim, juntamente com a sua esposa Florência/Florenciana Pereira de Jesus e seus filhos e filhas, Agostinho Pereira de Jesus, Maria José, Rosa de Santa Maria, Brisida Maria de Jesus e Maria do Rosario da Encarnação, que se iniciou a povoação permanente dessas terras. Em 1908, através da Lei Estadual 286, Alagoa Grande é elevada a categoria de cidade.

Alagoa Nova: Após deixaram o Rio São Francisco e firmarem a paz com Antônio de Oliveira Ledo, os índios cariris estabeleceram o seu roçado, por volta de 1678, entre o município de Alagoa Nova e São Sebastião de Lagoa de Roça. No entanto, no ano de 1750 iniciava-se uma celeuma entre os ditos índios e *Dona* Cosma Tavares Leitão, que se dizia senhora dessas terras por meação do seu finado marido *Capitão-mor* Teodósio de Oliveira Ledo. Não obstante a referida querela, em 1763, recebia por sesmaria as terras do olho d'água da prata, *Dona* Maria Tavares Leitão e o seu filho José de Abreu Tranca. Também passou por essas imediações o *Tenente-Coronel* Gaspar Pereira de Castro como foreiro.

A Alagoa Nova por se situar no Brejo Paraibano, também fora denominada de Brejo da Alagoa Nova. Foi elevada à categoria de cidade pela lei nº 215, de 10 de novembro de 1904.

Alagoinha: Emancipado em 1953, Alagoinha é um município que se destaca na produção de frutas, legumes e leite. A formação do embrião da cidade tem as suas origens por volta de 1770, a partir do *Capitão* Francisco Alves de Oliveira.

Alcantil: Emancipado em 1994, Alcantil é uma cidade com uma

economia voltada para a agricultura familiar e a criação de animais. Suas origens remontam a Data dos Oliveira Ledo de 1665, que abarcava as fazendas da Serra Bonita, hoje Alcantil.

Algodão de Jandaíra: Emancipado em 1994, Algodão de Jandaíra é um município de pequeno porte que possui uma economia baseada na agricultura e pecuária.

Alhandra: Emancipado em 1959, Alhandra é um município litorâneo que tem como destaque a praia de Coqueirinho, uma das mais belas da Paraíba. A sua povoação tem origem com o assentamento da Aldeia Arataguis na ribeira do Papoca.

Amparo: Amparo é um município com forte influência cultural, destacando-se nas festas juninas e na tradição do artesanato em barro. Em 1994, Amparo, até então distrito de Sumé, foi elevado à categoria de cidade.

Aparecida: Emancipado em 1994, Aparecida é uma cidade de forte tradição religiosa, com destaque para a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município.

A cidade de Aparecida tem as suas origens a partir das fazendas de gados do *Capitão-mor* José Gomes de Sá. Das quais destaca-se a Fazenda Acauã, vendida pelo seu filho homônimo e Coronel aos casais e sócios Francisca Bernarda de Sá e seu marido Manoel Martins Lopes e João da Silva de Almeida e sua esposa Ana Maria de Sá, este último casal, pouco tempo depois, em 11 de abril de 1777, doaria a sua parte do patrimônio da Acauã para o seu filho Luiz José Correia de Sá com o fito que se ordenasse padre, após o falecimento do padre, as terras foram herdadas pelo seu filho Francisco Antônio Correia de Sá. O Sítio Acauã foi, de certa forma, o berço da propagação das ideias da Revolução de 1817 na Vila Nova de Sousa, cuja liderança coube ao Padre Luiz José Correia de Sá.

Araçagi: Araçagi é conhecido por suas belas paisagens naturais, como a Serra da Jurema, e pela produção de coco e banana.

As terras que compreende os municípios de Araçagi, assim como Guarabira, teve os primórdios a partir das sesmarias “da Serra da Copaóba” do Padre Miguel Dias e do Padre Francisco Ferreira, por volta de 1690, este último acompanhara os Oliveira Ledo na conquista dos Sertões e viria a se tornar Cura da Freguesia de Mamanguape. Mais tarde, as terras de Araçagi estariam nas mãos de João Rodrigues.

Arara: Arara é um município que tem sua economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e a criação de aves.

Araruna: Araruna é um município que se destaca na produção de cerâmica artesanal e na realização de festas tradicionais.

Areia: Areia é uma das cidades mais antigas da Paraíba e possui um importante acervo arquitetônico colonial, sendo conhecida como a "Atenas Paraibana". Era conhecida como Brejo da Areia.

Areia de Baraúnas: O município de Areia de Baraúnas tem uma economia baseada na agropecuária, destacando-se na produção de leite e caju.

Areial: Emancipado em 1961, Areial é um município que tem como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária e a produção de leite.

Aroeiras: Aroeiras é conhecido por sua tradição na fabricação de tijolos e telhas, além de possuir uma festa popular chamada "Aroeiras Fest".

Assunção: Assunção é um município de economia agrícola, com destaque para a produção de feijão, milho e mandioca.

Baía da Traição: Baía da Traição é um município litorâneo que possui uma população indígena expressiva, preservando suas tradições culturais.

Bananeiras: Bananeiras é conhecido por seu clima ameno e pela produção de bananas, além de ser um importante polo educacional na região.

Baraúna: Baraúna é um município que tem sua economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite e na criação de caprinos.

Barra de Santa Rosa: Emancipado em 1959, Barra de Santa Rosa é conhecido como "Terra do Carro de Boi" e realiza anualmente a Festa do Carro de Boi, valorizando a cultura tradicional.

Barra de Santana: Barra de Santana é um município rural que tem como base econômica a agricultura familiar e a pecuária.

Barra de São Miguel: Barra de São Miguel é um município litorâneo com belas praias e uma economia baseada no turismo e na pesca.

Bayeux: Bayers é um município da Região Metropolitana de João Pessoa, conhecido por seu comércio e por abrigar a Base Aérea de Santa Rita.

Belém: Belém é um município que tem como principais atividades

econômicas a agropecuária e a indústria de alimentos.

Belém do Brejo do Cruz: Belém do Brejo do Cruz é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, destacando-se na produção de leite e na criação de caprinos.

Bernardino Batista: Bernardino Batista é um município que tem sua economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e a criação de caprinos.

Boa Ventura: Boa Ventura é um município rural com atividades econômicas voltadas para a agropecuária, destacando-se na produção de leite e na agricultura familiar.

Boa Vista: Boa Vista é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a criação de caprinos e ovinos.

Bom Jesus: Bom Jesus é um município rural que tem como atividades econômicas principais a agropecuária e a produção de leite.

Bom Sucesso: Bom Sucesso é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Bonito de Santa Fé: Bonito de Santa Fé é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Boqueirão: Boqueirão é um município que possui uma economia voltada para a agricultura e pecuária, destacando-se na produção de milho, feijão e na criação de animais.

Borborema: Borborema é um município que tem sua economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, carne e aves.

Brejo do Cruz: Brejo do Cruz é um município que possui uma economia diversificada, incluindo agricultura, pecuária, comércio e indústria.

Brejo dos Santos: Brejo dos Santos é um município rural que tem como atividades econômicas principais a agropecuária e a produção de leite.

Caaporã: Caaporã é um município litorâneo que possui uma economia voltada para o comércio, a indústria e a agricultura.

Cabaceiras: Cabaceiras é conhecido como "Roliúde Nordestina" devido às inúmeras produções cinematográficas realizadas na cidade,

que possui um clima semiárido e belas paisagens naturais.

Cabedelo: Cabedelo é um município litorâneo que possui um importante porto e é conhecido pelas belas praias, como a Praia de Intermares.

Cachoeira dos Índios: Cachoeira dos Índios é um município que possui uma economia baseada na agricultura familiar, na criação de animais e na indústria de cerâmica.

Cacimba de Areia: Cacimba de Areia é um município rural que tem sua economia baseada na agropecuária, destacando-se na produção de leite e na agricultura familiar.

Cacimba de Dentro: Cacimba de Dentro é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária e a indústria de beneficiamento de alimentos.

Cacimbas: Cacimbas é um município rural que tem sua economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e na criação de animais.

Caiçara: Caiçara é um município agrícola que possui uma economia diversificada, incluindo a produção de leite, melancia e o cultivo de mandioca.

Cajazeiras: Cajazeiras é um dos maiores municípios da Paraíba e possui uma economia diversificada, destacando-se na educação, comércio, indústria e agropecuária.

Cajazeirinhas: Cajazeirinhas é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Caldas Brandão: Caldas Brandão é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e na agricultura familiar.

Camalaú: Camalaú é um município rural que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, melancia e na criação de animais.

Campina Grande: Campina Grande é a segunda maior cidade da Paraíba e destaca-se como polo industrial, comercial, educacional e de serviços. Além disso, é famosa por realizar o "Maior São João do Mundo", uma festa junina tradicional que atrai turistas de todo o país.

Capim: Capim é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de coco, mandioca, feijão e na criação de animais.

Caraúbas: Caraúbas é um município rural que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e na agricultura familiar.

Carrapateira: Carrapateira é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Casserengue: Casserengue é um município agrícola que se destaca na produção de mandioca, feijão e milho, além de possuir uma forte tradição cultural.

Catingueira: Catingueira é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e na agricultura familiar.

Catolé do Rocha: Catolé do Rocha é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agricultura, a indústria e o comércio.

Caturité: Caturité é um município que tem sua economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite e na agricultura familiar.

Conceição: Conceição é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves, bovinos e na agricultura familiar.

Condado: Condado é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Conde: Conde é um município litorâneo que possui um importante polo turístico, com belas praias e uma rica cultura local.

Congo: Congo é um município rural que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Coremas: Coremas é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio. Destaca-se pela Barragem de Coremas, que é a maior barragem da Paraíba.

Coxixola: Coxixola é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Cruz do Espírito Santo: Cruz do Espírito Santo é um município litorâneo que possui uma economia baseada na agricultura, pecuária e na pesca.

Cubati: Cubati é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Cuité: Cuité é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Cuité de Mamanguape: Cuité de Mamanguape é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Cuitegi: Cuitegi é um município que tem sua economia baseada na agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Curral de Cima: Diversos colonos passaram pelo seu território como sesmeiros, mas foi somente por volta de 1779 que a sua povoação de fato se iniciou, tendo como embriões o Engenho Curral de Cima de Theodozio Nogueira e do *Ajudante* Miguel Ângelo da Silva Bezerra, que possuía um oratório ou capela de São Miguel, e os sítios Estacada de Felipe Soares, Falso e Campina de Inácio Bezerra Jacome e Pedra Furada de Manoel Fernandes da Silva.

Foi elevada à categoria de cidade através da lei estadual nº 5930, de 29 de abril de 1994. Curral de Cima é um município que possui uma economia voltada para a agricultura.

Curral Velho: Curral Velho é um município rural que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Damião: Damião é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Desterro: Desterro é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Diamante: Diamante é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Dona Inês: Dona Inês é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Duas Estradas: Duas Estradas é um município que tem sua economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Emas: Emas é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Esperança: Esperança é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Fagundes: Fagundes é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Frei Martinho: Frei Martinho é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Gado Bravo: Gado Bravo é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Guarabira: Guarabira é um dos principais centros comerciais da Paraíba, com uma economia diversificada que inclui comércio, indústria e serviços.

As terras que compreende os municípios de Guarabira, assim como Araçagi, teve os seus primórdios a partir das sesmarias “da Serra da Copaóba” do Padre Miguel Dias e do Padre Francisco Ferreira, por volta de 1690, este último acompanhara os Oliveira Ledo na conquista dos Sertões e viria a se tornar Cura da Freguesia de Mamanguape. Mais tarde, as terras de Guarabira estariam nas mãos de José Rodrigues Gonçalves, herdando posteriormente os seus filhos e seu genro João do Rego de Brito Toscano.

Gurinhém: Gurinhém é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Gurjão: Gurjão é um município rural que tem sua economia baseada na agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Ibiara: Ibiara é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Igaracy: Igaracy é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Imaculada: Imaculada é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Ingá: Ingá é conhecido por abrigar o Engenho Triunfo, que é considerado um dos maiores símbolos do período colonial na Paraíba. O município possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Itabaiana: Itabaiana é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Itaporanga: Itaporanga é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Itapororoca: Itapororoca é um município litorâneo que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Itatuba: Itatuba é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Jacaraú: Jacaraú é um município litorâneo que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Jericó: Jericó é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

João Pessoa: João Pessoa é a capital da Paraíba e a cidade mais populosa do estado. Possui uma economia diversificada, incluindo comércio, serviços, indústria e turismo. Além disso, é conhecida por suas belas praias e por ser um importante centro cultural e histórico.

Joca Claudino: Joca Claudino é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Juarez Távora: Juarez Távora é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Juazeirinho: Juazeirinho é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Junco do Seridó: Junco do Seridó é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Juripiranga: Juripiranga é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Juru: Juru é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Lagoa: Lagoa é um município do Estado da Paraíba situado na

mesorregião do Sertão Paraibano, o qual segundo a Lei Estadual nº 11259 de 28 de dezembro de 2018, possui 176,7 km² de área, fazendo divisa com os municípios de Bom Sucesso, Jericó, Mato Grosso, Paulista, Pombal e Santa Cruz. Lagoa tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

A povoação do município de Lagoa teve as suas origens a partir das ocupações de sesmeiros que receberam Datas de Sesmarias dentro do território que hoje compreende o atual município. Possivelmente, grande parte do seu território é proveniente das terras do *Comissário* Theodoro Alves de Figueiredo, a quem pertencia a Serra do Comissário; do *Licenciado* José da Cruz Vila Nova, que possuía a Data da Serra Verde, concedida em 1768, a qual se confrontava com a Serra do Comissário, sendo que ao leste confrontava-se com o Sítio Carneiro (município de Jericó); do Capitão José Fernandes da Silva, em 1705, que lutou na Guerra dos Bárbaros, possuía os Sítios Caiporas, Sabiá e Riachão; do *Reverendo Padre* Pedro Bezerra de Brito com o seu Sítio das Maniçobas na Ribeira do Patu; do *Licenciado* João dos Santos e Sousa, com o sítio da Serra da Gameleira (Data do Olho D'água; de Bernado Rabelo da Silva Pereira e Claudiano Soares de Melo, em 1769, com o seu sítio de sobras das datas do Sabiá, Maniçobas, Riachão, Caiporas de Baixo e a Serra da Gameleira.

Em 1794, após vereação na Vila de Pombal, foram nomeados almotacés, dos quais os seguintes ficaram responsáveis por territórios pertencentes atualmente à Lagoa: Lourenço Alves de Figueiredo, responsável pela Serra do Comissário; e Manoel Bento, responsável pelas fazendas da Maniçoba, Sabiá, Timbaúba, entre outras.

Em 1924, através da Lei 598 de 18 de março de 1924 do município de Pombal, deu-se a criação do Distrito de Lagoa. O Distrito posteriormente teve o seu nome alterado para Nhandu, contudo, tempo depois, voltou a ser denominado Lagoa (SOUSA, 1971).

Lagoa tornou-se município em 1961, através da Lei Estadual 2.663 de 22 de dezembro de 1961, que a elevou a categoria de cidade, sendo nomeado para o cargo de prefeito, Antônio José de Sousa. Este foi sucedido por Luiz Pereira de Sousa, primeiro prefeito constitucional (1962-1966), enquanto isso, na Câmara Municipal assumia a presidência, Rufino José de Sousa, filho de José Francelino de Sousa.

Lagoa de Dentro: Lagoa de Dentro é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Lagoa Seca: Lagoa Seca é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves

e na agricultura familiar.

Lastro: Lastro é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Livramento: Livramento é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Logradouro: Logradouro é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Lucena: Lucena é um município litorâneo que possui uma economia baseada no turismo, na pesca e no comércio.

Mãe d'Água: Mãe d'Água é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Malta: Malta é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Mamanguape: Mamanguape é um município litorâneo que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Manaíra: Manaíra é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Marcação: Marcação é um município litorâneo que possui uma economia voltada para a agricultura, pesca e o comércio.

Mari: Mari é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Marizópolis: Marizópolis é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Massaranduba: Massaranduba é um município que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Mataraca: Mataraca é um município litorâneo que possui uma economia baseada na agricultura, pecuária e o turismo.

Matinhas: Matinhas é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Mato Grosso: Mato Grosso é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Maturéia: Maturéia é um município que possui uma economia

baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Mogei: Mogei é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Montadas: Montadas é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Monte Horebe: Monte Horebe é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Monteiro: Monteiro é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Mulungu: Mulungu é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Natuba: Natuba é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Nazarezinho: Nazarezinho é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Nova Floresta: Nova Floresta é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Nova Olinda: Nova Olinda é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Nova Palmeira: Nova Palmeira é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Olho d'Água: Olho d'Água é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Olivedos: Olivedos é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Ouro Velho: Ouro Velho é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Parari: Parari é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Passagem: Passagem é um município agrícola que se destaca na

produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Patos: Patos possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio. É conhecido como a "Morada do Sol" e abriga uma das maiores festas de São João do estado.

Paulista: Paulista é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Pedra Branca: Pedra Branca é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Pedra Lavrada: Pedra Lavrada é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Pedras de Fogo: Pedras de Fogo é um município litorâneo que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Pedro Régis: Pedro Régis é um município litorâneo que possui uma economia baseada na agricultura, pecuária e o comércio.

Piancó: Piancó é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Picuí: Picuí é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Pilar: Pilar é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Pilões: Pilões foi elevado à categoria de cidade através lei estadual nº 916 de 20 de agosto de 1953. É um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Pilõezinhos: Pilõezinhos é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Pirpirituba: Pirpirituba é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Pitimbu: Pitimbu é um município litorâneo que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o turismo.

Pocinhos: Pocinhos é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Poço Dantas: Poço Dantas é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Poço de José de Moura: Poço de José de Moura é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite.

Pombal: Pombal é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Prata: Prata é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Princesa Isabel: Princesa Isabel é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Puxinanã: Puxinanã é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Queimadas: Queimadas é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Quixabá: Quixabá é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Remígio: Remígio é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Riachão: Riachão é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Riachão do Bacamarte: Riachão do Bacamarte é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Riachão do Poço: Riachão do Poço é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Riacho de Santo Antônio: Riacho de Santo Antônio é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Riacho dos Cavalos: Riacho dos Cavalos é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Rio Tinto: Rio Tinto é um município litorâneo que possui uma

economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Salgadinho: Salgadinho é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Salgado de São Félix: Salgado de São Félix é um município que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Santa Cecília: Santa Cecília é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Santa Cruz: Santa Cruz é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Santa Helena: A sua povoação teve início por volta de 1700 com a chegada do **Coronel Manoel de Araújo Carvalho** que aportara no rio do Peixe com seus gados, como foreiro da Casa da Torre, trazendo consigo muitos homens, feitores e escravos a sua custa para guarnecer as suas terras do Brejo e Olho d'água dos Araújo, cujo gado trouxera do Rio São Francisco. Com o seu falecimento por volta de 1730, assumiria os seus domínios a sua esposa Ana da Fonseca Gondim, juntamente com os seus filhos – os padres Araújo: Francisco de Araújo Carvalho Gondim e Manoel de Araújo Carvalho, Cónego da Catedral de Olinda.

A referida data do Olho d'água possuía como logradouro a Várzea ou Canto do Feijão.

Em 1957 era criado distrito de Santa Helena, pertencente ao município de Antenor Navarro (São João do Rio do Peixe), posteriormente, através da Lei Estadual nº 2016 de 12 de dezembro de 1961, foi elevado à categoria de cidade.

Santa Helena tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Santa Inês: Santa Inês é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Santa Luzia: Santa Luzia é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Santa Rita: Santa Rita é um município que faz parte da Região Metropolitana de João Pessoa. Possui uma economia diversificada, incluindo a indústria, o comércio, serviços e o turismo.

Santa Teresinha: Santa Teresinha é um município agrícola que se

destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Santana de Mangueira: Santana de Mangueira é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Santana dos Garrotes: Santana dos Garrotes é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite.

Santarém: Santarém é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Santo André: Santo André é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

São Bentinho: São Bentinho é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São Bento: São Bento é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

São Domingos: São Domingos é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São Domingos do Cariri: São Domingos do Cariri é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São Francisco: São Francisco é um município que possui uma economia voltada para a agropecuária, destacando-se na produção de leite, aves e na agricultura familiar.

São João do Cariri: São João do Cariri é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São João do Rio do Peixe: São João do Rio do Peixe é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

São João do Tigre: São João do Tigre é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São José da Lagoa Tapada: São José da Lagoa Tapada é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com

destaque para a produção de leite.

São José de Caiana: São José de Caiana é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São José de Espinharas: São José de Espinharas é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São José de Piranhas: São José de Piranhas é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite.

São José de Princesa: São José de Princesa é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São José do Bonfim: São José do Bonfim é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São José do Brejo do Cruz: São José do Brejo do Cruz é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

São José do Sabugi: São José do Sabugi é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São José dos Cordeiros: São José dos Cordeiros é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São José dos Ramos: São José dos Ramos é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São Mamede: São Mamede é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

São Miguel de Taipu: A povoação do atual território do município tem como pedra fundamental o engenho de Santo Antônio erigido por **Antônio de Valadares**, por volta de 1600, junto ao riacho *itapoã*, que vai para o rio Paraíba, por isso também denominado de engenho de tapoá ou itapoá, que corresponde atualmente ao município de São Miguel de Taipu. Conforme Herckmans, seu nome vem de uma pedra pontiaguda (itapia) em frente ao pequeno rio (riacho)..

São Sebastião de Lagoa de Roça: Após deixarem o Rio São Francisco e firmarem a paz com Antônio de Oliveira Ledo, os índios cariris estabeleceram o seu roçado, por volta de 1678, entre o município de Alagoa Nova e São Sebastião de Lagoa de Roça.

São Sebastião do Umbuzeiro: São Sebastião do Umbuzeiro é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Sapé: Sapé é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Seridó: Seridó é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Serra Branca: Serra Branca é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Serra da Raiz: Serra da Raiz é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Serra Grande: Serra Grande é um município rural que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Serra Redonda: Serra Redonda é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Serraria: Serraria é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Sertãozinho: Sertãozinho é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Sobrado: Sobrado é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Solânea: Solânea é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Soledade: Soledade é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Sossêgo: Sossêgo é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Sousa: Sousa é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio. Conhecida como a "Cidade Sorriso".

A escolha do nome Vila Nova de Sousa parece ter sido por influência dos seus principais donatários e idealizadores, tais como Alexandre Pereira de Sousa e Bento Freire de Sousa. Em cinco de junho de 1800, o até então *Tenente* Alexandre Pereira de Sousa doaria parte do seu sítio na Serra de Santa Catarina chamado de São Bento (Data de São Bento) ao patrimônio da **Vila Nova de Sousa**.

Sumé: Sumé é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Taperoá: Taperoá é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Tavares: Tavares é um município que possui uma economia baseada na agropecuária, com destaque para a produção de leite, aves e na agricultura familiar.

Teixeira: Teixeira é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Tenório: Tenório é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Triunfo: Triunfo é um município que possui uma economia voltada para a agricultura, pecuária e o comércio.

Uiraúna: Uiraúna é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Umbuzeiro: Umbuzeiro é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Várzea: Várzea é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

Vieirópolis: Vieirópolis é um município que possui uma economia diversificada, incluindo a agropecuária, a indústria e o comércio.

Vista Serrana: Vista Serrana é um município que tem como principais atividades econômicas a agropecuária e a produção de leite.

Zabelê: Zabelê é um município agrícola que se destaca na produção de feijão, milho, mandioca e na criação de animais.

REFERÊNCIAS

Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas.

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - DGLAB.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Documentos históricos: Revolução de 1817**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953. v. CIII.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Documentos históricos: provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc (1664-1667)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1933. VOL.XXII.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Documentos históricos: provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc (1656-1659)**.

BRASIL. Publicações do Arquivo Nacional. XXIII. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1925.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **50 anos do Golpe de 1964**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/golpe-de-1964>.

BRASIL. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. Francisco Julião: na lei ou na marra. Disponível em <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/videos/francisco-juliao-na-lei-ou-na-marra>.

BRASILHIS Database: Personal Networks and Circulation in Brazil during the Hispanic Monarchy (1580-1640).

CALMON, Pedro. História do Brasil: as origens 1500-1600. 1º vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1939. p.304-305.

COELHO, Duarte de Albuquerque. Memorias diarias de la guerra del Brasil. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, Impressor del Reyno, 1654.

D'ABBEVILLE, Claude. Histoire de la mission des peres capucins en l'isle de Maragnan et terres circonuoisines ov est traicte des singularitez admirables & des meurs merueilleuses des indiens habitans de ce pais auec les missiues et aduis qui ont este enuoyez de nouueau. Paris: François Huby, 1614.

DIÁRIO DO GOVERNO. Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa. 1530-1532. Vol.I. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.

HAECX, Hendrik. “Diário de Henrique Haecx, Membro do Alto Conselho do Brasil (1645-1654)”. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 69. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

HERCKMANS, Elias. **Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba**. 1639.

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense.

LAET, Joannes de. **Historie ofte jaerlijck verhael van de verrichtinghen der geotroyeerde West-Indische Compagnie, sedert haer begin, tot het eynde van't jaer sesthien-hondert ses-en-dertich**. Bonaventuer ende Abraham Elsevier, 1644.

Livros de Notas da Cidade de Nossa Senhora das Neves (1661-1665). Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

MATHEW, Kuzhippalli Skaria. Portuguese and the Sultanate of Gujarat, 1500-1573. Mittal Publications, Delhi, 1986.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MELO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

MORAES, Alexandre José de Mello. **Chronica geral do Brazil**. v. 1. 1500-1700. Rio de Janeiro: L. Garnier, 1886.

NANTES, Martin de. **Relation succincte et sincère de la mission du P. Martin de Nantes, prédicateur Capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les Indiens appelés Cariris**.

NIEUHOFF Johan. Gedenkwaardige Brasiliaaense Zee- en Lant-Reize: Behelzende Al het geen op der dezelve is voorgevallen, beneffens een bondige beschrijving van gantsch Neerlants Brasil; Amsterdam, 1682.

ORTA, Garcia de. Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, Impreso por Ioannes de Endem, Goa, 1563.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO BOM-SUCESSO. **Arquivos Paroquiais**. Pombal, PB.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS. **Arquivos Paroquiais**. Sousa, PB.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE SANT'ANA. **Arquivos Paroquiais**. Caicó, RN.

PERNAMBUCO (Brazil). Arquivo Público Estadual, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Revista do Arquivo Público, Edições 9-12. Secretaria do Interior e Justiça, 1957.

Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Melo. Recife, FUDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

Projeto Resgate – Paraíba (1593-1826).

Projeto Resgate – Pernambuco.

Projeto Resgate – Bahia.

Projeto Resgate - São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823).

RICHSHOFFER, Ambrosius. Braszilianisch-und West Indianische Reize Beschreibung. Strassburg: Josias Stadeln, 1677.

Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, i de la Capitanías de Itamaracá, Paraíba, Riogrande, Ciará, e isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maesse de campo general del Estado de Brasil, i Governador de Pernambuco. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654.

ROSÁRIO, Frei Paulo do. Relação breve e verdadeira da memorável Victoria que ouve o Capitão-mor da Paraíba Antônio de Albuquerque dos rebeldes de Olanda. Lisboa. 1632.

SALVADOR, Vicente de (Frei). História do Brasil. Bahia: 1627.

SANTA TERESA, João José de. Istoria delle gverre del regno del Brasile accadute tra la corona di Portogallo, e la Repubblica di Olanda.

Corbelleti: Roma, 1698.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem através da Província da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1985.

Sinopse Estatística do Estado da Paraíba 1938, Departamento Estadual de Estatística, 1940 (volume: Nº 3; Ano IV; 1938).

SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil**. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

SOUSA, Antônio José de. **Apanhados Históricos Geográficos e Genealógicos do Grande Pombal**. Pombal: Gráfica. Comercial Ltda; 1971.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**.

SOUSA, Pero Lopes de. Diário da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-Mor de Martin Affonso de Sousa. Lisboa: Publicação de Adolpho Varnhagen, 1839.

Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa. 1530-1532. Vol.I. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.

Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do mui reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. RIHGB, Tomo XXXVI - número 45, Parte I, 1873.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHNEIDER, Luiz. A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguai) Contra o governo da República do Paraguai (1864-1870) com Cartas e Planos. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1876

TAVARES, Joao de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **História Geral das Bandeiras Paulistas Escripta a vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, hespanhoes e portugueses**. Volume 6. São Paulo: Typ. Ideal, H.L. Canton, 1930.

TEIXEIRA, Luís. **Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos,**

fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal. ms.51-IV-38.

WIESEBRON, Marianne L. (org.). **O Brasil em arquivos neerlandeses (1624–1654).** Série Mauritaniana, 5 vol. Leiden: CNWS Publications, 2004.

Manuscritos e Documentos

A UNIÃO. João Pessoa, 23 de março de 1962.

A UNIÃO. Número 187. João Pessoa, 14 de agosto de 1930.

A UNIÃO. Número 223. João Pessoa, 26 de setembro de 1930.

Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.10 (1744-1747), f. 3-7v.

Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.9, f. 98-99.

Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.2 (1719-1725), f. 7v-9.

Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.2 (1719-1725), f. 36-36v.

Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.2 (1719-1725), f. 90v-91

AHU - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 869.

AHU_ACL_CU_005 (Bahia), Cx. 31\Doc. 4013.

AHU_ACL_CU_014, (Paraíba) Cx. 18, D. 1435.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, Doc.35.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 49, Doc. 96.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 1.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 10.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 13.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 2.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 21.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 3.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 31.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 45.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 46.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 51.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 62.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 68.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 79.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 91.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 92.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 95.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 13\Doc. 1095.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335. AHU_Paraíba, mç. 26.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 16\Doc. 1336.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 19\Doc. 1507.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 2\Doc. 159.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 2\Doc. 175.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 20\Doc. 1573.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 23\Doc. 1759.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 25\Doc. 1925.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 28\Doc. 2115.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 195.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 205.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 226.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 232.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 30\Doc. 2192.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 35\Doc. 2503.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 261.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 284.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 310.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 313.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 316.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 319.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 44\Doc. 3136.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 45\Doc. 3214.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 349.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 354.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 379.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 395.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 426.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 6\Doc. 522.
 AHU_ACL_CU_014, Cx. 6\Doc. 522.
 AHU_ACL_CU_015 (Pernambuco), Cx. 15\Doc. 1509.
 AHU_ACL_CU_015 (Pernambuco), Cx. 17\Doc. 1674.
 AHU_ACL_CU_015 (Pernambuco), Cx. 7\Doc. 601.
 AHU_ACL_CU_015, Cx. 14\Doc. 1409.
 AHU_ACL_CU_015, Cx. 16\Doc. 1601.
 AHU_ACL_CU_015, Cx. 20\Doc. 1889.
 AHU_ACL_CU_015, Cx. 20\Doc. 1889.
 AHU_ACL_CU_015, Cx. 85\Doc. 7011.
 AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 27.
 AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 28.
 AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 31.
 AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 35.
 AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 37.
 AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 45.
 AHU_ACL_CU_018, Cx. 1\Doc. 42.
 AHU_ACL_CU_CARTAS DE PERNAMBUCO, Cod. 257 f 250/250v.
 AHU_ACL_CU_CARTAS DE PERNAMBUCO.
 AHU_CU_CARTAS DE PERNAMBUCO, Cod. 256.
 AHU_CU_CONSULTAS DE MERCÊS GERAIS, Cod. 84, fl. 191.
 AHU_CU_OFÍCIOS, Cod. 112.
 ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1608 -Março- 23. Carta de Tabela da Paraíba a Antônio do Couto. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, ofícios e mercês. L. 17, fl. 184.
 ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Abril-2-1592, Lisboa. Alvará de Capitania de Paraíba, a Feliciano Coelho de Carvalho. Chancelaria de D. Filipe I. Doações, ofícios e mercês, L. 24, fl. 156v.
 ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios 1557/1580, livro 12, f. 93v.
 ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3.
 ANTT. Cartas de Pernambuco. Códice 257. fl.66v.
 ANTT. Chancelaria de D. Filipe I. Doações, L. 31, fl. 134.
 ANTT. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, ofícios e mercês. L. 7, fl. 367v.
 ANTT. Chancelaria de D. Filipe II, liv. 10, fl. 185.
 ANTT. Chancelaria de D. Filipe III - Liv. 36 - fl. 49 - 49v.
 ANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, n.º 16. 16 de outubro de 1586.
 ANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, n.º 57.
 ANTT. Corpo Cronológico, Parte II, mç. 237, doc. 18.
 ANTT. Corpo Cronológico, Parte II, mç. 256, doc. 132.

ANTT. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, n.º de ordem 40, f.307v.

ANTT. Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil, por Diogo de Campos Moreno. Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68.

Bekentenis in het Portugees van Fernao Roiz de Bulhoins, in het fort Margarita te Paraiba, dat hij gestuurd was om de forten in Paraiba te kopen van Paulus de Linge., 1645 september 11. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01.

Brief (kopie vertaald uit het Portugees) van de camera van Frederica te Paraiba aan de vergadering van de Heren XIX, ondertekend door: Gaspar Eduardo; Gorge Gomes; Jaques Vandernes; Manuel Dalmeida; Rafael Carvalho; Luis Mendes de Vasconsellos; Bento do Rego; Diego Corillis; Joan Rois Machado; Geronimo Cadenas; Fran. Camello; Duarte Gomes da Silva; Fernando Rois de Bulho; Fran. Dias Sausedo., 1637 december 18. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01.

Brief (kopie vertaald uit het Tupi) van kapitein Antonio Camarao, in het areal St. Andries te Paraiba, aan de indaanse officieren in dienst van de Nederlanders., 1646 augustus 12. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01.

Carta de Pero Vaz de Caminha. ANTT. Gavetas, Gav. 8, mç. 2, n.º 8.

CARTA de sesmaria doada a Mateus Pereira de Oliveira, Francisco Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira, Antônio Pereira de Oliveira e Paulo da Costa Barros, em 09 de janeiro de 1673. Plataforma SILB – PB 1153.

Carta para o Bispo Governador de Pernambuco. D.H.N.H. v.10. p.327.

Carta para o Bispo Governador de Pernambuco. D.H.N.H. v.10. p.335.

Carta Patente de Militares Expedidas pelo Capitão General das Capitanias de Pernambuco e Paraíba (1776-1783). Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1719 a 1725.

CARVALHO, Feliciano C. A speciall letter written from Feliciano Cieça de Carvalho the Governour of Paraiva in the most Northerne part of Brasil, 1597 to Philip the second king of Spaine, answering his desire touching the conquest of Rio Grande, with the relation of the besieging of the castle of Cabodelo by the Frenchmen, and of the discoverie of a rich silver mine and diverse other important matters. 20 de august de 1597. In: Hakluyt, Richard. Voyages of the English nation to America. Edinburgh: E.&G Goldsmid, 1889.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, liv. 42.

CÓPIA da "Descrição da cidade e barra da Paraíba de Antonio Gonçalves Paschoa, piloto natural de Peniche, que ha vinte annos reside na dita cidade" tirada do original, feito por ordem do governo, no ano de 1630, e inserida na "Descripcion de la India Oriental, gobierno de ella y sucessos acaecidos en el ano 1639"

Cópia de umas cartas de D. Filipe I para Frutuoso Barbosa e Martinho Leitão Sobre a construção da fortaleza da Barra da Paraíba e das diferenças que houve entre João Alvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho, Capitão da Mina. ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3.

D.H.N.H. v. 32. p.41.

D.H.N.H. v.10. p.319.

D.H.N.H. v.10. p.340.

D.H.N.H. v.10. p.340-343.

D.H.N.H. v.10. p.340-343.

D.H.N.H. v.10. p.346.

D.H.N.H. v.10. p.368.

D.H.N.H. v.10. p.395.

D.H.N.H. v.23. p.403-405.

D.H.N.H. v.32. p.323-324.

D.H.N.H. v38. p.304.

D.H.N.H. v38. p.325-326

D.H.N.H. v38. p.325-328.

D.H.N.H. v38. p.337-338.

D.H.N.H. v38. p.341-342.

D.H.N.H. v38. p.409-411.

D.H.N.H. v81. p.120-122.

Escritura de venda de huã fazenda de gado vacum e cavalariço de gado vacum que faz o Capitão Mayor Antônio Gomes de Sá por seu Bastante Procurador [Bento Correia de Sá] sita em a Ribeira do Pinhancô chamada Pau Ferrado ao Capp^{am} Marcos Ferz da Costa. 1720. Livro de Notas (1719-1725).

Francisco Nunes Marinho. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 34, fl. 107v-108. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - DGLAB.

Livros de Notas da Cidade de Nossa Senhora das Neves (1661-1665). Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 36, n.º 25.

Por falecimento do Ex.^{mo} Antônio Caetano Pereira, passou esta Cap.^{nia} ao Governo Interino, na forma do Alvará de 12 de Dezembro de 1770 tendo falecido no dia 12 de Dezbr.o de 1815. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. f.153v.

Projeto Resgate - São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823). AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 7\Doc. 750.

PROVISÃO (treslado) do governador do Brasil, D. Francisco de Sousa Projeto Resgate - Paraíba (1593-1826). 1593.

Quarto livro das denúncias da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial comissão de sua alteza. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, liv. 781. fl.180.

Recipisse van Guillaume de Hauthain, kolonel en Gouverneur van Paraíba, voor Adam van Mandere en Heijndrick Jansz. Puijenbronck., 1654 januari 25. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01.

Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 8, f. 363. ANTT.

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 27, f.229. 1735.

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 9, f. 246 v.

Requerimento de Francisco de Oliveira Ledo, ao Rei [D. João V], solicitando passar Carta Patente de Confirmação do Posto de Capitão-Mor do Sertão do Cariri da Paraíba. ANTT.

Sententie jegens Fernando Rodrigues de Bulhoins, gewezen secretaris van het gerecht van Paraíba, in het fort Margareta de Paraíba., 1645 september 12.

Strooibiljet waarin Andre Vidal de Negreiros de Nederlandse soldaten en burgers oproept om te deserteren en belooft dat zij goed behandeld zullen worden, te Riaal de St. Andre., 1646 maart 12 Plaats: Arraial de Santo André, in Paraíba Op achterzijde: G. 'Is bij de hant van Hoochstraten geschreven en bij Andre Vidal geteeckent'. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01.

TEIXEIRA, Luís. **Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães.** Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal. ms.51-IV-38.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO AUTOR:

A Família Sousa do Sertão Paraibano.

A Família Sá do Nordeste brasileiro.

[1]Carta de Pero Vaz de Caminha. ANTT. Gavetas, Gav. 8, mc. 2, n.º 8. [2]Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do mui reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Revista do IHGB, Tomo XXXVI - número 45, Parte Primeira, 1873. [3]Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa. 1530-1532. Vol.I. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927. [4]SOUSA, Pero Lopes de. Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-Mor de Martin Affonso de Sousa. Lisboa: Publicação de Adolpho Varnhagen, 1839. [5]ANTT. Corpo Cronológico, Parte II, mc. 237, doc. 18. [6]SALVADOR, Vicente de (Frei). História do Brasil. Bahia: 1627. [7]TEIXEIRA, Luís. **Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas e derrotas, que há costa do Brasil desde cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães.** Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal. ms.51-IV-38. [8]"Luis de Brito de Almeida". In: BRASILHIS Database: Personal Networks and Circulation in Brazil during the Hispanic Monarchy (1580-1640). Available in: <https://brasilhis.usal.es/en/node/478>. Retrived on 05/02/2022. [9]TAVARES, Joao de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba.** Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989. p.29-32. [10]O referido ouvidor-geral seria posteriormente preso pelo próprio Governador-Geral Luiz de Brito de Almeida acusado de malversação da Fazenda Real, por outro lado, os padres da Companhia de Jesus eram próximos de Fernão, enquanto Dutinha inimizade com o referido Governador-Geral. De mais a mais, os fatos relatados no Sumário das Armas somente foram testemunhados pelo seu autor a partir da expedição de Flores Valdez. [11]CALMON, Pedro. História do Brasil: as origens 1500-1600. 1º vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1939. p.304-305. [12]Idem. Ibidem. p.305-306. [13]Povoasse novamente? Eu, el Rey, faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito a Frutuoso Barbosa por ora por meu mandado as partes do Brasil povoar novamente(?) à Parayba [...]. ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios 1557/1580, livro 12, f. 93v. [14]AHU_CU_OFÍCIOS, Cod. 112. Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, liv. 42. [15]MORAES, Alexandre José de Mello. Chronica geral do Brazil. v. 1. 1500-1700. Rio de Janeiro: L. Garnier, 1886. [16]MORAES, Alexandre José de Mello. **Chronica geral do Brazil.** v. 1. 1500-1700. Rio de Janeiro: L. Garnier, 1886. [17]Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do mui reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Revista do IHGB, Tomo XXXVI - número 45, Parte Primeira, 1873. [18]Cópia de umas cartas de D. Filipe I para Frutuoso Barbosa e Martinho Leitão Sobre a construção da fortaleza da Barra da Paraíba e das diferenças que houve entre João Alvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho, Capitão da Mina. ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3. [19]ANTT. Corpo Cronológico, Parte II, mc. 256, doc. 132. [20]ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3. [21]Jaboatão, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. p.159. [22]ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3. [23]ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3. [24]Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do mui reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Revista do IHGB, Tomo XXXVI - número 45, Parte

Primeira, 1873. [25] Peça de artilharia, também chamada de falcão. [26] ANTT. Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil, por Diogo de Campos Moreno. Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68. [27] Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do mui reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Revista do IHGB, Tomo XXXVI - número 45, Parte Primeira, 1873. [28] ANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 112, n.º 16. 16 de outubro de 1586. [29] ANTT. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 112, Doc. 3. [30] JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. p.156. [31] ANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mc. 112, n.º 57. [32] Seu filho Gaspar Gonçalves seria beneficiado com sesmaria. [33] Jaboatão, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. [34] AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 1. [35] ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Abril-2-1592, Lisboa. Alvará de Capitania de Paraíba, a Feliciano Coelho de Carvalho. Chancelaria de D. Filipe I. Doações, ofícios e mercês, L. 24, fl. 156v. [36] Jaboatão, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. p.74. [37] O Forte de Santa Catarina não se confunde com Forte de Mattos, este, também construído sobre a areia, mas localizado em Recife. [38] ANTT. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, ofícios e mercês. L. 7, fl. 367v. [39] SALVADOR, Vicente de (Frei). História do Brasil. Bahia: 1627. [40] CARVALHO, Feliciano C. A special letter written from Feliciano Cieça de Carvalho the Gouverneur of Paraiva in the most Northerne part of Brasil, 1597 to Philip the second king of Spaine, answering his desire touching the conquest of Rio Grande, with the relation of the besieging of the castle of Cabodelo by the Frenchmen, and of the discoverie of a rich silver mine and diverse other important matters. 20 de august de 1597. In: Hakluyt, Richard. Voyages of the English nation to America. Edinburgh: E.&G Goldsmid, 1889. [41] ANTT. Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil, por Diogo de Campos Moreno. Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68. [42] ANTT. Chancelaria de D. Filipe I. Doações, L. 31, fl. 134. [43] Claude d'Abbeville. Histoire de la mission des peres capucins en l'isle de Maragan et terres circonuoisines ov est traicte des singularitez admirables & des meurs merueilleuses des indiens habitans de ce pais avec les missiues et aduis qui ont este enuoyez de nouueau. Paris: François Huby, 1614. [44] HERCKMANS, Elias. **Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba**. 1639. [45] AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 2. 1600. [46] HERCKMANS, Elias. **Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba**. 1639. [47] Jaboatão, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. p.162. [48] ANTT. Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil, por Diogo de Campos Moreno. Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68. [49] ANTT. Relação das Praças Fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na costa do Brasil, por Diogo de Campos Moreno. Ministério do Reino, Coleção de plantas, mapas e outros documentos iconográficos, doc. 68. [50] Idem. Ibidem. [51] AHU - ACL_CU_014, Cx. 10, Doc. 869. [52] Francisco Nunes Marinho. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, L. 34, fl. 107v-108. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - DGLAB. [53] AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 10. [54] AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 51. [55] AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 49, Doc. 96. [56] *Dese Capiteyn Moor hadde de opperste directie ende gesach over de militie ende politie ende worden bijden Coninck van Spagnien alle drie*

jaeren verandert. In: HERCKMANS, Elias. **Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba.** 1639. [57]Francisco Madeira Cardoso". In: Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640). Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/personaje/francisco-madeira-cardoso>. [58]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 91. [59]Carta Patente de Militares Expedidas pelo Capitão General das Capitanias de Pernambuco e Paraíba (1776-1783). Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. [60]AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 395. [61]AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 379. [62]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 2. [63]ANTT. Chancelaria de D. Filipe II, liv. 10. fl. 185. [64]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 3. [65]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 45. [66]LAET, Joannes de. *Historie ofte jaerlijck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie*, sedert haer begin, tot het eynde van't jaer seshien-hondert ses-en-dertich. Bonaventuer ende Abraham Elsevier, 1644. [67]SALVADOR, Vicente de (Frei). *História do Brasil. Bahia: 1627.* [68]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 21. [69]Possivelmente as 8 peças do socorro remetidas através da caravela do *Capitão* Antônio de Figueiredo Vasconcelos em 1631. In: Coelho, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil.* Madrid: Diego Diaz de la Carrera, Impresor del Reyno, 1654. [70]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 31. [71]ANTT. Chancelaria de D. Filipe III - Liv. 36 - fl. 49 - 49v. [72]CÓPIA da "Descripção da cidade e barra da Paraíba de Antonio Gonçalves Paschoa, piloto natural de Peniche, que ha vinte annos reside na dita cidade" tirada do original, feito por ordem do governo, no ano de 1630, e inserida na "Descripcion de la India Oriental, gobierno de ella y sucessos acaecidos en el ano 1639" [73]Rosário, Frei Paulo do. *Relação breve e verdadeira da memorável Victoria que ouve o Capitão-mor da Paraíba Antônio de Albuquerque dos rebeldes de Olanda.* Lisboa. 1632 [74]LAET, Joannes de. *Historie ofte jaerlijck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie*, sedert haer begin, tot het eynde van't jaer seshien-hondert ses-en-dertich. Bonaventuer ende Abraham Elsevier, 1644. [75]Richshoffer, Ambrosius. **Brasillianisch-und West Indianische Reize Beschreibung.** Strassburg: Josias Stadeln, 1677. [76]Nieuhoff Johan. *Gedenkweerdige Brasiliaaense Zee- en Lant-Reize: Behelzende Al het geen op der dezelve is voorgevallen, beneffens een bondige beschrijving van gantsch Neerlants Brasil; Amsterdam, 1682.* [77]Rosário, Frei Paulo do. *Relação breve e verdadeira da memorável Victoria que ouve o Capitão-mor da Paraíba Antônio de Albuquerque dos rebeldes de Olanda.* Lisboa. 1632. [78]Possivelmente recebeu 8 peças de bronze do socorro em 1631, sendo 4 remetidas através da caravela do *Capitão* Manoel Godinho e 4 por meio do Conde de Bagnuolo. In: Coelho, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil.* Madrid: Diego Diaz de la Carrera, Impresor del Reyno, 1654. [79]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, Doc.35. [80]Coelho, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil.* Madrid: Diego Diaz de la Carrera, Impresor del Reyno, 1654. [81]AHU_CU_CONSULTAS DE MERCÊS GERAIS, Cod. 84, fl. 191. [82]Jaboatão, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. *Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II.* Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. p.33. [83]HERCKMANS, Elias. **Generale beschrijvinge vande Capitanie Paraiba.** 1639. [84]Idem. [85]Brief (kopie vertaald uit het Portugees) van de camera van Frederica te Paraíba aan de vergadering van de Heren XIX, ondertekend door: Gaspar Eduardo; Gorge Gomes; Jaques Vandernesse; Manuel Dalmeida; Rafael Carvalho; Luis Mendes de Vasconsellos; Bento do Rego; Diego Corillis; Joan Rois Machado; Geronimo Cadenas; Fran. Camello; Duarte Gomes da Silva; Fernando Rois de Bulho; Fran. Dias Sausedo., 1637 december 18. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01. [86]Santa Teresa , João José de. *Istoria delle gverre del regno del Brasile accadvte tra la corona di Portogallo, e la Repvblica di Olanda.* Corbelletti: Roma, 1698. [87]Sententie jegens Fernando Rodrigues de Bulhoins, gewezen secretaris van het gerecht van Paraíba, in het fort Margareta de Paraíba., 1645

september 12. [88]Bekentenis in het Portugees van Fernao Roiz de Bulhoins, in het fort Margarita te Paraiba, dat hij gestuurd was om de forten in Paraiba te kopen van Paulus de Linge., 1645 september 11. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01. [89]HAECX, Hendrik. “Diário de Henrique Haecx, Membro do Alto Conselho do Brasil (1645-1654)”. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 69. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

[90]Strooibijlet waarin Andre Vidal de Negreiros de Nederlandse soldaten en burgers oproept om te deserteren en belooft dat zij goed behandeld zullen worden, te Riaal de St. Andre., 1646 maart 12 Plaats: Arraial de Santo André, in Paraíba Op achterzijde: G. ‘Is bij de hant van Hoochstraten geschreven en bij Andre Vidal geteeckent’. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01.

[91]Brief (kopie vertaald uit het Tupi) van kapitein Antonio Camarao, in het areal St. Andries te Paraiba, aan de indiaanse officieren in dienst van de Nederlanders., 1646 augustus 12. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01. [92]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 62. [93]Filho de Manoel de Azevedo, natural de Vila Pouca, e que havia liderado 200 soldados em campanha à Paraíba. [94]AHU_ACL_CU_015 (Pernambuco), Cx. 7\Doc. 601. [95]Recipisse van Guillaume de Hauthain, kolonel en Gouverneur van Paraíba, voor Adam van Mandere en Heijndrick Jansz. Puijenbronck., 1654 januari 25. Nationaal Archief. Inventaris van het archief van de Oude West-Indische Compagnie (Oude WIC), 1621-1674 (1711). 1.05.01.01. [96]Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, i de la Capitanías de Itamaracá, Paraíba, Riogrande, Ciará, e isla de Fernando de Noronha, todo rendido a las armas Portuguesas regidas por Francisco Barreto Maesse de campo general del Estado de Brasil, i Governador de Pernambuco. Lisboa: na Officina Craesbeeckiana, 1654.

[97]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 68. [98]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 92. [99]É nesse mesmo sentido de oposição que os portugueses classificavam as terras de chã (plana) ou de serras. [100]Kuzhippalli Skaria MATHEW. Portuguese and the Sultanate of Gujarat, 1500-1573. Mittal Publications, Delhi, 1986. p.154. [101]Garcia de ORTA, Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinaes da India, Impreso por Ioannes de Endem, Goa, 1563. [102]Idem. [103]Subir ao certão, descer do certão, entrar ao certão. [104]Sucedendo à Pedro Cadena (anteriormente Antônio da Costa de Almeida). [105]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 13. [106]No Ceará, Martim Soares Moreno contraiu matrimônio com Iracema, a qual José de Alencar definiu como “virgem dos lábios de mel”. [107]BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Documentos históricos: provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc (1656-1659). [108]BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Documentos históricos: provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc (1664-1667). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1933. VOL.XXII.

[109]AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335. AHU_Paraíba, mç. 26.

NANTES, Martin de. Relation succincte et sincère de la mission du P. Martin de Nantes, prédicateur Capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les Indiens appelés Cariris. [110]D.H.N.H. v.23. p.403-405. [111]CARTA de sesmaria doada a Mateus Pereira de Oliveira, Francisco Pereira de Oliveira, Gonçalo de Oliveira Pereira, Antônio Pereira de Oliveira e Paulo da Costa Barros, em 09 de janeiro de 1673. Plataforma SILB – PB 1153. [112]D.H.N.H. v.10. p.346. [113]AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 27.

[114]AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 28. [115]ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 1, n.º de ordem 40, f.307v. [116]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 261. [117]AHU_ACL_CU_015, Cx. 20\Doc. 1889. [118]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 232. [119]AHU_ACL_CU_015, Cx. 20\Doc. 1889. [120]Diogo Pereira de Mendonça era filho do Capitão Diogo Vas Penalva. [121]AHU_ACL_CU_014, Cx. 2\Doc. 159. [122]O Paneminha passou a ser chamado rio do Carmo em referência aos religiosos do Carmo da reforma de Recife que 1701 requeria terras na sua ribeira. [123]AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc.

37. [124]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 284. [125]AHU_ACL_CU_015, Cx. 16\Doc. 1601. [126]D.H.N.H. v.10. p.319. [127]AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 31. [128]Carta para o Bispo Governador de Pernambuco. D.H.N.H. v.10. p.335. [129]D.H.N.H. v.10. p.340-343. [130]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 195. [131]D.H.N.H. v.10. p.340-343. [132]AHU_ACL_CU_014, Cx. 2\Doc. 175. [133]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 195. [134]D.H.N.H. v.10. p.340. [135]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 195. [136]Carta para o Bispo Governador de Pernambuco. D.H.N.H. v.10. p.327. [137]Pai de Jerônimo de Tovar de Macedo. [138]AHU_ACL_CU_005 (Bahia), Cx. 31\Doc. 4013. [139]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 205. [140]AHU_CU_CARTAS DE PERNAMBUCO, Cod. 256. [141]D.H.N.H. v.10. p.395. [142]D.H.N.H. v. 32. p.41. [143]AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 35. [144]AHU_ACL_CU_018, Cx. 1\Doc. 42. [145]D.H.N.H. v.32. p.323-324. [146]D.H.N.H. v38. p.304. [147]D.H.N.H. v38. p.325-328. [148]D.H.N.H. v38. p.337-338. [149]D.H.N.H. v38. p.325-326 [150]D.H.N.H. v38. p.341-342. [151]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 284. Em 1697, o Governador do Rio Grande Bernardo Vieira de Melo havia provido como comandante do presídio Theodósio da Rocha, mas não fora confirmado, por ser da jurisdição do Governador de Pernambuco.

[152]O presídio de Jaguaribe estava a mais de vinte léguas da aldeia de acarati (Aracati). [153]D.H.N.H. v38. p.409-411. [154]D.H.N.H. v81. p.120-122. [155]Escritura de venda de huã fazenda de gado vacum e cavalal digo de gado vacum que faz o Capitam Mayor Antônio Gomes de Sá por seu Bastante Procurador [Bento Correia de Sá] sita em a Ribeira do Pinhancô chamada Pau Ferrado ao Capp^{am} Marcos Ferz da Costa. 1720. Livro de Notas (1719-1725). [156]Taunay, Afonso d'Escragnoille. História Geral das Bandeiras Paulistas Escripta a vista de avultada documentação inédita dos archivos brasileiros, hespanhoes e portugueses. Volume 6. São Paulo: Typ. Ideal, H.L. Canton, 1930. p.101. [157]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 226. [158]Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 27, f.229. 1735. [159]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 316. [160]Vide Tavares, 1989, p.149-150. [161]AHU_ACL_CU_014, Cx. 6\Doc. 522. [162]AHU_ACL_CU_CARTAS DE PERNAMBUCO, Cod. 257 f 250/250v. [163]TAVARES, 1989, p.123. [164]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 319. [165]Alvará de 18 de março de 1818. [166]AHU_ACL_CU_014, Cx. 6\Doc. 522. [167]Requerimento de Francisco de Oliveira Ledo, ao Rei [D. João V], solicitando passar Carta Patente de Confirmação do Posto de Capitão-Mor do Sertão do Cariri da Paraíba. ANTT. [168]Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 8, f. 363. ANTT. [169]ANTT. Cartas de Pernambuco. Códice 257. fl.66v. [170]Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.9, f. 98-99. [171]SOUSA, Antônio José de. Apanhados Históricos Geográficos e Genealógicos do Grande Pombal. Pombal: Gráfica. Comercial Ltda; 1971. p.17. [172]AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 426. [173]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 310. [174]Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1719 a 1725. [175]AHU_ACL_CU_014, Cx. 3\Doc. 226. [176]Até o ano de 1703 aparece com coadjutor no Rio Grande. [177]Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.2 (1719-1725), f. 7v-9. [178]Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.2 (1719-1725), f. 36-36v. [179]Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.2 (1719-1725), f. 90v-91 [180]AHU_ACL_CU_018 (Rio Grande do Norte), Cx. 1\Doc. 45. [181]Francisco Gaya da Rocha (*1696), natural da cidade da Parahyba do Norte, era filho do Capitão João Gaya e de sua mulher Maria da Rocha de Carvalho. [182]AHU_ACL_CU_014, Cx. 13\Doc. 1095. [183]AHU_ACL_CU_014, Cx. 19\Doc. 1507. [184]AHU_ACL_CU_015

(Pernambuco), Cx. 15\Doc. 1509. [185]AHU_ACL_CU_015 (Pernambuco), Cx. 17\Doc. 1674. [186]Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 9, f. 246 v. [187]AHU_ACL_CU_015, Cx. 14\Doc. 1409. [188]Agostinho César de Andrada, natural da Ilha da Madeira, Fidalgo da Casa Real. Estabeleceu parte dos seus negócios na Paraíba, onde possuía um partido de cana de obrigação do Engenho São João Batista (Santa Rita-PB), os qual tinha como Senhorio (administrador) o Governador André Vidal de Negreiros, adquiriu, ainda, o Engenho Santo André (Santa Rita-PB), da viúva e demais herdeiros de Jorge Home Pinto, além de terras na ribeira do Mamanguape. In: Livros de Notas da Cidade de Nossa Senhora das Neves (1661-1665). Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. [189]D.H.N.H. v.10. p.368. [190]Projeto Resgate - São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823). AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 7\Doc. 750. [191]WIESEBRON, Marianne L. (org.). O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654). Série Maurítiana, 5 vol. Leiden: CNWS Publications, 2004. pp.115. [192]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 79. [193]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 95. [194]AHU_ACL_CU_CARTAS DE PERNAMBUCO. [195]Summario das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do mui reverendo padre em Christo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. Revista do IHGB, Tomo XXXVI - número 45, Parte Primeira, 1873. [196]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 2. 1600. [197]AHU_ACL_CU_014, Cx. 20\Doc. 1573. [198]AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 349. [199]PROVISÃO (treslado) do governador do Brasil, D. Francisco de Sousa Projeto Resgate - Paraíba (1593-1826). 1593. [200]AHU_ACL_CU_014, Cx. 20\Doc. 1573. [201]Jaboatão, Fr. Antonio de Santa Maria (1761). Volume I. In: Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, 1858. Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil. I e II. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense. p.361. [202]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 95. [203]AHU_ACL_CU_014, Cx. 4\Doc. 313. [204]AHU_ACL_CU_014, Cx. 20\Doc. 1573. [205]NANTES, Martin de. Relation succincte et sincère de la mission du P. Martin de Nantes, prédicateur Capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil parmi les Indiens appelés Cariris.Cette aldée, ou bourgade d'indiens, fut découverte en l'année 1670 par une Portugais nommé Antonio de Olivera, qui cherchant une pâture pour y mettre du bétail, rencontra fur la rivière de Paraíba une troupe de ces Indiens, qui peschoient à 50 lieues ou environ de la Ville de Paraíba. Ce Capitaine ayant obtenu d'eux la liberté e la seureté de mettre lá dubétail, après leur avoir donné quelques petits presens, il vint incontinent à Pernambuco, voir s'il ne trouveroit point quelque Missionaire qui volut s'établir parmy ces Indiens, à la faveur duquel bé tail put etre en seureté. Il trouva ches nous le Pere Theodore Capucin atriver depuis peu, qui cherchoit loccasion d'aller Mission parmy les indies. Il partit done avec lobedience du Superieur du lieu, accompagné dece Capitaine, qui le fit escorter par une duozaine d'indiens, apelles Caboucles, ses voisins e amis, que etoient des aldées dous nous avions l'administration à 10. e 12. lieues de Pernambuco, e que avoient connoissance des cariris susdits. Ils curent d'asfes notables rencontres faisant chemin parmy ces vastes deserts. Ils rencontrerent au milieu d'une grande forêt qu'ils traversoient, une grande pierre de grain de la hauteur d'environ neuf pieds large de fix, très bien taillée, fur laquelle étoit gravée la figure de la Croix du haut au bas, e au dessous étoit un globe, à côté deux Personages qu' on ne pouvoir bien distinguer à cause de la mousse, e autour une maniere de Rosaire gravées cette rencontre surprit le Pete, e cauaa une extrême joye aux Indiens qui l'accompagnoite, qui luy dirent qu'ils avoient connoissance de cette pierre par tradition de lenra Ancêtres, qui leur avoient dit qu'il y avoit une certaine pierre dans les bois, laquele entant trouver par des Peres blancs, serviroit de signe, quils fetoienc Chrétiens comme les blancs. Le succès de nôtre Mission a montré la verite de cette tradicion Prophétique. Je restay 8 mois seulement dans a cette aldée avec le Pere Theodore, ou ayant appris de ces memes indiens, doint un parloit un peu Portugais, quil y avoit sur le fleuve de S. François quantite d'Aldees de leur meme Nation [...]. [206]AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335. AHU_Paraíba, mç. 26. [207]AHU_ACL_CU_014, Cx. 5\Doc. 354. [208]AHU_ACL_CU_014, Cx. 16\Doc. 1336. [209]AHU_ACL_CU_015, Cx. 85\Doc. 7011. [210]AHU_ACL_CU_014, (Paraíba) Cx. 18, D. 1435. [211]AHU_ACL_CU_015, Cx. 85\Doc. 7011.

[212]O Comissário era proprietário da Serra do Comissário. [213]Acervo do 1º Cartório de Ofício de Notas e Registros de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal-PB. Livro de Notas n.10 (1744-1747), f. 3-7v. [214]AHU_ACL_CU_014, Cx. 25\Doc. 1925. [215]AHU_ACL_CU_014, Cx. 23\Doc. 1759. [216]AHU_ACL_CU_014, Cx. 28\Doc. 2115. [217]AHU_ACL_CU_014, Cx. 35\Doc. 2503. [218]Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Melo. Recife, FUDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. [219]Idem. p.137-139. [220]ANTT, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1608 -Março- 23. Carta de Tabela da Paraíba a Antônio do Couto. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, ofícios e mercês. L. 17, fl. 184.

[221]AHU_ACL_CU_014, Cx. 1\Doc. 46. [222]Quarto livro das denúncias da primeira visita do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial comissão de sua alteza. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, liv. 781. fl.180. [223]Como de praxe, o novo governo foi comunicado a todos os Capitães-mores, quais sejam: Miguel Gomes Aranha (Pombal), Inácio Bento de Dávila Cavalcante, Inácio de Barros Lira (Vila Nova da Rainha) e Domingos da Costa Romeu. In: Por falecimento do Ex.^{mo} Antônio Caetano Pereira, passou esta Cap.^{nia} ao Governo Interino, na forma do Alvará de 12 de Dezembro de 1770 tendo falecido no dia 12 de Dezbr.o de 1815. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. f.153v. [224]AHU_ACL_CU_006, Cx. 22\Doc. 1251. [225]AHU_ACL_CU_014, Cx. 30\Doc. 2192. [226]Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra A, mç. 36, n.º 25. [227]AHU_ACL_CU_014, Cx. 45\Doc. 3214. [228]AHU_ACL_CU_014, Cx. 44\Doc. 3136. [229]BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Documentos históricos: Revolução de 1817**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953. v. CIII.

[230]Publicações do Arquivo Nacional. XXIII. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1925.

[231]DIÁRIO DO GOVERNO. Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

[232]Sinopse Estatística do Estado da Paraíba 1938, Departamento Estadual de Estatística, 1940 (volume: Nº 3; Ano IV; 1938). [233]A guerra já estava praticamente acabada, quando, em 1869, Luiz Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão faleceu na Colina de Lomas Valentinas enquanto comandava a 10ª Brigada que colocou um ponto final na ditadura de Solano Lopes.

[234]SCHNEIDER, Luiz. A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguai) Contra o governo da República do Paraguai (1864-1870) com Cartas e Planos. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1876. [235]Pernambuco (Brasil). Arquivo Público Estadual, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Revista do Arquivo Público, Edições 9-12. Secretaria do Interior e Justiça, 1957.

[236]

[237]A União. Número 187. João Pessoa, 14 de agosto de 1930.

[238]A União. Número 187. João Pessoa, 14 de agosto de 1930. [239]SCHUMAHAR, Schuma; BRASIL, Érico Vital. Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. [240]A União. Número 223. João Pessoa, 26 de setembro de 1930.

[241]BRASIL. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. Francisco Julião: na lei ou na marra. Disponível em <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/videos/francisco-juliao-na-lei-ou-na-marra>. [242]BRASIL. Câmara dos Deputados. 50 anos do Golpe de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/golpe-de-1964> [243]A UNIÃO. João Pessoa, 23 de março de 1962, p. 03.

[244]Apud MELO, José Octávio de Arruda. 1964 no mundo, Brasil e Nordeste. João Pessoa: UNIPÊ, 2004, p 135- 136.